

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GABRIELLE MANSUR ARAÚJO

**MATERNIDADES LÉSBICAS E SUBVERSIVIDADES:
IDENTIDADES DE GÊNEROS EM CONTEXTOS ADVERSOS**

**TRÊS LAGOAS/MS
2022**

GABRIELLE MANSUR ARAÚJO

**MATERNIDADES LÉSBICAS E SUBVERSIVIDADES:
IDENTIDADES DE GÊNEROS EM CONTEXTOS ADVERSOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa

**TRÊS LAGOAS/MS
2022**

GABRIELLE MANSUR ARAÚJO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa (Orientador)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. José Eduardo Lanuti
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi
Universidade Federal de Santa Catarina

Três Lagoas, _____ de _____ de 2022.

Dedico este trabalho para todas as famílias homoafetivas que carecem de atenção social, desenvolvimento de políticas públicas e empatia para que seus direitos de viverem uma vida plena sejam concretizados.

AGRADECIMENTOS

É engraçado, irônico e cômico eu começar os agradecimentos deste trabalho citando os três homens que mais estiveram presentes e me auxiliaram nesse processo intenso e maluco que foi o *fazer* desta pesquisa. Gostaria de agradecer primeiramente meu marido por nunca me deixar desistir de realizar algo tão importante para meu crescimento profissional, pessoal e acadêmico, por estar comigo em todos os choros e sorrisos. Em seguida, quero agradecer meu grande irmão Leonardo, o presente que a UFMS me deu desde os tempos da graduação, obrigada por tudo e mais um pouco, agora não me recordo a frase que te falei que colocaria aqui, mas você (como sempre) lembra. E por fim, e não menos importante, gostaria de agradecer meu benevolente orientador, nossa parceria se iniciou na graduação, e contrariando todos os dizeres, você se tornou um grande amigo, parceiro e professor, pelo qual tenho orgulho de dizer que fui orientada. Não conseguiria terminar essa pesquisa sem seu grande apoio, paciência e empatia. Obrigada.

Também quero agradecer a minha família, por me ensinar desde cedo a importância de uma boa educação, e mesmo sem algumas instruções e nem saber direito o que é um Mestrado (mesmo eu explicando diversas vezes) me apoiaram a chegar até aqui, e continuam apoiando todos os meus sonhos.

Mamãe e papai sempre diziam que “não se cai uma folha da árvore sem que Deus queira” e por isso agradeço a Deus, por me preparar um caminho tão maravilhoso a ser trilhado, ainda que eu não entenda vários acontecimentos que ocorreram, sei que tudo me ensinou algo.

Minha psicóloga não poderia ficar de fora nesses agradecimentos, Silvana, obrigada por existir.

*“A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas
pessoas”*

DJAMILA RIBEIRO

ARAÚJO, G. M. Maternidades lésbicas e subversividades: identidades de gêneros em contextos adversos. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, p. 143. 2022.

RESUMO

A família é importante influenciadora da formação do sujeito e suas ações por ser um ambiente educativo o qual transmite à criança a prática social e cultural, e que por tanto, deveria ser livre de violências simbólicas. Diante desse espectro a formação das identidades de gênero passam a ser construídas por meio de falar de *outrem*, na excelência da terminologia kantiana ao se referir à minoridade que agrega valores tradicionais. Nos apoiamos nos estudos feministas (em especial, no que tange à maternidade lésbica) e de gênero para atender ao nosso objetivo. Optamos por entrevistar três (3) famílias homoafetivas com o objetivo de compreender e analisar as concepções que tangem às questões da educação/formação da criança no contexto familiar (primeira socialização) para e na construção das identidades de gênero. As entrevistas ocorreram de forma online por meio da plataforma do Google Meet, essa escolha se deu por consequências da pandemia de Covid-19 que se alastrou por todo mundo, para poder oferecer uma forma segura para todos envolvidos nesta pesquisa, os instrumentos digitais se tornaram grandes aliados durante todo procedimento investigativo. A pesquisa se justificou, pois, as diversidades de gêneros estão ganhando mais visibilidade no contexto social por meio dos movimentos de luta, ampliando as classificações dos sujeitos antes classificados apenas dentro dos gêneros binários, visibilizando a pluralidade social existente e problematizando diversas situações em que de modo consciente ou não, os sujeitos se enquadram apenas por aceitar a heterossexualidade compulsória como algo universal. A maternidade lésbica passou a ser o locus privilegiado dessas ações, pois este tipo de maternidade atua de forma subversiva à imposição de gênero durante a infância. A maternidade lésbica, de forma geral, atua dessa mesma forma com suas crianças? Provavelmente não, ter uma consciência esclarecida sobre sua realidade social nem sempre é um processo simples e rápido, os sujeitos carregam dentro de si diversas identidades, muitas vezes conflituosas. A militância auxilia o processo emancipatório do indivíduo, e nem todos os casais lésbicos fazem parte dela. A subjetividade do indivíduo é conflitiosa e a formação familiar em si não é capaz de resolver tais conflitos.

Palavras-chave: Gênero; maternidade; feminismo; família

ABSTRACT

The family, as an educational Environment, is influential in the subject formation and your actions, which should be free of symbolic violence. In this spectrum, gender identity formations are built through the speech of others, as the Kantian terminology refers to the traditional values forced on minors. We anchor at the feminist studies (with a focus on lesbian maternity researches) and gender to comprehend and analyze the conceptions that circle questions about the education/formation of children in family contexts (first socialization) to and for gender identity. The interviews happened online through Google Meet which was a consequence of the Covid-19 pandemic that spread around the world to offer a secure space for the participants of this research; digital technology was an enormous ally during this investigative procedure. This research is justified based on the grown visibility of gender diversity in social context throughout movements expanding gender classifications of subjects classified before in thin the binary gender enlarging the social plurality and problematizing situations that subjects, conscious or not, and it up framing theirself to accept the compulsory heterosexuality as something universal. The lesbian maternity is the privileged locus of this paper since maternity exist as a subversive form in the gender impositions during the childhood. In general, lesbian maternities act differently with their child? Probably not, a clarified conscience on your social reality not always is a simple and quick procedure, the subjects carry with theirself different identities, many times conflictions. The fight for rights helps the emancipatory process for the individual, and not all lesbian couples are allies to this movements. The subjective of the individual is conflictions and the family formation itself is not able to solve these conflicts.

Key words: gender; maternity; feminism; family.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	18
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO	24
CAPÍTULO 2: FEMINISMOS, GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ACADÊMICO	39
2.1 GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE	43
CAPÍTULO 3: FAMÍLIAS, FEMINISMOS E EDUCAÇÃO FORMAL	50
3.1 OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA	57
CAPÍTULO 4: EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO NAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS	66
4.1 A CIDADE DE TRÊS LAGOAS E O COLETIVO (R)EXISTÊNCIA	68
4.2 MATERNIDADES LÉSBICAS	76
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	91

APRESENTAÇÃO

Antes de nos aprofundar para as entrevistas e análises destas, iniciamos esta dissertação relembando toda a trilha que percorremos para que chegássemos até aqui. Em 2018, ainda na graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, algumas inquietações sobre feminismo e toda temática que ele engloba já me cercavam e no último semestre me matriculei na disciplina de estudos de gêneros ministrada pelo Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa, atualmente meu orientador.

Com o passar das aulas abordamos diversas temáticas interessantes, mas algumas questões ainda me incomodavam, questionei em alguns momentos e então, decidi abandonar a temática do meu trabalho de conclusão de curso para aprofundar no feminismo aliado à teoria crítica com o professor ministrante. Este momento se tornou um divisor de águas na minha vida. Quando me aprofundei nas teorias dos estudos culturais comecei a me perceber melhor, e também a todos em minha volta, deste momento até hoje, busco me aprofundar ainda mais.

Esta pesquisa começou como uma continuidade do meu trabalho de conclusão de curso, nela estudaríamos as questões identitárias no espaço formal de educação a partir dos objetos enviados pelas famílias para o ambiente escolar, a faixa etária escolhida seriam os bebês, então, trabalharíamos nos berçários analisando roupas, mamadeiras, toalhas, cobertores e outros objetos. Entretanto, em 2020 fomos surpreendidos com o inimaginável, uma terrível pandemia que ocasionou o fechamento de países, comércios, empresas e escolas. Tivemos que optar por trabalhar de outra forma, e na busca por outros caminhos me deparei com o Coletivo Resistência da cidade de Três Lagoas. Este coletivo é uma organização social com o objetivo de se tornar um instrumento de organização e resistência de luta em prol da população LGBTQIA+ do município sul mato-grossense.

Este coletivo é muito conhecido na cidade de Três Lagoas e me deparar com ele no meio de uma busca instrumental fez com que meus olhos se voltassem para outras dinâmicas. Sempre convivi com pessoas de diferentes gêneros e realidades, a universidade pública me proporcionou isso, pude participar intimamente na vida de alguns amigos, tive contato com suas inquietações, aflições, sofrimentos, repúdios, alegrias, fracassos, conquistas e sucessos. Me perguntei então o porquê destes indivíduos terem menos representatividade na sociedade, até mesmo, terem que se esconder por trás de inscrições heteronormativas.

Em conversa com vários amigos, pude perceber que a educação familiar teve uma grande influência nisso, mesmo em cidades diferentes e no processo de se tornarem adultos independentes, alguns amigos não podiam contar para as famílias sobre suas sexualidades. Minha pesquisa surgiu nesse momento. Enquanto ouvia e percebia as histórias de outras pessoas pude perceber a minha.

Qual o impacto dessa influência? Não pude pesquisar, afinal, eles não estavam dispostos a ir “tão longe” e respeitar esse espaço era uma obrigação minha não apenas como amiga, mas também como pesquisadora.

Será que a maternidade homoafetiva pode ser melhor que a heteroafetiva? Seria injusto fazer essa pergunta tendo em vista a perspectiva feminista que esta pesquisa se apropriou, o foco não é a classificação das diferentes formas de matinar. Mesmo que aponte aspectos e levante questões para debates sobre a atuação feminina na maternidade, culpabilizar estas mães não é o centro desta pesquisa, tendo em vista que a educação no âmbito privado muitas vezes é repassada de maneira verticalmente geracional, resultando em repetições de comportamentos maternos.

Então, voltei-me para pesquisar casais homoafetivos e como eles, de maneira mais privada, criam seus filhos.

Minha preocupação em desviar do contexto educacional, em termos pedagógicos, também se iniciou. Indicaremos nos capítulos posteriores, como pesquisar um assunto “tão diferente” em uma universidade que não me deu recursos intelectuais para tanto? Foi então, que com a parceria do meu orientador, nos aprofundamos nos estudos de gênero pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, este reúne professoras e pesquisadores de diversas instituições de ensino superior que estudam gênero e feminismo e se articulam no meio social para promover igualdade de gênero. Nós cursamos a disciplina no nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, ministrada por várias professoras excepcionais, dentre elas a professora Miriam Pillar Grossi que se tornou uma grande referência para o desenvolvimento deste trabalho sobre temáticas da comunidade LGBTQIA+ e maternidades. Isso ampliou meu referencial teórico e minha perspectiva enquanto pesquisadora.

Em agosto de 2020, na semana da visibilidade lésbica, o Coletivo Resistência realizou uma *live* com três casais homoafetivos com a temática da dupla maternidade. Nesta temática os casais conversaram sobre suas próprias identidades, o processo para se tornar mães, os processos burocráticos para poderem legalmente registrar a criança como

membro de suas famílias, suas dificuldades no dia a dia, e também as vantagens que a dupla maternidade pode trazer.

Essa live se tornou instrumento de análise dessa pesquisa. Mas, não nos contentamos somente em assistir sem interação. Por isso almejamos fazer entrevistas com os casais participantes também que aceitaram participar das entrevistas comigo para que pudéssemos aprofundar questões relacionadas aos processos formativos das identidades de gêneros de seus filhos e filhas.

Entendendo que essa temática é delicada por se tratar de um tabu na sociedade, e que a socialização se ocorre por um processo geracional vertical (adulto x criança) com maior ênfase no âmbito privado (família), optamos por entrevistar famílias homoafetivas com o intuito de apreender e compreender a realidade da maternidade lésbica. O objetivo dessa pesquisa é compreender e analisar as concepções que tangem às questões da educação/formação da criança no contexto familiar (primeira socialização) para e na construção das identidades de gênero, uma vez que as construções identitárias desembocam na segunda socialização da criança e esse espaço formal passa a ser determinante de complexas tensões intersubjetivas.

Todavia, nesta pesquisa a família passa a ser o *locus* privilegiado dessas ações, levantando a hipótese de que por se tratar de um processo impositivo das marcas do gênero que acontece desde antes o nascimento do sujeito, a socialização de gênero muitas vezes é isenta de reflexão reforçando estereótipos sociais.

INTRODUÇÃO

Há quem acredite que as identidades de um sujeito são construídas internamente dentro do próprio ser, ora por uma justificativa de intervenção divina, ora justificado por um processo interno do sujeito com ele mesmo. Entretanto, com o avanço dos estudos as desmistificações e quebras de tabus a respeito desta temática, emergiram concepções mais amplas a respeito deste processo de construção. As diversidades de gêneros estão ganhando espaço dentro do contexto social por meio de movimentos sociais. Pode-se dizer que um dos resultados é a ampliação das delimitações e enquadramentos de sujeitos que correspondessem apenas a binariedade de gêneros masculinos e femininos; visibilidade à pluralidade social e subjetiva existente; problematizações das situações em que diversos sujeitos são colocados pela sua escolha e também, no avanço de estudos científicos a respeito do tema.

Entretanto, apesar deste desenvolvimento se fazer perceptível, uma parte da sociedade ainda tem enraizado preconceitos e juízos de valores arbitrários na permanente reafirmação da heteronormatividade a partir da imposição de costumes culturais arcaicos às crianças, por exemplo, até mesmo no seio familiar. A família é importante influenciadora da formação do sujeito e suas ações, por ser um ambiente educativo/formativo o qual transmitem à criança a prática social e cultural, e que por tanto, deveria ser livre de violências simbólicas para com as crianças, como a imposição da identidade de gênero. Diante desse espectro a formação das identidades de gênero passam a ser construídas por meio de falas de *outrem* na excelência da terminologia kantiana ao se referir à menoridade que agregam valores tradicionais.

É verdade que a sociedade não foi uma criação da natureza, e muito menos divina, o homem a criou e, concomitantemente, ela o cria também. Esse movimento de resignificação acontece permanentemente em meio as vivências das pessoas. Uma estrutura fortemente consolidada na sociedade são as relações de poder que acontece por hierarquizar os indivíduos pela sua etnia, pelas características físicas e também pelo gênero. Impondo status, valores e significados, as normas sociais reguladoras podem se isentarem de problematizações, constituindo um falso senso de identidade tanto individual, quanto coletiva do ser humano. Tais normas se estruturam conforme o meio social vivenciado, antecedendo até mesmo o nascimento, livrando-se da reflexão dialética do próprio ser, principalmente pela influência afirmativa de instituições de controles ideológicos e/ou religiosos. Por tanto, a cada vez que o papel social pré-determinado se consagra por um indivíduo, mais longe está de refletir sobre suas identidades.

Isso ocorre porque nosso mundo interno se constrói a partir do mundo externo que estamos inserido, por ter a capacidade de interiorizar significados. O ser humano participa do processo de se tornar sujeito desde a infância com as interações sociais vivenciadas, e por seu mundo interior ser aberto e imperfeito, sente necessidade de estrutura-lo por meio da cultura.

Desde a gênese da sociedade, usando justificativas religiosas com apelos à mistificação, o homem heterossexual branco colocou-se enquanto centro de toda a organização social, e para a sua segurança “santificou-se” como o ideal de ser. O avanço nos estudos identitários nos mostra que essas idealizações de existência podem ser quebradas e ressignificadas a partir de uma concepção crítica do sujeito perante sua realidade. Sendo assim, nesta pesquisa percebemos o sujeito como ativo na sociedade, com a capacidade de se apropriar, refletir e ressignificar suas ações e sua realidade.

Quando o indivíduo apreende seu lugar social, também aprende o lugar social do outro, a reflexão destes fazem com que o sujeito tenha a capacidade de analisar o contexto em que se está inserido, ter consciência da sua historicidade, e posteriormente planejar mecanismos para a alteração ou afirmação destes comportamentos. Recentemente com as grandes mudanças sociais que vem ocorrendo, a individualidade tem se mostrado cada vez menos passiva. No caso das mulheres, a influência do feminismo fez com que parte de mulheres domésticas saíssem dos ambientes privados (domésticos) para os públicos (sociais), mas essa alteração é vista como algo audacioso que rompe o antigo modelo de comportamentos, causando discriminações e preconceitos, levando a maioria das famílias a educar suas crianças da maneira convencional aceita socialmente. A forma como as visões estereotipadas e tradicionais sob as mulheres ainda continuam a perpetuar na vida social são reflexo dessa educação que se encontra consolidada na estrutura da sociedade, violentando simbolicamente sujeitos em formação impedidos da autocompreensão do seu ser. Realizar pesquisas sobre gênero se torna indispensável para o avanço da visibilidade desta temática.

O âmbito privado oferece as primeiras relações sociais que a criança tem contato e desempenha papel primordial na educação. Portanto, é preciso entender como que essa instituição tão importante influencia na construção do sujeito, para que possam ser desenvolvidas ações que rompam com esse *loop* histórico de sujeitos restringidos à categorização de atitudes e valores. Isso resulta em identidades de gênero artificiais, incompreendidos e negligenciados.

Pode não ser reconhecida, mas a educação que ocorre no seio familiar, acaba muitas vezes afirmando o *status quo* dos sujeitos. Nela o sujeito e suas relações não são refletidos, por exemplo, o machismo e a estereotipação ocorrem de maneira natural podendo ser perpetuado desde a infância e até em nas socializações em toda a vida. Isso reforça o preconceito e as estruturas sociais impostas nas quais uma mudança é vista como uma transgressão social. É indubitável que pesquisas sobre esses temas sejam feitas, pois é preciso buscar compreender de maneira explícita como a socialização de gênero acontece no âmbito privado, para que então medidas concretas possam ser tomadas em uma tentativa de desconstrução desses costumes.

Entendendo que essa temática é delicada por se tratar de um tabu na sociedade, e que a socialização se ocorre por um processo geracional vertical (adulto x criança) com maior ênfase no âmbito privado (família), optamos por entrevistar famílias homoafetivas com o intuito de apreender e compreender a realidade da maternidade lésbica. O objetivo dessa pesquisa foi compreender e analisar as concepções que tangem às questões da educação/formação da criança no contexto familiar (primeira socialização) para e na construção das identidades de gênero, tendo em vista que, por muitas vezes se tratar de um processo impositivo que acontece desde antes do nascimento do sujeito, a socialização de gênero muitas vezes é isenta de reflexão reforçando estereótipos sociais.

No próximo item desta introdução buscamos elucidar o conhecimento da etnografia e sua importância para pesquisas na infância. Abordarei o que é a etnografia e qual a postura do etnográfico, buscando assim, esclarecer a perspectiva que usamos para a coleta/geração de dados com a finalidade de melhor compreensão da importância da pesquisa neste contexto, além de deixar claro a perspectiva usada para se referir a criança e a infância. Há uma ressalva importante sobre o caráter da pesquisa feminista, que é a perspectiva principal e desafiante deste trabalho, pois é por meio da crítica feminista que busquei afinar o olhar para os sujeitos entrevistados para elucidar a perspectiva formativa a partir da qual forjam a educação dos seus filhos.

Se tornou um desafio trabalhar dessa forma pois, as categorias usadas para estudo e análise são fluídas, e durante o processo de desenvolvimento do eu pesquisadora, nós acadêmicas somos treinadas para lidar com a exatidão de respostas e teorias. Trabalhar com a instabilidade – que principalmente, a pós-modernidade nos traz – é correr o risco de ter a pesquisa desvalidada pela “falta de rigorosidade acadêmica”. A verdade é que assim como todos espaços sociais, a academia e essa pesquisa não têm caráter neutro sobre a metodologia e teorias utilizadas pois estão cercadas de relações e jogos de poder.

Optei por entrelaçar os estudos culturais, gays e de mulheres, como uma alternativa positiva para o avanço deste trabalho e para assegurar a “rigoriedade acadêmica”. Entretanto, é impossível dizer que todas essas linhas escritas sejam uma verdade universal sobre as categorias analisadas de uma perspectiva única. Apesar dos grandes esforços realizados na tentativa de descolonizar e despatriarcalizar o currículo e teorias acadêmicas, sei que até mesmo o trabalho mais “selvagem” pode ser domesticado e cooptado no espaço universitário primordialmente branco, masculino e elitista.

No primeiro capítulo trouxemos como contextualização do campo teórico um pouco da história do feminismo, e a historicidade da mulher enquanto sujeito de transformação social. Faço uma crítica ao status privilegiado das mulheres brancas durante as várias oscilações do movimento feminista buscando pontuar algumas análises feitas a partir de teorias mais radicais sobre como essa atuação branca acabou por desradicalizar o movimento, resultando na transformação do mesmo em um objeto midiático de “todas”. Essa crítica está pautada na máxima de que não existe “a mulher”.

No segundo capítulo, é abordado a importância de estudar essa temática dentro do contexto acadêmico, e se atentar à domesticação das pesquisas feministas. Esse capítulo se faz presente após uma reflexão em que percebemos a baixa quantidade de pesquisas acadêmicas feministas e sobre estudos de gêneros que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul contém. Isso pode simbolizar o próprio comportamento dicotômico corpo x mente dos pesquisadores e professores, no qual o corpo é sempre negligenciado durante o processo de formação de professores e as próprias práticas pedagógicas. O corpo é deixado de fora da academia por se tratar de um símbolo de impureza junto com todas concepções que acercam a temática.

As universidades, a UFSC, por exemplo, que possuem um currículo mais concreto e livre se transformam em grandes centros de estudos dessas questões, enquanto o restante das universidades, a UFMS, por exemplo, empurram os estudos feministas e de gênero para o “guetos” acadêmicos (reduzidos em grupos de pesquisas). Isso só mostra o quanto o corpo é marginalizado dentro e fora da universidade quando o colocamos em contraste com o símbolo de maior elitismo da academia, a mente.

No subcapítulo são pontuadas algumas concepções sobre gêneros, corpos e sexualidades. Nesta discussão buscamos compreender e dialogar com perspectivas decoloniais sobre gênero. Como é sabido, existem sociedades a-gênero e por isso aponto o gênero como uma invenção patriarcal branca para se referir a qualquer “outro”

ser que seja diferente do homem branco colonizador, a mulher nesse sentido, se diminuí apenas à máquina de procriação. A binariedade de gênero nasce a partir dessa concepção que só se pode existir homem ou mulher, masculino ou feminino. Tal binariedade está intrinsecamente ligado ao corpo e o sexo.

O avanço dos estudos culturais mostrou que cada vez mais surgem novas formas de existir no mundo, e que os sujeitos estão começando a experimentar a complexidade de suas identidades. Não somos apenas gênero, apresentamos interseções que constroem outras diversas identidades, muitas vezes conflitantes, dentro de nós. A pesquisadora que vos escreve é uma mulher branca, bissexual, proletária, acadêmica, professora, irmã, filha, esposa... Cada parte do “eu” se torna uma identidade que me compõe, e desenvolvo processos de identificações e exclusões que vão me situando em espaços sociais.

Esse processo acontece com todo indivíduo que permeia o meio coletivo. Aqui levantamos uma crítica à ideologia neoliberalista como modo de viver e ver o mundo que está em constante ascendência na sociedade. Criando cada vez mais sujeitos incapazes de compreender no coletivo, idealizações de sucesso e fracasso processos que tornam a sociedade convicta de “sujeitos fracassados”.

A partir da necessidade subjetiva de concretizar uma “identidade”, nosso corpo se torna algo físico capaz de fazer transparecer quem somos, tanto para nós mesmos como para os outros, o que resulta nos grandes esforços que fazemos no cultivo e na valorização do corpo, por meio de cuidados estéticos, atividades físicas, roupas, adornos, tatuagens etc.

Nessa perspectiva, o comportamento – principalmente o sexual – têm a tendência de classificar e categorizar os sujeitos. A sexologia no século XX desempenhou papel importante para essa categorização ao estudar e catalogar as diversas práticas sexuais dos indivíduos, culminando na reafirmação da heterossexualidade e a marginalização do ser gay recentemente descoberto. Entretanto, somos sujeitos subversivos de nascença. Apesar de sermos influenciados a todo momento por aparelhos ideológicos, fazemos grandes esforços para reafirmar nossas identidades. Sendo assim, a cada dia poderemos reconhecer novas formas de existência na sociedade, novos gêneros, novos tipos de corpos, e mesmo sendo reflexo de um “afrouxamento” das normas reguladoras, não passaremos ilesos pelos grupos tradicionais com tendências liberais, que necessitam de um modelo “ideal” para continuar cultuando suas perspectivas de pseudossucesso.

Família, feminismo e o espaço formal de educação são os temas do terceiro capítulo, nele busco aprofundar a perspectiva feminista de família, realizando uma crítica

à falta de posicionamento e intervenção do movimento quando o assunto é maternagem. A idealização da família “Doriana” - nome irônico dado para configurações familiares dentro da norma, formada por homem, mulher e filhos - ainda está enraizada no imaginário social. O reconhecimento dos diversos arranjos familiares se faz necessário para que possamos compreender e estudar a educação familiar que ocorre na primeira socialização da criança. O estudo da educação familiar, muitas vezes é desvalidado pelo campo educacional. Entretanto, a sua importância é indiscutível para podermos mudar o papel social da escola, já que é nesse espaço em que as tensões subjetivadas dos educandos são colocadas frente a frente. E não apenas entre os educandos, mas também entre as duas instituições família e escola.

A escola é uma instituição ideológica e faz parte do jogo das relações de poder. Desde sua origem ela desenvolve o papel de transmitir para toda comunidade escolar um ideal de “ser” – um ideal burguês, branco, patriarcal e utópico. Para tornar esse espaço mais plural é preciso reconhecer as diversidades e singularidades daqueles que o transitam. Demonstrar a importância do estudo da educação familiar para aperfeiçoar o espaço formal de educação e as práticas pedagógicas do professorado é o grande desafio desse capítulo.

Em seu subcapítulo foi realizado uma conceitualização sobre os novos arranjos familiares. Um tema que está cada dia mais em evidência, principalmente perante as políticas públicas

No quarto capítulo analiso de modo amplo as entrevistas dos casais escolhidos. Há duas grandes questões levantadas em torno dessa pesquisa: a primeira é que, de acordo com a historicidade das mães lésbicas durante seus próprios processos de identificação, elas se tornam indivíduos mais livres e mais “capazes” de educar seus filhos de forma subversiva? Ou mesmo tendo uma historicidade de subversão, as mães lésbicas ainda continuam transmitindo a binariedade de gênero para seus filhos, o que resultará na afirmação que, na verdade, não é a maternidade que atua de forma subversiva, mas sim as próprias crianças a partir do modelo familiar? O que buscamos não é colocar em julgamento o que é certo ou não durante a maternagem, mas sim tentar analisar quão subversiva ela pode ser – ou não.

No subcapítulo aprofundamos a contextualização da cidade de Três Lagoas, com o intuito de esclarecer para o leitor a historicidade da cidade perante a comunidade LGBTQIA+, e também para a construção do Coletivo (R)esistência o qual proporcionou

a *live* da Semana da Visibilidade Lésbica que também foi usada como instrumento dessa pesquisa e como ponte para o estreitamento do contato com os casais entrevistados.

Esclareço que o caminho que trilhamos para alcançar o objetivo geral, é complexo e cheio de tensões, por isso torna-se imprescindível que o leitor entenda que os dados e os resultados são finalizações de reflexões e estudos teóricos. Demonstram não apenas a importância dos estudos das/sobre infâncias, mas também a gama de conhecimentos que essa área tem a agregar aos estudos sociais.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Pesquisas do campo da educação carregam em si um paradoxo por serem majoritariamente qualitativas: contribuem para que possamos enxergar as subjetividades de determinados contextos e sujeitos; mas por outro lado, são vistas como “menos rigorosas” por se tratarem de uma interpretação da realidade. Como destaca (DEVECHI e TREVISAN, 2010)

Não há dúvidas que elas trouxeram muitos benefícios para a educação, pois foi por seu intermédio que passamos a considerar elementos não mensurados por meios matemáticos, como a subjetividade, os valores, os contextos, os sentimentos, as diferenças e as questões sociais e culturais, entre outros (...). A sua aproximação com o senso comum não as tornaria, em princípio, improdutivas, antes pelo contrário, serve-lhes de apoio, como reserva de energias que enriquece o seu acontecer, entendemos que as pesquisas qualitativas parecem não estar realizado esse diálogo adequadamente (p. 149)”

A partir de análises de autores como Clarice Cohn (2005), Silvia Sanchez Gamboa (1998) e Humberto Eco (1997), entende-se que para as pesquisas nas áreas das humanidades não são contempladas de maneira ampla pelos procedimentos fundados de análises quantitativas, sendo assim, cada ciência se apropriou e reconfigurou novos procedimentos metodológicos que validassem suas formas de estudos, no caso das ciências humanas, uma forma que incluísse as subjetividades. O que enfrentamos é a falta de entendimento do que de fato significa uma pesquisa qualitativa. Para que o trabalho tenha sua rigorosidade validada é preciso escolher o tipo de métodos, procedimentos e técnicas capazes de apreender o contexto escolhido, que ofereça e amplie os entendimentos a seu respeito, sua história e suas tensões.

Para THESING e COSTAS (2017),

Pesquisar é uma atividade que exige estranhamento, questionamento, inconformidade ao posto como correto, como ordem; tem como objetivo a busca do conhecimento do que se esconde o cotidiano.

Pesquisar, então, está associado à necessidade de conhecer, de procurar possíveis respostas a hipóteses pensadas a priori pelo pesquisador – estas que podem ser refutadas tendo em vista o que dizem àquelas, dentro de determinado campo de possibilidades de análises (p.1840)

Portanto, a pesquisadora da área das humanidades, além de assegurar-se para escolher bons procedimentos, também deve apropriar-se da postura do estranhamento, tendo em vista que sua pesquisa pode contribuir para modificar as convenções sociais ou reforçá-las. O rigor científico é embasado na organização do caminho investigativo trilhado a partir da descrição clara a respeito das metodologias escolhidas: escolha dos sujeitos, procedimento e instrumentos de coleta de dados e análise dos mesmos.

Na busca de compreender essas diferentes questões de pesquisa e seus contextos, a pesquisa em educação é composta por diferentes áreas de conhecimento e perspectivas de análise que cruzam seus saberes diante dos objetos de estudo. Por isso, a natureza da pesquisa em educação é pluridisciplinar e não há, de acordo com Charlot (2006), uma pesquisa dita educacional, mas sim um conjunto de áreas do conhecimento voltadas ao estudo da educação (...) Nesse sentido, entende-se que a pesquisa em educação não pode limitar-se à simples coleta de dados a partir de um determinado conjunto de técnicas e métodos (p. 1848)

Com isso, as pesquisadoras buscam desenvolver e utilizar metodologias que facilitem a comunicação com seus sujeitos sem perder a rigorosidade, sendo uma dessas a abordagem etnográfica que busca se comunicar e se apropriar de diferentes culturais além da linguagem verbal. O consentimento e o conforto do sujeito pesquisado complementa a postura crítica e séria da pesquisadora, reconhecer as fronteiras entre pesquisadora-pesquisado faz com que ambas as partes estejam claras dos seus papéis desempenhados no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, a ética da pesquisadora garante o bem estar de todos os participantes, a qualidade dos dados coletados e a análise crítica.

A etnografia é um dos métodos utilizados pela antropologia para o estudo e coleta de dados baseado no contato da pesquisadora com o grupo de sujeitos escolhidos para serem estudados. É importante ressaltar que nem sempre esses sujeitos são pertencentes de grupos radicalmente distantes fisicamente e culturalmente, os estudos podem ser feitos com grupos mais próximos/habituais, com pessoas que aparentam pertencer de forma homogênea na sociedade, denominada Antropologia Urbana que faz subsídio à esses estudos recentes de grupos LGBTQI+, organizações religiosas, moradores de rua, historicidade da mulher e o feminismo e como é o caso deste trabalho, construção das identidades de gêneros. Estudam sobre as grandes populações urbanas que não são

superficialmente diferentes do todo social. Como aponta Gilberto Velho (1980) é preciso estranhar o familiar para poder perceber mudanças sociais como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas, neste sentido, a neutralidade e imparcialidade não existem, a hierarquia social é organizada por meio de estereótipos de diferentes categorias sociais que os próprios sujeitos realizam por achar que viver na mesma sociedade significa estar em realidades próximas ou equivalentes, pois o rótulo ao Outro é criado de acordo com os princípios de socialização inculcados em cada indivíduo. Familiaridade e exotismo são conceitos que andam lado a lado, conhecer a realidade social do Outro implica se desnudar de pré-conceitos e expor-se ao confronto da subjetividade alheia. É importante ressaltar que existem vários instrumentos para a realização desse tipo de estudo: fotos, questionários, desenhos e filmagens são utilizados por diversos pesquisadores, portanto, a observação participante é apenas um dos instrumentos disponibilizados por esse método. É por meio destes instrumentos que é possível perceber transformações sociais e estruturais do grupo, compreender e descobrir a organização de seus sistemas de significados culturais, resultando em uma pesquisa mais detalhada e maior compreensão do Outro. Essa característica do método etnográfico faz com que a pesquisadora possa ouvir o que o grupo analisado diz de si.

Nesta pesquisa, para trabalhar com a infância, é preciso compreender todas as prerrogativas que a cercam, Anete Abromowicz e Tatiane Consentino Rodrigues (2014) abordam uma descolonização do “pesquisar” e de conceitos para que se possa construir e reconstruir novas concepções e perspectivas sobre a temática. Começando pela Pedagogia Tradicional que vê a infância enquanto algo negativo e selvagem necessária de intervenção adulta, regada de tensão geradas por relações de poder, universalizada e padronizada para moldar a criança ideal pelo olhar adultocêntrico. A infância é uma experiência única e extremamente significativa para o indivíduo, e a interferência inadequada do adulto é extremamente nociva.

Natália Fernandes (2016) aponta a infância como um fenômeno contemporâneo e instável, onde as metodologias de pesquisas e o olhar de infância e criança foram simultaneamente se alterando ao decorrer dos anos, onde a criança perversa, não-confiável e vulnerável passou a ser sujeito ativo de suas vivências, e a infância vista como algo engessado, passou a ganhar novas perspectivas, desafios e diversidades. A autora ressalta a importância da ética em pesquisas sobre infância, e que a mesma tem uma construção ativa durante as relações de investigação estabelecidas, sendo estruturada por direito, deveres, benefícios e riscos assumidos pela pesquisadora. A pesquisadora deve

estabelecer relações de poder horizontais para perder a posição hierárquica de adulto detentor do conhecimento e portador da voz do Outro, para que possa perceber que tanto ela quanto o sujeito ali presente estão em processo de construção.

A importância de dar e ser portador da voz do Outro, principalmente da criança é um ponto ressaltado por Manuela Ferreira e Ângela Nunes (2014) que aponta a etnografia como método que permite essa participação da criança de forma mais ativa da produção, onde o pesquisado precisa inverter as relações de poder acerca da infância para poder se inserir e vivenciar o mundo infantil. A valorização do diálogo, o estudo do cotidiano, dos contextos e dimensões sociais são imprescindíveis, é necessário interpretar e traduzir sentidos subjetivos.

Algumas teorias apontam que a sociedade se organiza de acordo com papéis sociais, em que cada indivíduo se apropria de um papel e exerce ações de acordo com as funções designadas para ele: mulher = mãe, dona de casa; pai = procriador, trabalhador e outros. Cohn (2010) discorre sobre a mudança que ocorreu nessa perspectiva e que atualmente a sociedade é vista como um conjunto estruturado em constante produção de relações e interações entre os sujeitos que são denominados atores sociais e criam seus próprios papéis. A criança, nesse sentido, torna-se sujeito socialmente ativo e autônomo cultural, ou seja, produtor de cultura, uma cultura plural.

Márcia Buss-Simão (2009) escreve a partir de duas escolas diferentes sobre estudos da infância. A Escola de Cultura e Personalidade aponta a influência da cultura como padrões que moldam e conformam o ser, que conseqüentemente vive em espaços onde tudo é cultural. O fim da socialização ocorre na idade adulta. Já a Escola de Estudos sobre Socialização aponta a sociedade estruturada por papéis e atores sociais que está em constante movimento. A cultura faz seu papel formador ao longo das práticas realizada pelos sujeitos durante toda sua vida, ressaltando que as crianças entendem melhor a cultura, uma vez que os adultos já a naturalizaram. A criança possui a capacidade de agir no mundo de agência única como aponta Patrícia dos Santos Begnami (2010), tornando o universo infantil qualitativamente diferente do universo adulto.

Ao utilizarmos as crianças como sujeitos do estudo é preciso entender o que é ser criança para aquele determinado grupo e determinado local. Concordamos com Cohn (2013) quando a autora chama atenção para a inexistência de uma infância universal e padronizada.

As crianças são sujeitos pensantes que têm consciência de suas condições, seus comportamentos e respostas mudam de acordo com o contexto. Talvez sejam o sujeito

social mais subversivo. O poder de adaptação da criança ao meio em que convive a torna subversiva, apesar de estar vulnerável às imposições dos adultos, ela é capaz de compreender as relações de poderes que a rodeiam e qual seu lugar nelas, e é a partir deste entendimento que consegue subverter essas imposições por meio de estratégias infantis.

Primeiro aprender e depois apresentar é o que diz Clifford Geertz (1989), esse tipo de prática alarga o discurso e conhecimento humano, e por compreender a cultura entende-se expor sua normalidade sem reduzir sua particularidade. É preciso aprender de primeira mão com o próprio nativo dessa cultura para que então possa sistematizá-la de acordo com a interpretação subjetiva do pesquisador. É preciso compreender que toda análise cultural é feita por abordagens interpretativas e a teoria deve se conservar o mais próximo da cultura estudada, uma vez que estudos se constroem uns sobre os outros. O estudo da cultura é feito através de análises de atos simbólicos. Sendo assim, Flávia Pires (2010) determina que os adultos não são a única fonte de aprendizagem infantil, as crianças enquanto sujeitos históricos e ativos pertencentes a uma categorial geracional produzem significados entre sua própria população a partir da socialização, ou seja, produzem sua própria cultura, conhecida no campo educacional como culturas de pares exclusiva desta categoria. Por tanto, pensar que os adultos têm o poder de incutir a elas a cultura se torna incoerente, principalmente porque elas nesta perspectiva, são agentes de mudanças e continuidades.

Entender que a cultura não é uma entidade e sim algo dinâmico em constante movimento, e que as crianças não só fazem parte dela como a modificam e a reconstróem é a essência da produção de pesquisas acerca da infância. Faz-se essencial para o pesquisador que adentra o universo infantil compreender e aceitar a pluralidade de infâncias e crianças com a intencionalidade de romper as tensões de relações de poder geracionais que existem. É preciso romper a perspectiva tradicional acerca desta temática, e assumir os riscos de pesquisá-la de maneira desconstruída.

Uma pesquisa feminista – principalmente no campo educacional – é desafiadora,

Uma ciência feminista se constitui simplesmente no reverso da medalha, na outra leitura, na voz que foram silenciadas. Essa tem sido uma das justificativas e um dos encaminhamentos da investigação feminista. Assim foram e são feitos estudos que resgatam a presença feminina na História, nas Letras ou nas Ciências, bem como estudam que denunciam (e explicam) o processo de silenciamento a que as mulheres foram submetidas nesses e em outros campos. Ainda que se possa insinuar nessa posição algum sentimento de revanche, ela também implica a ideia de que os grupos que são submetidos têm, usualmente, melhores condições de perceber os processos de submissão (...) Essas problematizações desafiaram a própria forma de fazer ciência até então hegemônica (LOURO, 2014, p.148)

Desafiadora porque propõe muito mais que um pequeno capítulo que fale sobre mulheres, apesar dos sujeitos deste trabalho serem as crianças, se tornou crucial levantar problematizações sobre questões de gêneros, sexualidades, famílias e infâncias para que se possa concluir os objetivos propostos. A perspectiva feminista aqui busca aprofundar para problemáticas por meio de um olhar e interpretação mais “afinada”

Assumir a investigação feminista nesta perspectiva supõe, na verdade, muito mais do que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência; aceitar o desconforto de ter certeza provisórias; inscrever no próprio processo de investigação a autocrítica constante – mas fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo. Portanto, não se trata aqui de uma espécie ou conjunto de procedimentos e estratégias que se possa “adquirir”, seguindo passos ou indicações; nem mesmo se trata de adotar uma determinada orientação metodológica garantidora da perspectiva feminista. Está envolvida aqui – além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos – a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador. (LOURO, 2014, p.150)

Trabalhar gênero, infância, feminismo, corpo e sexualidade se tornou um desafio não só por serem conceitos novos, polêmicos e complexos, mas também por se tratarem de categorias fluídas. Fomos treinadas enquanto pesquisadoras para lidar com a instabilidade de conceitos fixos, com resultados e verdades absolutas, torna-se desafiador lidar com uma perspectiva de subversão cambiante concomitantemente com a tentativa de subverter pensamentos retrógrados em meio a teorias eurocêntricas consolidadas, qualquer trabalho pode ser “domesticado” neste contexto. Fazer alianças entre os estudos gays, culturais, negros e de mulheres se fez uma alternativa positiva para essa pesquisa.

A revitalização se torna ainda mais intensa a partir dos debates e das alianças com estudiosas/os ligadas/os aos Estudos Negros, aos Estudos Gays e Lésbicos, aos Estudos Culturais. Voltados todos para as “diferenças” – de gênero, sexuais, raciais, nacionais, étnicas, geracionais, culturais –, para as formas como elas são constituídas e fixadas, como são socialmente valorizadas ou negadas, esses vários campos têm, seguramente, múltiplos pontos de contato. Seus objetos de análise são aproximados, as identidades com que lidam se articulam, se misturam e se complexificam. Além disso, a forma como se aproximam dos objetos são semelhantes: são campos de estudos marcadamente engajados, dirigidos não apenas para análise, mas para a intervenção social. São ainda campos científicos “abertos”, pouco ortodoxos, marcados pelo debate e pela diversidade analítica. Estudos das culturas juvenis, da cultura operária, da mídia, das identidades nacionais, étnicas e sexuais têm “tudo a ver” com gênero, obviamente. As alianças assim são produtivas em todas as direções (LOURO, 2014, p.161)

A maternidade lésbica é o nosso objeto que tem como locus privilegiado as famílias homoafetivas com foco na educação familiar. Foram selecionadas tais famílias,

para que a partir das falas dos casais possamos compreender quais as influências que depositam sobre a construção de identidades de gêneros de seus filhos/filhas. Busca-se compreender o quão subversiva pode ser a influência dessa maternagem na formação das crianças, tendo a hipótese principal, que esses casais sejam mais abertos, desconstruídos, livres, e possam compreender a importância de sua influência na construção de identidade de gênero de seus filhos/as. Tomamos a categoria da subversividade como a *priori* uma vez que vivemos em uma sociedade sob a égide da heteronormatividade compulsiva.

Tais famílias são capazes de subverter a imposição de identidades de gênero? São indivíduos livres de preconceitos e consciente de sua influência durante a maternidade? Será que, por conta de suas identidades, podem ser mais subversivas do que casais heterossexuais? São capazes de desviar das normas reguladoras da sociedade durante a maternagem? Como auxiliam a formação das identidades de gêneros de seus filhos? São questões que cercam a pesquisa. É válido ressaltar que o foco não é julgar certo ou errado as atitudes maternas, mas sim, perceber o processo identitário que essas famílias desenvolvem com suas crianças. O parentesco neste sentido, não altera a escolha dos casais, indiferentes dos métodos conceptivos escolhidos pelas famílias, esta pesquisa entende e prioriza a convivência da criança no seio familiar. Apesar das crianças serem concebidas de diferentes formas, o que estuda-se aqui é a influência homoafetiva na construção identitária de seus filhos ou filhas. A pergunta central é como *in-con-formam* (inconformam, conformam e formam) as identidades de gêneros de suas crianças?

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO

O que é o feminismo? Bell Hooks (1952) define feminismo como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (p.13). Observar acontecimentos históricos pelo viés do movimento feminista sempre foi delicado,

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou o mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – por tanto, dos direitos como cidadã – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. Também é uma tarefa peculiar escrever sobre o movimento pela forma como se organizou: tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. (PINTO, 2003, p.9)

A polarização do movimento feminista trouxe mais mulheres para o movimento ao custo que negou suas bases mais radicais.

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que

mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. A noção de “liberdade da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham. E essa era a ideia mais fácil de realizar. Mudanças na economia do país, depressão econômica, desemprego etc. criaram um clima favorável para que cidadãos de nossa nação aceitassem a noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho (...) O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reformar e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista (HOOKS, 1952, p. 21)

Para realizar uma contextualização histórica, não seria possível falar sobre o Brasil enquanto sociedade sem mencionar a miscigenação ocorrida durante a colonização. Os portugueses não tomaram apenas terras, mas também as mulheres indígenas que as habitavam, e posteriormente as africanas (escravizadas), neste contexto a mulher era vista apenas como mão-de-obra e objeto de prazer. A chegada das mulheres portuguesas deu origem ao estereótipo Maria conhecido até hoje: por serem devotas ao catolicismo rígido daquela época, eram treinadas para casar, assexuadas, fracas, submissas, delimitadas ao lar ou a Igreja, politicamente nulas e obrigatoriamente mães (PINTO, 2000).

No Brasil Império as mulheres começaram a dar passos curtos a favor das lutas para sua inserção na esfera pública, com a flexibilidade das estruturas patriarcais, passou-se a ver com bons olhos tal acontecimento.

Entre o século XIX e XX as lutas e manifestações eram voltadas para a inserção da mulher na política, o Movimento Sufragista que se iniciou nos Estados Unidos por mulheres brancas e de classe média, se espalhou pelo mundo, dando forma ao primeiro movimento feminista organizado. No Brasil especificamente foi denominado de acordo com Pinto (2003) como a face bem-comportada do feminismo, pois apesar de levantarem discussões a respeito de avanços femininos, ainda ignoravam a exclusão da mulher e a desigualdade de gênero.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, por tanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases das organizações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26)

Houveram outros inúmeros fatos, entretanto aqui se faz um salto para a questão do voto feminino, o foco é trabalhar apenas grandes acontecimentos durante essa trajetória.

A questão do voto feminino foi o grande foco do Movimento Sufragista Brasileiro, sendo uma pauta discutida na Constituição de 1891. Mesmo o projeto não sendo aprovado, o corpo da lei não dizia explicitamente que a mulher era vetada a esse ato, entretanto, por não serem vistas como cidadãs, eram negadas aos olhos do cenário político.

A oligarquia brasileira passava por tensões. No âmbito público a sociedade estava em períodos de mudanças, tendo em vista a urbanização: emergindo as camadas médias, o proletariado e o surgimento de uma cultura urbana. Um novo modelo de organização social estava aparecendo. Já no âmbito privado,

No interior da oligarquia, a tensão relevante no que diz respeito ao feminismo é a derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiam as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação. (PINTO, 2003, p. 17)

As mulheres que apoiavam o movimento feminista estavam cada vez mais eminentes na sociedade, comparecendo à eventos – pois eram originárias da elite -, fazendo uso de jornais, e criando estratégias para que pudessem afetar a opinião pública.

Nos círculos primordialmente brancos de um recém-formado movimento de libertação das mulheres, a forma mais explícita de separação das mulheres era por classes. Mulheres brancas da classe trabalhadora reconheceram a presença de hierarquias de classes no movimento. Surgiram conflitos entre a visão reformista de libertação das mulheres, que basicamente exigia direitos iguais para mulheres dentro da estrutura de classes existentes, e modelos mais radicais e/ou revolucionários, que clamavam por uma mudança fundamental na estrutura existente, para que modelos de reciprocidade e igualdade pudessem substituir antigos paradigmas. No entanto, à medida que o movimento feminista progredia e grupos privilegiados de mulheres brancas com alto nível de educação começaram a ter acesso ao poder de classe igual ao de seus companheiros homens, a luta de classe feminista já não era considerada importante (...) Mulheres de classes privilegiadas conseguiram tornar suas preocupações “as” questões que deveriam ser o foco (HOOKS, 1952, p.65)

Em 1910 funda-se o Partido Republicano Feminino, formado como um local de segurança, onde podiam opinar e lutar pela sua emancipação, apesar de só terem conquistado o direito ao voto em 1932.

Devemos ter presente que um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe à sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições. Daí ser muito significativo a estratégia das mulheres não-detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs de direitos. (PINTO, 2003, p. 18)

Porém, o estatuto do partido ia além da luta pela aquisição de votos, ele abordava a mulher como sujeito autônomo e emancipado, atribuía-se para esta figura qualidade para exercer cargos políticos, e por fim, abordava sobre o fim da exploração sexual. A criação deste partido marcou a história do feminismo brasileiro, pois além de ser criado no momento histórico da primeira eleição para presidente, fez emergir na sociedade à figura da mulher. Ele desapareceu nos fins das décadas de 1910, mesma época em que Bertha Luz, uma grande personalidade feminista daquele contexto, retornou de Paris, e organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Ao longo das décadas de 1920 a ideia da FBPF ecoou todo o país, transitando entre à política, pois provinda da elite, Bertha não apenas lutava pelos direitos negados pelo Estado perante as mulheres, mas também o representava para o exterior. A sociedade moldada em 1920 era de mulheres cultas e mulheres analfabetas que se encontravam em meios difíceis para a progressão da FBPF, entretanto, o resultado foi um abaixo-assinado levado ao Senado em 1927, com 2.000 assinaturas. Não só essa figura e essa instituição trouxeram avanços e lutas para a conquista pelo voto, na Revolução de 1930 Elvira Komel criou o Batalhão Feminino João Pessoa, alistando por volta de 8 mil mulheres, que posteriormente, ao fim da revolução, transformou-se em uma associação de lutas femininas. O voto só foi conquistado em 1932 com a inclusão do direito do voto feminino na Código Eleitoral. (PINTO, 2000)

Nesta sociedade ardente por reivindicações com *déficits* em comunicação, o jornal se tornou aliado para os movimentos feministas, perdendo seu enfoque da moda para transparecer opiniões e assuntos como literatura, política e arte, principalmente os pequenos jornais que abriam espaços para opiniões feministas mais afrontosas, resultando na proliferação de jornais e panfletos como comunicação eficaz à chegada nas massas. Apesar de também transitar em camadas altas e cultas, esses tipos de manifestações ocupavam franjas sociais, sendo assim, não era a preocupação central da elite, porém, era

mais um forte indício que grandes mudanças sociais estavam por vir: pessoas negligenciadas pelo Estado estavam construindo espaços públicos de atuação social e política.

Juntamente com a urbanização e expansão industrial, houve a imigração de povos italianos, espanhóis e portugueses que se inseriram nas indústrias brasileiras, e influenciando ideias anarquistas, presentes em diversas greves proletárias e na radicalização dos debates sobre explorações trabalhistas. O anarquismo era um movimento crescente dentro do Brasil que via a mulher como companheira, incorporando-a nos espaços públicos, entretanto, via-se as questões debatidas pelo feminismo com uma certa indiferença.

Mas se, por um lado, é verdadeira a distância entre estes movimentos libertários e o feminismo, por outro as próprias ideologias que o professavam diminuía o espaço do preconceito contra as mulheres, permitindo que muitas delas se expressassem. Aí reside uma espécie de paradoxo: é nesses espaços revolucionários, não-feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina (PINTO, 2003, p. 34).

Deste modo, pelo viés do feminismo brasileiro malcriado, o anarquismo foi constituído também de manifestações de mulheres operárias, intelectuais de esquerda em jornais, passeatas, livros e teatros, que apontavam a desigualdade de gênero como fator primordial da condição da mulher explorada, principalmente pela relação mandante e obediente no trabalho. Esse momento é importante porque retrata a ascensão de uma classe desvalorizada duplamente: mulheres e operárias.

A verdade é que o Brasil do século XX já não reconhecia as mulheres do Brasil das primeiras décadas do século XIX, neste período além de grandes transformações sociais, houve um grande crescimento de mulheres inseridas no mundo do trabalho, a quantidade de professoras nas escolas dobrou, porém, como a profissão que perpetuava o papel natural das mulheres como protetoras/cuidadoras também causou a desvalorização da profissional e a queda salarial. Ou seja, apesar das mudanças dos papéis femininos naquela época, ainda não era possível abandonar certas imposições.

É óbvio que essa realidade pertencia as mulheres brancas da classe média/alta, pois as pertencentes de camadas populares já sabiam o que era trabalho desde a colônia. É possível afirmar que o trabalho não liberta a mulher da opressão masculina.

Não foi a discriminação de gênero nem a opressão sexista que impediram mulheres privilegiadas de todas as raças de trabalhar fora de casa. Foi o fato de os trabalhos disponíveis para elas terem sido os mesmos trabalhos de mão de obra não qualificada e pouco remunerada disponíveis para as mulheres trabalhadoras (HOOKS, 1952, p.66)

Outros movimentos sociais das mulheres foram emergindo no setor público da sociedade, escorados no feminismo apesar de se declarem fora da causa, estes movimentos tiveram importância à medida que foram conquistando espaços. Apesar de ajudarem no desenvolvimento da mulher, a outra face destes movimentos reafirmou os papéis sociais femininos impostos, uma vez que as lutas não reconheciam as mulheres como sujeitos reprimidos, pediam apenas aquilo que tornaria sua condição social mais confortável.

O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política começou a ser removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo no seu estilo de vida. Obviamente, essa maneira de pensar fez o feminismo ser mais aceitável, porque seu pressuposto subjacente é que mulheres podem ser feministas sem fundamentalmente desafiar e mudar a si mesmas ou à cultura. (HOOKS, 1952, p. 23)

Os anos 1960 e 1970, pós-guerra, prometiam uma prospera qualidade de vida em termos financeiros nos Estados Unidos e na Europa, essa ilusória estabilidade econômica deu ao tradicionalismo a reafirmação do molde familiar: reforçava os valores religiosos. Entretanto, os conflitos sociais de 1960 desmascararam a falsa felicidade. Os movimentos jovens daquela época refletiram numa nova geração que se estendeu sobre a sociedade, contestando valores e organizações sociais conservadoras em relação ao poder e a hierarquia. Nessas transformações culturais dos países estrangeiros é que se nasce um novo tipo de feminismo. Precisamos evidenciar este fato, pois foi grande a influência que essa movimentação internacional deu aos movimentos brasileiros feministas posteriormente.

Nestas mesmas décadas o Brasil passava por outro cenário, a política estava dividida em duas: de um lado os conservadores, anticomunistas, militares, partidos liberais; de outro, via-se a esquerda, constituída por partidos nacionalistas, intelectuais, estudantes, uma parcela da Igreja Católica, dentre outros. Com o golpe militar de 1964, instalou-se um regime baseado em medo, censura e prisões, a política virou uma ilusão, o patriotismo, a moral, a ética e os bons costumes se tornaram pré-requisitos para quem gostaria de continuar vivo. É neste contexto caótico e tenebroso, totalmente oposto ao

contexto internacional que vai se desenvolvendo o movimento feminista brasileiro no início da década de 1970. O golpe militar criou uma duplicidade nas lutas feministas,

Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é o central. Tal circunstância pode levar a dois cenários distintos: o primeiro muito presente nos partidos de esquerda, que tendem a minimizar essas questões específicas, incluindo-as com parte da problemática maior da desigualdade. O segundo cenário é o da presença da questão da desigualdade no interior dos movimentos, reconhecendo as diferenças que as desigualdades tomam quando se trata de mulheres pobres, negras, sem-terra ou, de outro lado, mulheres ricas e intelectualizadas. (PINTO, 2003, p. 46).

Portanto, com a instalação do regime militar muitas vezes uma luta específica, como só das mulheres, ficava interna nos movimentos sociais, principalmente por estar cada vez mais perceptível que as lutas dentro do feminismo não eram de todas. Ramificações existiam, e somado à toda repressão que recebiam, diminuía-se ainda mais o impacto que o movimento teria. A estratégia tomada, surgiu como novidade: uma rearticulação. Representantes articulavam-se junto ao governo para que eventos a favor da mulher pudessem ocorrer dentro daquele regime. Foram criados nas primeiras décadas dos anos 1970 os grupos de reflexão, enfaticamente nas cidades de São Paulo e do Rio Janeiro.

O feminismo moderno foi marcado pela criação e atuação destes grupos, constituídos de mulheres que se conheciam por amizades, atividades intelectuais e afins. Reuniões informais eram feitas no âmbito mais privado e restrito da vida doméstica, e a inserção nestes grupos eram feitas por meio de convites. Por conta da sensação de um vazio político, impotência e vontade de transformações, os grupos tratavam de problemas das mulheres, de acordo com Pinto (2003). Era um pedido de desculpas da impotência que enfrentavam, que comparado com o âmbito global significava um enorme atraso, mesmo a discussão feminina já se estendendo à temas de sexualidade, corpo e prazer.

Mulheres brancas com privilégios de classe rapidamente se declararam “proprietárias” do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras. Não importou quantas mulheres brancas da classe trabalhadora ou quantas mulheres negras individuais encabeçaram o movimento das mulheres em direções radicais. No fim das contas, mulheres brancas com poder de classe declararam ser donas do movimento, serem líderes, e o resto era um grupo de seguidoras. Relações parasíticas entre as classes ofuscaram questões de racismo, nacionalidade e gênero no neocolonialismo contemporâneo. E o

feminismo não se manteve indiferente a essa dinâmica. (HOOKS, 1952, p.75-76)

Por fim, há de se vangloriar pelo pioneirismo destas mulheres – ainda que acunhadas – em levantar assuntos da condição feminina naquela época tão tenebrosa que o Brasil passou.

Ao fim da década de 1960 houve um grande número de mulheres exiladas, perseguidas pelo regime militar pelas posturas militantes e/ou sendo esposas de homens que realizavam ações de organizações da esquerda. Surgiu, a partir deste cenário, um novo problema para o feminismo, os homens exilados via no feminismo duas ameaças: a primeira ameaçava a unidade do proletariado, enquanto, luta contra o capitalismo, e, a segunda ameaçava as relações de poder que o papel da figura masculina exercia dentro das organizações e de seus relacionamentos. Portanto, o feminismo era mal visto não só pela extrema direita, como também não encontrava apoio na extrema esquerda. Como diz, Pinto (2003) “talvez o grande problema encontrado pelos homens fosse que ele (o feminismo) estava politizando a vida dentro de casa”. Ao terem contato com o mundo fora do Brasil, e principalmente, ao feminismo por outro viés, as exiladas traziam para as organizações uma forte influência do mundo estrangeiro, tratando de construir espaços públicos de reflexão, enquanto as brasileiras ficavam restringidas dentro dos limites das reuniões informais em consequência da censura que existia no Brasil naqueles anos. O que sobrava de mais influente eram os movimentos sociais de mulheres que pediam por melhores condições, não levantando a bandeira feminista.

O ano de 1975 foi um grande marco para a história do feminismo, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) o declarou como Ano Internacional da Mulher realizando uma grande conferência no México. A partir deste marco foi adquirido à temática da mulher certo status, passando a ser visto com bons olhos – ou, no caso do Brasil, apenas a ser visto. No cenário brasileiro uma grande referência disto é a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher. Nele abrigava-se diferentes tendências no feminismo: marxista, liberal e radical. As duas primeiras, de natureza extremamente política, viam a questão da mulher de modo coletivo, em que a primeira reduzia a luta específica em luta de classes, e a segunda, em lutas por direitos individuais. Já a terceira tendência colocava a mulher na questão central e abordavam temas mais polêmicos e menos aceitos, por isso encontraram dificuldades em se manter organizados. Percebia-se que o Brasil tinha uma dificuldade em acolher o movimento feminista influenciado pelo

hemisfério norte, pois carecia de um ambiente político maduro e uma implosão de lutas unitárias.

No Brasil vivia-se um paradoxo. Ao mesmo tempo que o campo político estava completamente reduzido pelo regime militar, era nele que as forças progressistas viam legitimidade para qualquer embate. Daí a única luta aceita objetivava o alargamento do campo político. Sem dúvida essa era uma tarefa urgente no período, o que dificultava o crescimento de um feminismo mais autônomo (PINTO, 2003, p. 60)

Outra dificuldade encontrada no feminismo brasileiro foi certa resistência provinda das mulheres esquerdistas e intelectuais em se identificarem enquanto oprimidas sem pertencerem ao proletariado. A medida que a tomada de consciência acontecia, dava-se forma ao feminismo acadêmico.

As reuniões da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência (SBPC) serviram como espaço de manifestações contra a ditadura, e principalmente a partir de 1975, de espaço para debates feministas que por sua legitimidade acabava por burlar a censura do regime militar, o que acarretou no aumento de pesquisas em relação a mulher. Entretanto, o feminismo passou a pertencer apenas aos guetos acadêmicos. Bons trabalhos eram produzidos, mas não conseguiam o alcance do mundo fora da academia. Essa academização do movimento o enfraqueceu, em certo sentido, pois o despolitizou, mas conquistou alguns espaços acadêmicos com o passar dos anos – ainda que apenas como disciplinas de gênero.

O pensamento feminista revolucionário encontrou mais espaço na academia, entretanto, acabou se elitizando pela falta de acesso ao público exterior.

Produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrota literária e bibliográfica acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. Notavelmente, quando o movimento feminista expôs o preconceito na composição e currículo, muitos desses trabalhos esquecidos e ignorados foram redescobertos. A elaboração de programas de Estudos de Mulheres em faculdades e universidades proporcionou a legitimação institucional do foco acadêmico em trabalhos feitos por mulheres. Seguindo o surgimento dos Estudos Negros, o programa de Estudos de Mulheres se tornou local de aprendizado sobre gênero, sobre mulheres, a partir de uma perspectiva não tendenciosa (...) O movimento feminista criou uma revolução quando exigiu respeito pelo trabalho acadêmico de mulheres, reconhecimento desse trabalho do passado e do presente e o fim dos preconceitos de gênero em currículos e na pedagogia. (HOOKS, 1992, p.42-43)

De 1975 em diante, o país também começou a dar pequenos passos em direção a redemocratização com a anistia já em vigor, e as mulheres exiladas retornando ao Brasil e se depararem com o feminismo que aqui existia

Voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descobertos seus direitos e, mais do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto os seus corpos, com suas mazelas e seus prazeres. Mas o Brasil que encontravam era um país dominado por uma ditadura militar sangrenta, na qual todas as frestas de expressão que sobraram deviam ser ocupadas pela luta pró-democratização, pelo fim da censura, pela anistia aos presos e políticos exilados. Somava-se a isso uma tradição marxista ortodoxa muito arraigada, que via esse tipo de luta como um desvio em relação à luta fundamental do proletariado contra a burguesa. (PINTO, 2003, p. 65)

A década de 1980 trouxe para o Brasil um ar mais leve, ainda que presidentes fossem eleitos por militares, o AI-5 (Ato institucional 5) já não mais vigorava, e a redemocratização parecia cada vez mais próxima. O feminismo se dividiu em dois: um lado do movimento lutava pela sua institucionalização que o aproximaria da esfera estatal, e o outro lado via nessa aproximação uma perda de identidade do movimento. Percebia-se consequências em ambas escolhas, por um lado poderia se atrelar a um partido e ameaçar a sua unidade e autonomia, e por outro, manter-se unido e limitar sua participação no campo político. Por fim, houve a institucionalização que agregou ganhos ao movimento como a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), porém não trouxe a participação efetiva em instâncias decisórias como acreditavam algumas feministas. (PINTO, 2000)

A representação feminina dentro da esfera política continuou baixa mesmo depois de anos de lutas feministas. Na construção da Constituição Federal 1988 as “bancadas femininas” surgiram, e ainda que não se declarassem feministas tinham as mesmas reivindicações. A “Carta das Mulheres” foi um documento elaborado pelo feminismo brasileiro contemporâneo, promovido pelo CNDM, e defendia a justiça social, o ensino público e gratuito para todos, a reforma agrária e tributária, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), além de detalhar direitos femininos no âmbito público e privado. Neste período também houve forte pressão do movimento feminista para a implantação de suas reivindicações à Carta Constitucional, uma forte estratégia de participação na política por meio de uma pressão organizada sendo a marca do feminismo dos anos de 1980. Apesar, como foi dito, de alcançar a capacidade de afetação na esfera pública, não houve êxito da inserção do movimento feminista nas tomadas de decisões, apesar de sua extensa rede de

participação que englobou grupos feministas ou não, que variavam de expressões locais à nacionais, com mulheres líderes de diversas áreas, políticas e acadêmicas. O CNDM foi ao declínio quando a política não lhe estava favorável, indicando a precariedade da inserção de movimentos sociais dentro da esfera de formação de políticas públicas.

A década de 1980 trouxe à tona diversos temas sobre a condição da mulher, por exemplo, o assunto da violência à mulher que sempre foi um tabu restrito à vida doméstica. O homem era portador da vida ou morte dos sujeitos que formavam seu núcleo familiar e residiam no mesmo local, portanto, a mulher negra era objeto de estupro, e a mulher branca, submissa ao seu papel de esposa. A violência se justificava por si própria, vista como lei, a não obediência se pagava com sangue. Com a urbanização a todo vapor no século XX, se desfaz a família estendida: a mulher se faz cada vez mais presente nas ruas e no trabalho, dividindo o sustento da casa com o marido, porém,

Essa nova situação não mudou radicalmente a posição de mando no interior da sociedade conjugal. O homem, protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora continuou sendo a voz de mando na casa em relação tanto à mulher como aos filhos, e os atos de violência contra mulher e os filhos eram vistos como questões de foro privado em que o Estado e lei não deveriam interferir. (PINTO, 2003, p.80)

É preciso analisar esse contexto: ele só se fazia real para as mulheres brancas da classe média que estavam conquistando seu papel enquanto trabalhadoras, já as negras e/ou provindas de camadas populares já o reconheciam a muito tempo.

O movimento feminista atrelado às organizações de apoio as mulheres lutaram para criação de instituições de apoio e proteção, entretanto, logo se viram em crise, pois posteriormente ao atendimento, as mulheres voltavam a conviver com seus maridos. Sendo resultado de uma dependência financeira, as mulheres com salários baixos, filhos e falta de boas condições para viver, percebiam-se necessitadas de um homem em casa para agregar na renda familiar, àquelas atendidas não queriam ser militantes, apenas queriam parar de sofrer abusos. Com o desenvolvimento destas instituições, surge-se o feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGs), e também logo após, as delegacias especializadas. Apesar de não acabarem com a violência à mulher, essas instituições reconheciam as mulheres como vítimas que necessitavam de atendimento e apoio.

Outro grande tema central dos anos 1980 foi a saúde da mulher, cuidados com a maternidade, prevenção do câncer, planejamento familiar, sexualidade e aborto. Entretanto, o planejamento familiar era relacionado com o controle de natalidade da

população pobre, e a sexualidade quando debates levados à público eram pouco abordados.

Os anos 2000 trouxeram uma sensação do declínio do feminismo, pois houve um esmaecimento do movimento e manifestações contra ele e/ou pós-feministas, a verdade é que o feminismo engajado e resistente dos anos 1970 e 1980 não existia mais, tanto no Brasil quanto em outros países. Surgiram novos pensamentos e estratégias que efetivaram dois novos cenários,

O primeiro refere-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres. Essas duas movimentações são complementares e, ao mesmo tempo, agem em direções diversas. Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa (PINTO, 2003, p. 91)

Por mais que não se tenha aumentado expressamente o número de mulheres aderidas ao movimento, houve uma grande mudança no meio social que proveio deste. Piadas racistas e sexistas não tinham mais espaço no meio de convivência, essa situação expressava que inferiorizar os sujeitos pelas suas diversidades não era mais legitimado, uma conquista grande. Além disso, surgiu a preocupação de trabalhar a temática em campanhas eleitorais,

Novamente, a importância dessa presença não está na sinceridade ou não dos candidatos em relação ao seu comprometimento com as causas defendidas pelo movimento feminista, mas na percepção de que este é um tema relevante que poder dar votos, ou seja, existe um feminismo difuso na sociedade, fruto certamente de anos de militância do movimento organizado, que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais. Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas (PINTO, 2003, p. 93).

Por se mostrar um movimento flexível e fragmentado, desde a virada do milênio, o feminismo passou a transitar em diversos campos, levando mulheres participarem efetivamente no campo da política – ainda que limitadamente - principalmente por meio das ONGs, as quais atuam como uma espécie de terceirização de serviços e responsabilidades do Estado. As ONGs se legitimam pelo seu passado militante, e a maioria são presididas por profissionais de alto reconhecimento e militantes conhecidos, também pela sua capacidade de adquirir fundos internacionais e nacionais. Por representar uma luta específica, agentes estatais as procuram para atuação conjunta à sociedade civil. Atualmente, uma grande parte do movimento feminista se representa por meio dessas instituições. As diversas ONGs criadas desde 1990, despertou o movimento

feminista para a sua realidade: um movimento social coletivo que deveria trabalhar em suas especificidades.

Os temas e as demandas dos movimentos sociais, assim como suas ações, caminham ao lado dos partidos políticos em uma difícil convivência, que, inclusive, tende a ser mais tensionada quando se trata do movimento feminista. A dinâmica que essa relação tomou, somada à abertura da participação da sociedade civil organizada, a partir da Constituição de 1988, levou a uma espécie de divisão de trabalho, em que os partidos ficam com os grandes temas e com candidatos mais universalistas, e os movimentos sociais e, atualmente, as ONGs com as representações nos espaços institucionais não-eleitos que tratam com questões específicas. (PINTO, 2003, p. 99).

Cada vez mais o feminismo foi sendo institucionalizado, “domesticado”, perdendo seu caráter subversivo, questionador e radical, se distanciando das massas.

O movimento perdeu seu potencial fundamentado na massa (...) Sem o grupo de conscientização como local em que as mulheres confrontavam seu próprio sexismo em relação a outras mulheres, o direcionamento do movimento feminista poderia mudar para um foco de igualdade no mercado de trabalho e confronto com a dominação masculina. Com o foco reforçado na construção de mulher como “vítima” de uma igualdade de gênero que precisava ser reparada (através de mudanças nas leis discriminatórias ou de ações afirmativas), a ideia de que mulheres precisavam primeiro confrontar seu sexismo internalizado como processo para se tornar feminista perdeu o valor. (HOOKS, 1952, p. 29)

O movimento feminista brasileiro passou por diversos momentos históricos que o marcaram, sendo assim, a forma como o conhecemos hoje é constituída por toda essa bagagem de lutas e reformulações. Com ele, novos direitos foram conquistados para as mulheres pertencentes de algumas classes sociais, entretanto, ainda é preciso caminhar para que ocorra de maneira efetiva a quebra da opressão feminina.

Na esteira dos direitos civis, o movimento feminista revolucionários dos anos 1970 e 1980 mudou o rosto de nossa nação. As ativistas feministas que tornaram essas mudanças possíveis se importavam com o bem-estar de todas mulheres. Entendíamos que solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além de reconhecimento positivo das experiências das mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e para o caminho para derrubar o patriarcado. É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites de raça e classe se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. Enquanto mulheres usarem poder de classe raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo (HOOKS, 1952, p.36)

Antes de querermos desestabilizar e romper o patriarcado eurocêntrico é preciso reconhecer o sexismo em nós mesmas, criar consciência social; debater as interseções de raça e classe dentro do feminismo nos possibilita a isso.

Mas mulheres não poderiam se juntar para promover o feminismo sem confrontar nosso pensamento sexista. A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo umas com as outras. Visões utópicas de sororidade baseadas apenas na consciência de realidade de que mulheres eram de alguma maneira vitimizadas pela dominação masculina foram quebradas por discussão de classe e raça (HOOKS, 1952, p.20)

Aceitar os homens como membros desse movimento de liberdade também se faz preciso,

Todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas simplificar o feminismo e enxergá-lo como se fosse um movimento de mulher contra homem. Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas (HOOKS, 1952, p.13)

Bell Hooks (1952) acerta exatamente no maior problema do feminismo ao dizer que,

A única esperança genuína de libertação feminista está numa visão de mudança social que desafia o elitismo. Mulheres ocidentais adquiriram poder de classe e maior desigualdade de gênero, porque um patriarcado de supremacia branca global escraviza e/ou subordina multidões de mulheres do terceiro mundo. Neste país, as forças combinadas da indústria prisional em expansão com a assistência social voltada para o *workfare* (bem-estar em troca de trabalho), combinadas com políticas conservadoras de imigração, criam e toleram condições de servidão por contrato (HOOKS, 1952, p.73)

Precisamos ver a pluralidade de mulheres e feminismos como algo positivo para o movimento, deixando a utopia de um movimento único para mulheres iguais desmoronar.

A insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar – sugerem os limites necessários da política da identidade (BUTLER, 2020, p.23)

Para que homens e mulheres possam participar do movimento e se tornarem antissexistas, o feminismo também deve ser descolonizado. É preciso deixar para trás a concepção branca, europeia de classe média do que é o feminismo, isso só ocorre quando se olha e compreende a realidade em que se vive, entende as dificuldades, os empasses, os avanços, os aliados, os inimigos e as necessidades. É impossível concretizar um feminismo que não pode ser aplicado na realidade em que se vive, deve-se ter gratidão a tudo que o feminismo sufragista conquistou, olhar ao redor e perceber que ele não se aplica mais à sociedade globalizada que vivemos, e assim, transformá-lo em um movimento único enquanto unidade feminina, mas fragmentado enquanto práticas e lutas.

Si las feministas se abandonan al dogmatismo de la perspectiva de la dominación universal masculina, perderán la historicidad de la misoginia como producto de una construcción de la Modernidad que cruza el patriarcado católico colonial con los patriarcados ancestrales para convertir la reproducción del trabajo en trabajo femenino no pagado. Es decir, asumirán como suya la idea de subordinación. Pero si aceptan que las mujeres asumen roles activos, podrán dialogar con las mujeres de los pueblos originarios para que, en su lucha por el reconocimiento de la diversidad cultural, no se reproduzca la negación de sí mismas, de su especificidad social y de sus derechos (GARGALLO, 2014, p.34).

CAPÍTULO 2: FEMINISMOS, GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ACADÊMICO

É necessário que este trabalho traga um capítulo específico sobre a importância de tratar esta temática nos espaços acadêmicos pelo índice de trabalhos em desenvolvimento no próprio programa em que este se vincula. A falta de pesquisas destinadas a estudar a construção das identidades de gêneros na infância pode ser reflexo da falta de pensamentos críticos dos profissionais e pesquisadores a respeito dessa temática. Tratar esse assunto pela perspectiva pedagógica ajuda a pensar na criança/aluna em sala de aula e sua historicidade enquanto sujeito no exercício reflexivo do professorado da práxis pedagógica

Tratar sobre feminismo, gênero e sexualidade no contexto educacional sempre foi, e ainda é, um desafio a ser superado pelos educadores. Compreender a história e os acontecimentos que culminaram no solapamento deste assunto é fundamental para que compreendamos o nosso próprio “comportamento educado” enquanto profissionais da educação e nossa constante busca pela emancipação.

A pedagogia tradicional, que ainda intermedia a relação entre aluno e professor, faz com que os aspectos que perneiam nossas identidades de gêneros, corpos e sexualidades sejam negligenciados e, de preferência, intocados. Pode-se dizer, de modo geral, que a prática da “pedagogia assexuada” impõe que estes tipos de temáticas sejam proibidos de entrar nas salas de aulas, sejam elas do ensino básico ou superior. Isso reflete no próprio comportamento do docente que transmite, mesmo inconscientemente, a dicotomia entre corpo e mente, onde o corpo é sempre esquecido e negado.

Treinadas no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muita de nós aceitamos a noção de que há uma separação entre corpo e mente (...) Chamar atenção para o corpo é traír o legado de repressão e de negação que nos tem sido passado por nossos antecessores na profissão docente, os quais têm sido, geralmente, brancos e homens (...) O mundo público da aprendizagem institucional é um lugar onde o corpo tem de ser anulado, tem que passar despercebido (HOOKS, 2018, p. 145)

Nessa perspectiva de Hooks (2018) os educadores não conseguem reconhecer e se apropriar do Eros de seu próprio trabalho pedagógico, uma vez que tudo relacionado à excitação e ao desejo é tratado no mundo privado e remetido a impureza. O Eros deve estar presente na sala de aula como um impulso motivador para alcançar a plena realização. A pedagogia crítica feminista busca quebrar a dicotomia entre corpo e mente para fazer com que os profissionais entendam que ambos devem se interagir em harmonia. Estudantes e professores precisam conhecer melhor a si mesmos para viver plenamente em um mundo que fora do espaço acadêmico não realiza essa separação corpo/mente. O Eros nada mais é que uma contribuição ao processo de ensino-aprendizagem.

A compreensão de que Eros é uma força que intensifica nosso esforço global de autorrealização, de que ele pode fornecer uma base epistemológica que nos permita explicar como conhecemos aquilo que conhecemos, possibilita tanto professores quanto estudantes a usar tal energia no contexto da sala de aula de forma a revigorar a discussão e estimular a imaginação crítica (HOOKS, 2018, p.150)

A busca pelo conhecimento quando unimos a mente e o corpo permite-nos experimentar a paixão pela união da teoria e da prática. Tal paixão deve estar enraizada pela consciência de que nos inspiramos e somos capazes de inspirar; que podemos transformar a sala de aula em um lugar dinâmico que promova de fato transformações sociais; que podemos sentir amor ao educar, e fazer com que a mente e o corpo possam conhecer o desejo por isto; essa mudança de postura profissional carrega o intuito de quebrar o “grande muro” elitista e santificado que separa o mundo externo do mundo da academia, o que para muitos, é assustador.

Persistentes distinções entre o público e o privado fazem-nos acreditar que o amor não tem lugar na sala de aula (...) Espera-se que professores e professoras publiquem, mas realmente não se espera ou exige que nós de ato nos importemos com ensinar de modo extraordinariamente apaixonado e diferente (HOOKS, 2018, p.154)

Esse comportamento do “corpo educado” é reflexo da grande falta de disciplinas e trabalhos acadêmicos que tratem a temática de gênero e sexualidade de forma mais

ampla. A verdade é que os espaços acadêmicos também são espaços de relações de poder que buscam manter os assuntos polêmicos anestesiados, por consequência, as universidades mais livres, que possuem espaços e conceitos mais concretos de sua finalidade, tornam-se grandes centros de estudos sobre a temática, enquanto universidades e programas como o que esse trabalho vincula-se carrega um pequeno índice de estudos sobre. Estamos criando mais guetos acadêmicos do que espaço plurais para essa discussão.

As professoras e professores necessitam aceitar o fato que são sujeitos de representações, que conscientemente ou não, representam algo e alguém, quando ele mesmo não se reconhece, nega sua essência e negligencia os aspectos de gênero e sexualidade durante sua prática pedagógica em prol um estereotipo de “professor intocável”, o que acaba por reforçar estruturas opressoras.

Professores e professoras – como qualquer outro grupo social – foram e são objetos de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os “constituem”, que os produzem. Estamos aqui operando a partir de uma perspectiva teórica que entende a representação não como um reflexo ou espelho da realidade, mas como sua constituidora. Nessa perspectiva não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o “real” (LOURO, 2014, p.103)

O ensino básico e o ensino superior, assim como qualquer espaço social, são espaços genereficados. Não é coincidência que a educação infantil e o ensino fundamental sejam espaços feminilizados, enquanto o ensino superior é marcado pela maior presença de homens. Ainda que hoje saibamos que o afeto é parte importante do processo de aprendizagem, historicamente os “atributos femininos” que se correlacionam com a maternidade foram enraizados nesses espaços para que se tornassem uma profissão mais admissível e conveniente para mulheres. Quem projetou essa ideia, quem fez com que isso se tornasse concreto, foram os homens, no processo de entrada de mulheres enquanto profissionais de educação. Quem atuou mais ativamente foram eles ao idealizar e engessar a ideia de “professorinha”, e ainda estamos longe de quebrar essa idealização pelo fato do espaço do conhecimento ser historicamente masculino.

Ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de

investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos (LOURO, 2014, p. 93)

Portanto, a educação atual ainda permanece sendo sexista em todos seus níveis, e o surgimento de uma prática livre e libertadora deverá ocorrer dentro desse espaço de relações de poder, isso não implica em negá-las.

A professora feminista, como qualquer outra professora ou professor, representa ou “corporifica” conhecimento e é autorizada a ensiná-lo (detém a autoridade para ensiná-lo). Negar essa atribuição institucional talvez não se constitua na melhor das estratégias críticas; na verdade, tal atitude pode levar a uma despolitização da sala de aula e da atuação docente. A sala de aula feminista não pode ter conseguido banir as relações de poder, simplesmente porque não há espaços sociais livres do exercício de poder! (...) Uma pedagogia sem *locus* de autoridade corre, pois, o risco de nos enganar: tratar-se de uma diferença corporificada e de um acesso diferencial ao poder camuflados sob a falsa pretensão de posições de sujeitos pretensamente iguais. (LOURO, 2014, p.120-121)

É necessário, então, o afinamento da sensibilidade de questionar nossa prática pedagógica e os espaços que atuamos. Essa sensibilidade se dá por meio de informação, conhecimento e entendimento político, as desigualdades e opressões só poderão ser subvertidas na medida em que compreendamos nossa atuação enquanto sujeitos ativos, embrenhados nas relações de poder, dentro e fora dos espaços formais de educação.

Nessa ação política cotidiana e aparentemente banal, parece importante que observemos as relações de gênero não apenas naquilo que elas apresentam de “mais evidente” (o que usualmente quer dizer aquilo em que se ajustam as nossas expectativas ou às representações dominantes), mas que sejamos capazes de olhar para os comportamentos que fogem ao esperado, para os sujeitos que desejam transgredir as fronteiras e os limites. Essa disposição de olhar talvez nos ajude a perceber a transitoriedade ou as transformações nas relações entre os sujeitos e certamente se constitui numa das formas mais efetivas de produzir conhecimento novo. Como novas/os intelectuais feministas, parece que é mais importante “afinar” nossos sentidos, observando e registrando os comportamentos e as práticas, do que pretender encontrar respostas sobre os “fundamentos”, a “causa básica” ou “origem última” dos fenômenos (LOURO, 2014, p.129)

Em vários contextos, o feminismo fica preso ao elitismo acadêmico. É preciso educadores conscientes e bem formados que pratiquem o feminismo desde a base educacional, tornando-se um trabalho de massa que o ofereça para todos.

Ainda que pensadoras feministas visionárias tenham compreendido nossa necessidade de um movimento feminista de ampla base, tal que aborde as necessidades de garotas e garotos, mulheres e homens, de todas as classes, até o momento não produzimos um corpus de teoria feminista visionário em uma

linguagem acessível nem compartilhamos isso por comunicação oral. Hoje, em círculos acadêmicos, grande parte das muito celebradas teorias feministas são escritas em um jargão sofisticado que somente as pessoas com alto nível de educação conseguem ler. A maioria das pessoas em nossa sociedade não tem uma compreensão básica sobre o feminismo; não pode adquirir esse conhecimento através de uma grande quantidade e diversidade de material, como cartilhas de nível escolar, e outros, porque eles não existem. Precisamos cria-los, se quisermos reconstruir um movimento feminista que seja verdadeiramente para todo mundo (HOOKS, 1952, p.160)

Para que o feminismo e os estudos de gêneros possam receber e ocupar o espaço acadêmico necessário é preciso despatriarcalizar o conhecimento, o que se dá através da descolonização do saber, inserindo cada vez mais a pluriversalidade epistemológica.

Impensar o reestructurar las ciencias sociales como algunos estudios sugieren, sino más bien en poner en cuestión sus propias bases [...]Tal refutación no implica descartar por completo esta racionalidad, sino hacer ver sus pretensiones coloniales e imperiales y disputar su posicionamiento como única, de esta manera cuestionan también la supuesta universalidad del conocimiento científico que preside las ciencias sociales, en la medida en que no capta la diversidad y riqueza de la experiencia social ni tampoco las alternativas epistemológicas contra-hegemónicas y decoloniales que emergen de esta experiencia (WALSH, 2017, p. 104)

O espaço acadêmico reflete o movimento colonizador europeu, tanto em seus currículos como em suas práticas. A colonização do saber estabeleceu o eurocentrismo como prisma único de conhecimento acadêmico, descartando assim todas as demais vertentes de pensamento de produção intelectual. Uma nova epistemologia dará novas credibilidades às experiências sociais plurais e seus pressupostos alternativos que essas experiências constroem para que se possa compreender, atuar e imaginar o mundo acadêmico e não-acadêmico de outra forma. É preciso promover espaços para que essas novas epistemologias sejam capazes de adentrar, rompendo o padrão eurocêntrico e iniciando diálogos com as demais ciências. Isso resulta em colocar em contestação as teorias etnocêntricas e patriarcais para que possamos, de fato, compreender nossa ciência enquanto algo eurocentrada.

Lo que necesitamos todos/as, es un giro distinto, un giro que parta no de la lucha de clases, sino de la lucha de la decolonialidad, haciendo ver de este modo la complicidad modernidad-colonialidad como marco central que sigue organizando y orientando “las ciencias” y el pensamiento académico-intelectual (WALSH, 2017, p.111)

2.1 GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE

Gênero é um conceito criado pelo patriarcado e colonialismo. O homem branco europeu ao se deparar com sujeitos divergentes de sua própria imagem precisa de uma categoria para intitula-los, assim criando o gênero.

El género es una imposición colonial, no sólo en la medida en que se impone a sí mismo sobre la vida como se vive de acuerdo con cosmologías incompatibles con la lógica dicotómica moderna, sino también en el sentido de que residencias en mundos comprendidos, construidos y en consonancia con tales cosmologías animaron al sí-mismo-entre-otros en resistencia con y en tensión extrema con la diferencia colonial (LUGONES, 2011, p.111)

Falar sobre gênero na academia é desafiador, pois deve ser tratado de maneira interdisciplinar, resistindo a domesticação que a academia impõe.

Novas identidades sociais estão cada vez mais visíveis no mundo globalizado, em um processo de afirmação e diferenciação. Louro (2018) aponta que a sociedade estabelece uma norma a partir do homem branco, heterossexual, urbano, de classe média e preferencialmente cristão, portanto, tudo que foge a essa tipificação é tido como o “Outro”.

Al usar el término colonialidad mi intención es nombrar no sólo una clasificación de pueblos en términos de la colonialidad de poder y el género, sino también el proceso de reducción activa de las personas, la deshumanización que los hace aptos para la clasificación, el proceso de sujetificación, el intento de convertir a los colonizados en menos que seres humanos (LUGONES, 2011, p.108)

Por meio da cultura é definido o que é ou não natural, o que é ou não aceito. Como aponta Butler (2020) a construção identitária do sujeito é vinculada a alcançar determinados objetivos de legitimação e exclusão, as estruturas e as forças que impõe as idealizações identitárias são ocultas e naturalizadas pela própria sociedade. As inscrições dos gêneros nos corpos são feitas a partir deste processo cultural, o qual é capaz de transformar a natureza. Cada cultura inscreve o gênero de sua forma, portanto, as identidades são definidas por relações sociais entranhadas pelas redes de poder.

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo do social de referência. Não há nada de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo, lealdade distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades (...) Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Por tanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) tem caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. (LOURO, 2018, p. 13)

Enquanto seres sociais estamos sempre em constante transitoriedade. Conseguimos subverter e transformar as matrizes das identidades de gêneros legitimadas de acordo com nossas narrativas pessoais ou nossa subjetividade. Hall (2006) reafirma esse pensamento quando afirma que nenhuma identidade é fixa, concreta e eterna.

Igrejas, famílias, escolas, mídias sociais e diversos segmentos fazem um grande esforço articulado para perpetuar o gênero binário entre todos nós, entretanto, é reconhecido cada vez mais a grande pluralidade de identidades de gêneros. A polarização do gênero enquanto masculino ou feminino se tornou uma concepção ultrapassada, principalmente pelo aceleração do processo de globalização e com a concretização da pós-modernidade.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de medo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não exista a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não idênticas entre si, que põem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras (...)) A desconstrução trabalha contra essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busque os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implicada (LOURO, 2014, p.36)

Junto com a ideia de polarizar os gêneros, a concepção de que desenvolvemos papéis para atuar na sociedade é destruída toda vez que encontramos pessoas que fogem da binariedade dos gêneros, Louro (2014) faz uma forte crítica à essa concepção:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizadas por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para suas relações interpessoais. As desigualdades entre sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros. A pretensão, é então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. (p.28)

O caráter social do feminino e do masculino nos remete como eles determinam os comportamentos sociais dos sujeitos para corresponderem a uma idealização do que é ser mulher e do que é ser homem. Entretanto, se pensarmos de maneira crítica e global, podemos perceber como essas representações e como as formas “de ser” homens e

mulheres em outras sociedades são diferentes das nossas idealizações. O afastamento desta concepção essencialista resulta na exigência de fazer pensar de modo plural, ressaltando as mais diversas representações de homens e mulheres que se alteram não somente em momentos históricos, mas no seio de cada comunidade. Portanto, não é possível definir o sujeito apenas pelo seu gênero, mas sim analisá-lo em todo seu contexto, percebendo suas identidades complexas. Reduzir toda historicidade do sujeito apenas ao seu gênero é uma forma simplista de percebê-lo.

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens e mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes “posições. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas – percebe-se de distintos modos (LOURO, 2014, p. 55)

Butler (2020) chama atenção para essa interseção

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelecer interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (p.21)

Em busca de algo concreto, que possa demonstrar para nós e para sociedade quem somos durante o processo de identificação, esbarramos no nosso próprio corpo. É por meio dele que se faz possível de maneira não abstrata reafirmarmos nossas identidades. Ele se torna uma referência, uma ancora, espera-se que ele dê a nossa própria identidade sem ambiguidades e inconstâncias (LOURO, 2018), e é por isso que investimos e cuidamos tanto dele. Tudo que é inscrito no corpo se torna marca de identidades, de quem somos e da nossa diferenciação.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (BUTLER, 2020, p. 242)

O corpo não carrega apenas marcas de gênero ou inscrições de identidades, nele temos a marca biológica, os órgãos genitais. Ter um pênis (falo) ou uma vagina – pela perspectiva binária – se torna a maior inscrição de identidade que o corpo carrega, de acordo com a perspectiva tradicional. Entretanto, essa perspectiva é incapaz de perceber que existem diversas marcas biológicas além desses dois órgãos. Sendo consideradas anomalias ou não, o tradicionalismo só exclui e marginaliza os sujeitos que também não se encaixam nas concepções binárias de órgãos sexuais. Acreditar no binarismo é a forma mais ultrapassada de normalizar a heterossexualidade.

As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2018, p.195)

O sexo então, passa de simplesmente algo que alguém tem e que define quem alguém é para uma norma pela qual alguém se torna a ser um sujeito viável, normal e aceitável pela sociedade. Colocar a heterossexualidade como a matriz que impõe e sustenta relações de gênero não é o mesmo que dizer que essa matriz age de forma singular e determinista em cada sujeito. Como dito anteriormente, somos seres em constante interações com o meio, somos transformados e transformamos.

Crucialmente, pois, a construção não é nenhum marco singular, nem um processo causal iniciado por um sujeito, culminando em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas ocorre no tempo, mas é, ela própria, um processo temporal que atua através da reiteração de normas; o sexo é produzido e, ao mesmo tempo, desestabilizado no curso dessa reiteração. Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o “sexo” é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do “sexo” em uma crise potencialmente produtiva (BUTLER, 2018, p.209)

Para muitos o sexo é expressado pela sexualidade, como aponta Weeks (2018) a sexualidade é modelada por duas preocupações: a subjetividade de cada sujeito e a sociedade como um todo; essas duas instâncias são conectadas pelo corpo. Conforme a sociedade se tornou preocupada pela vida privada e pública de seus membros, ela se tornou cada vez mais agressiva em relação ao disciplinamento dos corpos, principalmente pela vida sexual de cada um deles, seja pelo bem-estar social, uniformidade moral, segurança social ou prosperidade econômica.

Existe uma crença de que a sexualidade deve ser a verdade definitiva sobre os sujeitos e seus corpos, mas na realidade, ela diz algo mais verdadeiramente sobre a cultura (WEEKS,2018). As definições e idealizações do ser masculino ou ser feminino está pregada nos discursos sociais sobre o que é ser normal ou não, essas definições influenciam no comportamento sexual “apropriado” para qualquer sexo. Todas elas são moldadas em resposta ao outro que se refere principalmente às culturas não eurocentradas. O modelo ocidental de sexualidade com todas suas regras, normalidades e imposições tem passado por um paradoxo de questionamentos e reafirmações à cada vez que se evidencia outras culturas e corpos

Uma das descrições das culturas não industriais era precisamente o sentimento subliminar de que lá as pessoas eram muito mais livres relativamente ao constrangimento da civilização. Representassem os povos não europeus a infância da raça ou a promessa de uma espontaneidade livre dos efeitos de uma civilização corruptora, o fio comum era a diferença simbólica representada pelo corpo não branco. A consciência de outras culturas e outros costumes sexuais, então, apresentou, portanto, um desafio e uma ameaça. (WEEKS, 2018, p.73)

Processos de categorização e autocategorização podem controlar e restringir como também confortar e assegurar. Por isso que a maneira como as atividades sexuais foram conceitualizadas e divididas é uma história importante. Os estudos feministas apontam que no século XIX a discussão que emergia sobre termos para se referir aqueles “outros” era um esforço para definir o que e quem constituía as anormalidades e, de instalar de vez a heteronormatividade compulsória. A sexologia no século XIX e XX tomou para si grandes responsabilidades: institucionalizar a heterossexualidade, definir características básicas do feminino e do masculino e catalogar a imensidão de práticas sexuais, resultando em uma hierarquização do normal – ou anormal.

Esse processo de categorização instituiu uma significativa mudança na definição da homossexualidade e mostrou uma emergência em elaborar uma política gay e lésbica, enquanto, a heterossexualidade se mostrou apenas um reflexo de literaturas sexológicas, tornando-se um fenômeno cambiante enquanto instituição.

Antes do século XIX a “homossexualidade” existia, mas o/a “homossexual” não. Dito de um modo simples: embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada. A emergência, na Alemanha e em outros países da Europa Centra e Ocidental, tal como a Grã-Bretanha, nos anos 1870 e 1880, de escritos sobre homossexuais – e mais crucialmente, por homossexuais – foi um estágio importante para essa mudança. Ao definir o

“sentimento sexual contrário”, ou a existência de um “terceiro” gênero ou de um gênero “intermediário”, Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, HaveLock Ellis e outros estavam tentando assinalar a descoberta ou reconhecimento de um tipo distinto de pessoa, cuja essência sexual era significativamente diferente do/da “heterossexual” – uma outra categoria que foi inventada, como vimos, mais ou menos na mesma época. (WEEKS, 2018, p.81-82)

Todavia, o padrão homossexual que surgiu no século XIX tentou adaptar homens e mulheres nos mesmos termos, mesmas causas e características, mas este padrão era baseado na homossexualidade masculina e acabou por não ser aplicável as mulheres. Na medida em que as sociedades se tornaram mais complexas e mais plurais, as comunidades homossexuais mostraram-se como uma importante parte desse avanço. A existência de uma vida gay oportuniza as explorações subjetivas dos sujeitos e seus desejos de formas nunca imaginadas antes. Indubitavelmente, essa liberdade é a maior ameaça para os sujeitos ligados à moral imposta pelo status quo, independente do espectro político. O simbólico que essas “novas” identidades oferecem é a pluralização da vida social e a expansão do direito de escolha individual.

Percebemos então, o crescente reconhecimento da diversidade social e sexual, porém, é de maneira limitada que esse reconhecimento tem afetado de forma positiva as estruturas sociais. Uma crescente diversidade aumenta e dificulta conhecer e se aprofundar nas complexidades sociais, provocando ansiedades em grupos ligados aos valores tradicionais, que pode ser combatida com uma posição mais progressista. Como aponta Week (2018) é muito provável que nos próximos anos os desafios da diversidade sexual ao invés de diminuir, vão crescer.

Tudo que aprendemos sobre a história da sexualidade nos diz que a organização social da sexualidade nunca é fixa ou estável. Ela é moldada sob circunstâncias históricas complexas. Na medida que entramos no período conhecido como “pós-modernidade”, é provável que vejamos uma nova e radical mudança nos modos como nos relacionamos com nossos corpos e com suas necessidades sexuais. O desafio será compreender, de forma mais efetiva do que no período da modernidade, os processos que estão em ação neste campo. (WEEK, 2018, p. 102)

As pesquisas e investigações de culturas sexuais se tornam, cada vez mais, ligadas à análises de sistemas políticos, às questões relativas as estruturas sociais, do desenvolvimento e da compreensão humana em toda sua diversidade histórica. Questionar a naturalização de modelos sexuais e produtivos nos mostra que a sexualidade tem uma história social e cultural. E que por meio da aceitação e da compreensão dessa história é possível destacar a potencialidade de diversas culturas sexuais para então,

remoldar a nossa. As sociedades, principalmente ocidentais, sabem que existem inúmeras culturas sexuais, mas é preciso reconhecê-las para que deixem de ser tabus, marginais e subalternas para que os indivíduos possam se sentir confortáveis com suas próprias existências e práticas.

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas de supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (BUTLER, 2018, p.256)

CAPÍTULO 3: FAMÍLIAS, FEMINISMOS E EDUCAÇÃO FORMAL

A sociedade e suas instituições realizam grandes esforços conjuntos para tentar consolidar e impor uma identidade única e imutável em seus sujeitos. Falando especificamente em identidades de gêneros, desde seu nascimento o sujeito é atrelado a masculino/feminino, homem/mulher de acordo com seu órgão sexual, de forma naturalizada. A cultura da imposição de gênero restringe e negligencia que as crianças percorram todos os espaços sociais e reconheçam as diversas formas de existência social.

Uma das grandes dificuldades que se existe em trabalhar com famílias pelo viés feminista é o fato das próprias mães transmitirem o pensamento patriarcal, até mesmo em lares onde homens não são presentes. Dentro da nossa cultura eurocentrada, a supremacia branca comanda os padrões até mesmo dos arranjos familiares. As famílias dorianas - constituídas por uma mãe doméstica que fica em casa para cuidar dos filhos, um pai de grande sucesso profissionais que sai de casa todos os dias cedo com sua mala preta para sustentar a vida financeira da família e dois irmãos brancos, uma menina e um menino sentados à espera do almoço - ainda se fazem muito presentes no imaginário social.

A concepção¹ de “sucesso” ou “ideal” que nos é transmitido passa pela normatização e regulação ideológica. A priori, nenhum sujeito ou nenhuma família se constitui como um “fracasso” ou como o “outro”, na verdade, essas instituições só passam a se considerar como desviantes quando comparadas com o ideal imposto. O neoliberalismo reforça essas idealizações, já não estando apenas enraizado nas discussões políticas, mas atuando como uma forma de viver e enxergar o mundo à sua volta. O sucesso do sujeito neoliberal consiste em reproduzir, ou seja, ter uma família, ser heterossexual, estar completamente destituído da vivência coletiva na sociedade e, se

¹ Concepção de Helena Vieira, assessora do Instituto Dragão do Mar, retirada do livro Arte Queer do Fracasso do autor Jack Halberstman

formata para ter o “sucesso” como religião. Esse sujeito coloca um ideário de sucesso, - uma família, um carro esportivo, um emprego, melhor remuneração – e começa a idolatrá-lo de forma utópica e platônica. O ideal, obviamente, são todas as conquistas do branco colonizador que se diluem em toda a sociedade sem distinções étnicas ou de melanina. Louro (2018), ressalta o poder que determinados grupos possuem de representar não só a si mesmos, como o ideário social:

Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm a possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. (p.18-19)

Portanto, as pessoas gays e suas famílias são colocadas enquanto fracassadas por não conseguirem acompanhar e desenvolver os ideais reprodutivos; e se manterem dentro da norma regularizador de gêneros. Essa busca inalcançável pelo “sucesso” obriga do sujeito grandes sacrifícios e sensações de fracasso. No caso das famílias estudadas nesta pesquisa, seus constituintes fracassaram em “serem mulheres”, em “serem homens”, em “serem mães”, em “serem pais” e também em “terem filhos”, essas famílias estão completamente fora da norma o que paradoxalmente pode ser louvável.

Curiosamente, no entanto, as instituições e os indivíduos precisam desse “outro”. Precisam de identidade “subjugada” para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam. Assim podemos compreender por que as identidades sexuais “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para a identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta. (LOURO, 2014,p. 38-39)

A partir desse pensamento, já torna-se possível enxergar a subversão e potencialidade que a maternidade lésbica simboliza para o meio social. É preciso ficar atento ao fato de que essas famílias, muitas vezes, não estão nessa busca infinita pelo sucesso patriarcal. Pelo contrário, elas já aceitam e reafirmam suas identidades e seus arranjos. Isso culmina no entendimento de que esse determinado modo de vida não é mais um fracasso, mas uma possibilidade de existir e contrapor-se à normatividade. Os novos métodos reprodutivos e as infinitas possibilidades de transição entre categorias de

sexualidade, cada dia, desestabilizam e implodem noções tradicionais, tornando-se capazes de fornecer novas formas de gerar, nascer, crescer, cuidar e viver.

Dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não tem direitos. O movimento feminista foi o primeiro movimento por justiça social nesta sociedade a chamar atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, continua a enxergar crianças como propriedade do pai e da mãe, para que façam com elas o que bem entenderem. Violência adulta contra crianças é norma em nossa sociedade. Há o problema de que, em sua maioria, pensadoras feministas jamais quiseram chamar atenção para a realidade de que mulheres são, com frequência, as principais culpadas pela violência diária contra crianças, simplesmente porque são as principais responsáveis por tomar conta delas. (HOOKS, 2020, p.110)

Entretanto, ressalta-se que fazer parte de um grupo explorado não torna o sujeito mais inclinado para a resistência (HOOKS, 2020). As pesquisas atuais dos estudos culturais, feministas e antropológicos estão mais abertos para a discussão sobre gêneros e famílias, mas quase nunca por um viés feminista. Existe um grande impasse da perspectiva feminista em trabalhar arranjos familiares porque, em grande parte desses arranjos, o pilar é uma mulher, e o feminismo pós-moderno não é capaz de julgar comportamentos – ainda que nocivos – das mães com seus filhos, pois, influenciado pela indústria cultural onde o emponderamento e sororidade entre mulheres são colocados em pedestais, apontar erros de outra mulher nos torna tradicionais, antifeministas e cruéis. Como aponta as mães Ana e Fran em um trecho da entrevista,

A: Que é uma falácia, vamos dizer assim, eu sempre falo, o pessoal acha que LGBT é sempre *desconstruído*, se tornou a LGBT, virou a chavinha e ponto...

F: Não, não é, a gente tem...

A: A gente sofre opressão a vida inteira, é muito difícil sair de uma bolha de opressão, muito difícil

(MARIA e SALTON, 2021, informação verbal)²

Na sociedade a criança é privada de direitos, e quase de sua existência. Elas são olhadas como um a vir a ser, e que, enquanto não é, fica sob a tutela da mãe, em geral, em mais uma manifestação do patriarcado que castiga a mulher pela sua existência condenando-a ao limite de mobilidade pessoal e social por estar sempre atrelada à cria. O feminismo trabalha, muitas vezes, a infância voltada para e com as garotas, afastando o movimento feminista de enxergar essa categoria geracional de forma completa.

A imposição de gênero que ocorre durante a imposição de pensamentos patriarcais feita – conscientemente ou não – pelas mães, faz parte do sadismo maternal. Uma violência simbólica que ocorre desde a chegada da criança ao ventre, “será menino ou

² Informações concedidas pelas mães Franciely Maria e Ana Salton em 28/08/2021

menina?”, é a pergunta que atua como ponto de partida da imposição da binariedade de gêneros. Mas, é também, a pergunta que angustia todas as mães na expressão factual do masoquismo. Qualquer resposta à essa pergunta só é protelada até o ultrassom comprobatório do sexo biológico da criança.

O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-los nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos da atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como natural (LOURO, 2014, p.67)

Por meio de diversas estratégias, as normas sociais reguladoras buscam a todo custo fixar uma identidade masculina ou feminina na criança. As famílias ficam no meio de duas posições conflitantes: incentivar uma sexualidade “normal” e ao mesmo tempo contê-la (LOURO, 2018). As crianças deverão ser meninos e meninas, heterossexuais desde o nascimento – até decidirem o contrário ou não – mas suas sexualidades só poderão ser percebidas e desenvolvidas pós-infância.

A infância se torna uma etapa de pureza e inocência e que deve ser estender até a adolescência. As famílias reproduzem isso por meio da negligência das curiosidades e saberes infantis, a criança que apresenta comportamentos opostos, fica “marcada” e a vigilância sobre seu corpo é redobrada com ares corretivos.

O conceito de infância universal e burguesa também é propagado no seio familiar, mesmo que as famílias compreendam e percebam suas singularidades, os membros ainda se esforçam por construir uma infância “de verdade” para suas crianças. As crianças que têm contato mais íntimo e críticas sobre seu gênero e comportamento acabam sofrendo represálias por destoar do comportamento normativo do “infantil”.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas limitar a manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (LOURO, 2014, p. 33)

O que não foi demonstrado durante as entrevistas das famílias homoafetivas desse trabalho, quando questionadas nos brinquedos preferidos de suas filhas e filhos, elas responderam,

A Aila fez aniversário esses tempos atrás e a gente não tinha muitos brinquedos aqui porque a gente...ela brincava assim com caixas (Fernanda pega uma caixa usada de Café Dolce Gusto), colar (que a Aila está brincando no momento), prendedor, a gente acaba que não comprava muito brinquedo porque a gente percebeu isso desde o começo. Mas, acho que por conta até da nossa própria familiar perceber como a gente cria ela...é legal que os brinquedos vem diversos, uma tia deu uma boneca (Fernanda pega na mão uma boneca de pano loira, branca e com vestido e chapéu azuis e brancos), mas aí uma outra tia deu um toca do homem aranha (Fernanda aponta para barraca ao fundo). Então, ela veste roupa rosa, mas também veste roupa azul de dinossauros, sabe? E os brinquedos a mesma coisa, ela tem bonecas, mas também tem carrinhos, ela tem a toca mas também tem casinha (ela pega uma casa de plástico amarela com telhado vermelho, com buracos para encaixar peças geométricas), então, é isso. Acho que os brinquedos que ela mais gosta é do livro (Fernanda pega um livro de plástico roxo para mostrar, Aila pede e Fernanda dá pra Aila), ela gosta muito desses livros, dos brinquedos que a gente está brincando, e uma pelucinha que ela tem. Ela brinca com tudo, gosta até de caixas e capsulas (ARANHA, 2021, informação verbal)³

Questão assim de brinquedos, a gente sempre coloca o que ela quiser ter, se tiver ao alcance, ela vai ter, não tem aquela coisa assim, o que é de menina ou o que é de menino, ou as cores...para ela tudo é liberado. Adora jogar bola, adora jogar uma bola, cê eu te falar...adora azul, sabe é uma coisa dela, não foi uma coisa assim, estamos impondo para ela entender...sabe? Já vem dela, então, o que vem dela é assim “Pode? Pode. Quer? Quero” Ela adora o homem aranha, é uma coisa assim de você deixar a criança ter as preferencias dela, o que ela mais demonstra de gostar, é uma coisa dela e a gente só deixa ela ter a criatividade dela no tempo dela. É...o que dar para perceber, é que é muito difícil da gente conseguir desenhos, quando aparece algum desenho, aparece algum deputado ou alguma coisa, querendo tirar, querendo fazer protesto, simplesmente... (ARAGÃO, 2021, informação verbal)⁴

Tem tantos brinquedos que dizem que é para meninos quanto brinquedos que dizem que é para menino. Ele tem a possibilidade de brinquedos aí, que ele quiser. Ele tem tanto...tem fogãozinho, tem boneca, tem carrinho, tem bloquinho, tem dinossauro, tem dragão,tem...diversidades aí de brinquedos. O que a gente acha que é importante é dar essa possibilidade, não é só falar assim “ah não tem problema nenhum que meu filho brinque com tal coisa”, tá, mas você está dando a possibilidade que ele brinque com tal coisa? Está dando o brinquedo? É aquela coisa, é muito fácil você falar “ah ele gosta de tal coisa”, sendo que você não deu nenhuma outra possibilidade, “nossa meu filho adora brincar de carrinho” e você vê lá as vezes o menino, olhando a pessoa brincando de boneca, e ele lá retraído, todo no cantinho. (SALTON, 2021, informação verbal)⁵

É por meio desta perspectiva que levantamos a segunda hipótese deste trabalho. Talvez, quem de fato seja subversivo à toda normatividade sejam as próprias crianças.

³ Informações concedidas pela mãe Fernanda Aranha em 29/07/2021

⁴ Informações concedidas pela mãe Everlyn Aragão em 27/07/2021

⁵ Informações concedidas pela mãe Ana Salton em 28/08/2021

Apesar das influências e pressões que todos nós sofremos ao longo da vida, já assumimos o comportamento ativo e transitório durante os processos de identificação e exclusão que fazemos, na tentativa infinita de constituir nossas identidades. As crianças também realizam o mesmo processo, para que se possa compreender essa perspectiva. É preciso que entenda o ser criança como aquele que produz e é reproduzido pela cultura, que é afetado e capaz de afetar o mundo à sua volta durante sua permanência no meio social. Sendo assim, apesar de afirmar as influências que as instituições depositam sobre os indivíduos, principalmente a família, é preciso questionar até que ponto as crianças são capazes absorver essas influências e subverte-las ou reproduzi-las. Se famílias heteronormativas fossem capazes de desenvolver sujeitos de acordo com a regra padrão não existiria tantos casos de violência doméstica infantil de pais e mães com seus filhos considerados como “desviantes” diante da norma.

Independente da confirmação ou não desta hipótese, o fato é que as crianças devem e precisam ser educadas em lares amorosos e, onde há dominação falta amor. Seus responsáveis, “desviantes” ou não, têm maior probabilidade de educar crianças saudáveis e felizes em um lar consciente da opressão sexista e patriarcal. Ter essa consciência durante a maternagem torna a família uma instituição que garante segurança para as crianças, onde elas podem se sentir livres e de fato, reconhecer o amor.

Ambas tiveram a criação muito reprimida nessa questão da emoção, tanto pro lado bom quanto pro lado ruim, a gente não sabia lidar com tristeza, não sabia lidar com a raiva, não sabia lidar com as emoções com amor, como demonstrar, então tinha muito...A gente foi muito cobrada nessa questão durante nossa criação, e aí, já Miguel não, por a gente ter aprendido...aprendido não, a gente está em constante processo de aprendizagem, mas a gente estudou um pouquinho mais sobre como lidar com nossas emoções, como lidar com as emoções da criança em todas as fases de desenvolvimento né, ele se tornou é... se torna uma criança livre para conseguir abranger aí todos esses sentimentos. (SALTON, 2021, informação verbal)

Estudar e analisar as questões identitárias no seio familiar é de extrema importância para área educacional, é na escola, no espaço formal de educação que essas tensões se desembocam.

Para professoras e professores, especialmente do 1º e 2º graus, os familiares do/as estudantes se constituem em participantes diretamente envolvidos nas práticas escolares, seja como companheiros seja como avaliadores das atividades, das propostas pedagógicas, da organização curricular, etc. Se os/as docentes detêm, institucionalmente, uma autoridade em relação às práticas educativas escolares, também os pais, as mães e demais adultos considerados “responsáveis” pelas crianças e adolescentes detêm autoridade sobre a sua educação, e, muitas vezes essas concepções são divergentes e conflitantes. Não é possível, pois, esquecer que todas as iniciativas ou proposições que pretendam problematizar o consagrado e o convencional encontram, de

imediate e em primeira mão, como interlocutora – parceira ou opositora, aliada ou inimiga – a família. (LOURO, 2014, p.130)

E é, também, nessa instituição de ensino formal onde se concentram os maiores receios das famílias homoafetivas,

No meio desse processo nós tivemos a Sofia, que é a nossa filha né, e, desde então a gente lê muito material, a gente conversa com outros casais né, de lésbicas e também de gays, para trocar informação, porque existe uma série de deficiências na rede de ensino, principalmente, em relação a abordagem de famílias que não sejam heteronormativas. Então, a gente sempre acaba tendo que buscar contextos para que ela perceba que a família dela é mais uma família, dentre as possibilidades que tem (NOGUEIRA, 2021, informação verbal)⁶

Eu acredito que o maior obstáculo que teremos, é a escola porque existem vários pais, religiosos, naquele sentido mais estrito da fé, bem doutrinário, e, já houve né, problemas no passado né, que a gente já soube, não só na escola, mas, na rede de educação como um todo, então a gente tenta se preparar né, explicando para ela o que é cada tipo de família (ARAGÃO, 2021, informação verbal)

A escola é uma instituição social entranhada por relações e jogos de poder. Em seu espaço as crianças são expostas a uma socialização “forçada” entre as mais diversas ideologias familiares. Esta instituição durante séculos reproduz e reforça as ideologias dominantes e o ideário de “sucesso”, o que resulta no disciplinamento dos corpos e das identidades.

Apesar de novas tendências pedagógicas exibirem diversas abordagens de aprendizagem, a escola em sua essência continua sendo uma mantenedora da ordem social. Seu currículo, sua estrutura e seu dinamismo continuam carregando em seu lado oculto os princípios burgueses e patriarcais de educação. Essa concepção pode ser elucidada ao analisarmos mais a fundo ilustrações dos livros didáticos, histórias de conto de fadas, o próprio currículo escolar eurocentrado, a propagação de uma “descoberta” portuguesa ao chegar no Brasil, a redução da história negra à escravidão, e assim, por diante. Existe uma falsa sensação de que a comunidade escolar pode ter voz e diversificar este espaço, mas esse é o mesmo problema encontrado no movimento feminista. Em essência é preciso desestruturar, remoldar e transformar as estruturas de opressão escolares, não apenas incluir alguns tópicos.

O discurso torna-se opressivo quando exige que, para falar, o sujeito falante participe dos próprios termos desta opressão – isto é, aceite sem questionar a impossibilidade ou ininteligibilidade do sujeito falante. (BUTLER, 2020, p.201)

⁶ Informações concedidas pela mãe Thaís Nogueira em 27/07/2021

A influência escolar ocorre desde o primeiro dia que entramos em contato com este ambiente de aprendizagem, o status que a escola tem e propaga faz parte da construção identitária dos sujeitos. É aqui onde emerge a necessidade de estudar o ambiente privado – a família – que ocorre a primeira socialização da criança. Daí então aperfeiçoar a instituição escolar e suas estruturas, pois é lá que transbordam as tensões das subjetividades e se transformam em questões.

3.1 OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

É difícil conceitualizar família no século XX tendo em vista os surgimentos de novos arranjos familiares, portanto, este trabalho se apropria deste conceito escrito por Sales (2014)

O Direito dedica um ramo à regulação da família, ou seja, da relação das pessoas ligadas por um vínculo de consanguinidade, afinidade ou afetividade. Este conceito de família é o que julgamos mais adequado no panorama histórico social atual. Isto porque o conceito de família não é regido, ele é mutável na medida que a família é formada por membros da sociedade, sendo assim, uma estrutura dinâmica que evolui, muda de comportamento e pensamento com a mudança dos tempos. Não existe, por tanto, uma definição universal que pode ser aplicável a todas épocas e a todos países indistintamente. (p. 29).

Torna-se desafiante imaginar uma família homoafetiva constituída de duas mulheres e suas crianças. Quais as etnias que essa família apresenta? Quantas crianças fazem parte? Onde moram? Quais suas roupas, cabelos e acessórios? Como imaginam a moradia dessa família? As crianças estudam na rede privada ou pública de ensino? Quais problemáticas permeiam esse ambiente familiar? Esse pode ser um dos problemas de uma história única.

No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhame, arroz e nossas roupas velhas para eles. Quando eu não comia todo meu jantar, ela dizia: “Comi tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não tem nada?”. E eu sentia uma pena enorme deles. Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um certo de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido

falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles (ADICHIE, 2019, p. 15-16).

História única é a perspectiva que é disseminada na sociedade pelas instituições de poder (família e escola, por exemplo) para implementar no imaginário social e coletivo um determinado estereótipo sobre algo ou alguém. Chimamanda Ngozi Adichie (2019) afirma “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Essa é a prática que ocorre, principalmente, para estereotipar as comunidades minoritárias e marginalizadas, como as famílias homoafetivas, mulheres, pobres, negras ou que fujam da configuração de família tradicional, mais conhecida como família Dorianana.

É impossível falar de história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* no qual sempre penso quando considero estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (ADICHIE, 2019, p. 22-23)

Percebendo a escola como grande espaço socializador e transmissor de estereótipos Mochi (2019) aponta que “o silêncio e a ausência de falas a respeito das famílias formadas por duas mulheres na escola envergam o pensamento sobre o que não é falado poder não existir”.

Uma das coisas que eu sempre penso muito, é que eu gostaria que as outras também falassem da gente, da mesma forma que a gente fala que as outras famílias existem e são várias, que também fosse um hábito que a nossa também é, mas, até hoje ela nunca teve problema com isso, com reconhecer outros modelos de família, inclusive nós usamos né, além de alguns desenhos que passam na televisão que abordam essa questão de diversidade familiar, de outras formas ela citou alguns, a gente usou uns livros, nós temos alguns livros que trabalham né, modelos de famílias diferentes, aquele livro, livro da família, que mostra desde da família mononuclear, a família tradicional, família que todo mundo é igual, trabalha questão racial, tem o outro livrinho também que é o da menininha de cabelo cacheado, que ela também fala da família dela, que é diferente da família do outro menino que é tudo branco, e aí mostra outras famílias onde tem duas mães, dois pais né, e assim por diante. E as próprias brincadeiras que desenvolve com ela, então tem também, as vezes que a gente brinca, tem essas questões de fazer a brincadeira ado faz de conta com os bonecos famílias que tem dois pais, duas mães, ou pai ou mãe (NOGUEIRA, 2021, informação verbal)

Portanto, torna-se imprescindível abordar temas tidos como restritos às esferas privadas na área educacional para desconstruir estereótipos e desmitificar as realidades da educação formal e informal.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar a dignidade despedaçada [...] Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2019, p. 32-33)

As mudanças apontadas em capítulos anteriores como a introdução da criança como membro efetivo das relações familiares, o cuidado construído sobre a infância e a participação cada vez mais intensa da mulher na esfera social ocasionou grandes mudanças nas estruturas familiares e nas relações de parentalidade.

A concepção hierárquica de família adotada em muitas sociedades ocidentais foi, por tanto, estruturada no período medieval, porém as relações familiares se modificaram com o passar do tempo, dando origem a novos formatos de agrupamentos sociais, que se baseiam, segundo Therborn, na marcação de sexo, poder e estruturação social [...] Temos, então, uma sociedade contemporânea com demarcações diferentes em suas relações preestabelecidas se comparadas com outros momentos vividos na história da humanidade. Entre as estruturas sociais que sofrem modificações em suas organizações e arranjos, ressaltamos a família ou os agrupamentos humanos que estabelecem entre si uma relação de parentesco ou afetividade [...] Ao considerarmos que o modelo patriarcal e o casamento vêm sendo alterados significativamente, questões como divórcio, adoção, conjugalidade, parentalidades diferenciadas, tecnologias de reprodução assistida, abdicação de ter filhos/as, concubinato e arranjos familiares plurais têm emergido em diferentes contingências e exigido das instituições sociais, dentre elas a escola, novos tratamentos e abordagens (MOCHI, 2019, p. 67).

Com a sociedade em transformação, e as famílias também, o avanço de políticas públicas voltadas ao ambiente familiar e a proteção à infância se fizeram necessário. Surge então o Direito da Família que, especialmente no século XX, é marcado por essas transformações, uma vez que o Direito é uma instituição dinâmica que se altera conforme as demandas sociais. Essas transformações políticas, até mesmo nos dias atuais, não levam crises às novas demandas, mas sim àquelas que já estão legitimadas, como é o caso da família tradicional.

A quebra de dogmas e a estruturação de novos paradigmas levaram não à crise da família, mas sim à crise do modo tradicionalista de família e das formas limitativas/cerceadoras de se regular as relações de família. A família não está em decadência, pois, sendo o resultado de transformações sociais, houve a

necessidade de repersonalização das suas relações na busca do atendimento aos interesses mais violosos das pessoas humanas (SALES, 2014, p.31)

Todavia, é fato que a legitimação de família pelo Direito ocorre de modo efetivo apenas para famílias heterossexuais,

Apesar do crescimento e da visibilidade dessas categorias, os conceitos de famílias difundidos pelo Estado, igreja e pela legislação e aceitos pelas instituições sociais são pautados pelo casamento ou união estável heterossexual entre homem e mulher, pela ligação consanguínea, pela reunião de pessoas que se agregam em uma mesma residência e pela manutenção do capital privado [...] que circulam na sociedade e marcam as pessoas pela suas alteridades e diferenciações e geram, por consequência, processos de exclusão e segregação de famílias diferenciadas. Vinculadas a essas questões estão as condições que interferem na formação das pessoas, como cultura, etnia, linguagem, modo de viver, ser e se relacionar com o mundo e papéis sexuais não compreendidos em sua pluralidade, o que pode levar a muitos dos processos discriminatórios difundidos socialmente. Família é a instituição social e política em sua constituição e também nos seus desdobramentos. As famílias são definidas por ordens, normas, práticas e valores que possuem um lugar no tempo e na história [...] Os arranjos familiares ampliam a complexidade da formação de uma família, pois a regulação da sexualidade pelo Estado, a ordem heterossexista, a institucionalização e a valorização do casamento patriarcal monogâmico exercem um confronto de padrões na relação de trabalho e na organização da vida moderna (MOCHI, 2019, p.68)

Este é um ponto que Sales (2014) também ressalta. A marginalização da família homoparental não faz com que sua existência seja anulada e nem que seus direitos não sejam garantidos. Essa configuração familiar assim como todas as outras necessitam de tutela do Estado para que nenhuma prática infrinja seus direitos e princípios de existência, até mesmo na inexistência de leis específicas.

Ademais, não há impossibilidade jurídica para existência de duas mães se, de acordo com os critérios jurídicos estabelecidos, ambas realmente o são: existindo ou não vínculo biológico; tendo ou não a mulher gerado as crianças, há o vínculo essencial que é o da socioafetividade. Se as mães não disputam o exercício da maternidade do filho pretendendo exercê-la em conjunto, não cabe ao direito criar esse conflito, mas tão somente reconhecer a realidade de fato existente: duas mulheres são duas mães do mesmo filho (SALES, 2014, p.68)

A Lei 9263/96 dispõe sobre o planejamento familiar, em seu artigo 5º deixa claro que a família é para todo cidadão homem ou mulher reafirmando a binaridade.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Sales (2014) ainda retoma que,

O reconhecimento da pluralidade das entidades familiares é o reflexo da aplicação do princípio da liberdade nas suas vertentes do direito à diferença e da livre manifestação da personalidade, às relações de família. O princípio da liberdade aplicado às entidades familiares resultou também na consagração do direito ao planejamento familiar. O planejamento familiar vem para permitir a existência da pluralidade das entidades familiares vedando interferências coercitivas na escolha do indivíduo em constituir família. O direito de planejamento familiar pode ser entendido como a escolha livre e consciente que cada pessoa, sozinha ou compondo uma família conjugal, homo ou heterossexual, tem de planejar a parentalidade, sendo o próprio estilo de vida e valores que adotou para si. À ideia de planejamento familiar está implícita a ideia de regulação de nascimentos, de contracepção, de esterilização e de todos os outros meios que agem diretamente sobre as funções reprodutoras do homem e da mulher (p. 95).

Os princípios de igualdade, não discriminação e direito à diferença constam na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5, e no artigo 3 na Declaração Universal do Direito do Homem.

O estudo do princípio da igualdade é mais complexo e, por vezes paradoxal, já que ele é inerente ao estudo e o respeito do direito a diferença – dentro do paradigma da igualdade, deve-se levar em conta também a preservação das diferenças. O princípio da igualdade não pode exigir que todos sejam tratados exatamente da mesma forma em desobediência às diferenças existentes, pois, isso implicaria, sem dúvida, numa violação da dignidade humana na medida em que resultaria da massificação de pessoas. O direito à diferença está associado ao direito de cada indivíduo ter as suas particularidades respeitadas por imposição da dignidade humana. As relações familiares são naturalmente desiguais, e por isso humanas. Não há como apagar ou desconsiderar as diferenças naturais e culturais que há entre pessoas e entre entidades familiares; todavia, as diferenças não podem legitimar tratamento jurídico assimétrico ou desigual no que concerna à base comum dos direitos e deveres. O princípio da igualdade não permite toda e qualquer diferenciação ou distinção. As diferenças devem ser respeitadas, mas não podem servir para justificar discriminações, pois, a partir do princípio da igualdade deriva também uma função primária e básica de todos direitos fundamentais, que é a função da não discriminação. (SALES, 2014, p. 82-83).

É salientado o Direito de Liberdade e Livre Desenvolvimento da Personalidade, também encontrado no artigo 5 da Constituição Federal de 1988 e artigo 3 da Declaração Universal do Direito do Homem, que trata sobre a autodeterminação que o indivíduo exerce sobre si mesmo. Com a finalidade de enriquecimento da personalidade humana, o direito à formação familiar se torna subjetivo, cabendo a cada um configurar suas relações

familiares como deseja. A comunidade LGBTQIA+ é incluída por esses direitos, uma vez que se constituem sujeitos no exercício pleno de sua cidadania.

O direito à liberdade de constituição familiar significa que a pessoa pode atuar livremente na formação de sua família estabelecendo um vínculo heterossexual ou homossexual, escolhendo ter filhos ou não tê-los – de acordo com os valores e os comportamentos ditados pela sua própria personalidade [...] Tendo em conta a existência dessas diferenças e a necessidade de respeitá-las, o essencial é que no núcleo familiar a pessoa possa desenvolver livremente a sua personalidade e ter sua dignidade respeitada. Esse é o aspecto principal – a característica substancial – que permite enquadrarmos os casais homoafetivos, os avós que vivem com seus netos, os irmãos sem pais, dentro do mesmo conceito de família, pois este é o núcleo social baseado essencialmente em laços afetivos e “funcionalizado ao desenvolvimento da personalidade e da dignidade de seus membros” (SALES, 2014, p. 90)

O Princípio da Parentalidade Responsável está disposto no artigo 226 da Constituição Federal de 1988 e se apresenta como consequência do livre planejamento familiar, sendo deveres que devem ser exercidos antes ou depois da progenitura. Antes da concretização do projeto familiar, a família deve estimar-se perante sua realidade financeira, cotidiana e emocional há condições de cumprir todas as responsabilidades para com a criança. Os pais devem ter a plena capacidade de atender as necessidades de seus filhos com afeto, acompanhar seu crescimento provendo condições de desenvolvimento físico e intelectual em um lar saudável e oferecer condições materiais e imateriais que contribuam para o desenvolvimento de sua personalidade, para que atendem os requisitos básicos para o exercício da maternidade/paternidade, independente da sua identificação de gênero (SALES, 2014). As entrevistas pontuaram que todos os casais fizeram um planejamento emocional e financeiro para que pudessem estar adeptos a terem filhos(as).

O que muda de um arranjo familiar para outro, não é a essência de família em si tendo em vista o conceito de socioafetividade, mas sim suas características substanciais,

O “substancialmente igual” é o critério afetivo, a existência de uma família que (assim como a heterossexual) é fundada nos valores de companheirismo, solidariedade mútua, afeto e que anseia procriar. A única diferença, a qual deve ser respeitada, sob pena de se criar uma discriminação, é que o casal homossexual possui identidade de sexos (razão pela qual não consegue procriar pelos métodos convencionais). Nota-se que essa diferença não é substancial, na medida em que não modifica ou impossibilita os deveres parentais perante a criança que vai nascer. Da mesma forma que o casal heterossexual, o casal homoafetivo deve propiciar à criança condições para seu desenvolvimento saudável num ambiente familiar e afetivo – não sendo a identidade de sexo do casal diferença relevante que impeça o exercício do direito de procriação ou o exercício da maternidade por pares homoafetivos femininos (SALES, 2014, p.83-84).

E por fim, é imprescindível falar do Princípio de Melhor Interesse da Criança, disposto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nos artigos 3 a 6 da Lei 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

E também no artigo 3 da Convenção sobre os Direitos das Crianças

1. Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o melhor interesse da criança.
2. Os Estados Partes comprometem-se a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários ao seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores legais ou outras pessoas legalmente responsáveis por ela e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.
3. Os Estados Partes devem garantir que as instituições, as instalações e os serviços destinados aos cuidados ou à proteção da criança estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde da criança, ao número e à adequação das equipes e à existência de supervisão adequada.

Esses e demais dispositivos legais emergem a partir do impacto social da imersão da criança na sociedade e no seio familiar como sujeito cidadão, ativo e detentor de direitos com prioridade absoluta em comparação aos demais indivíduos, diante de sua etapa geracional. Sales (2014) aponta que

Apesar de não ser susceptível de uma conceituação rígida e uniforme, o princípio do melhor interesse da criança possui um núcleo essencial que pode ser entendido como “a estabilidade da família, a qualidade do cuidado prestado e do afecto” (p.103).

Nesse sentido, a identificação de gênero do casal não implica na responsabilidade do interesse da criança, tendo em vista que a vida íntima e privada do casal não atribui nenhum prejuízo na qualidade de vida dos filhos. Entretanto, ainda há grande resistência social em compreender a existência desses arranjos familiares, isso ocorre porque

Apesar do crescimento e da visibilidade dessas categorias, os conceitos de famílias difundidos pelo Estado, igreja e pela legislação e aceitos pelas instituições sociais são pautados pelo casamento ou união estável heterossexual entre homem e mulher, pela ligação consanguínea, pela reunião de pessoas que se agregam em uma mesma residência e pela manutenção do capital privado [...] que circulam na sociedade e marcam as pessoas pela suas alteridades e diferenciações e geram, por consequência, processos de exclusão e segregação de famílias diferenciadas. Vinculadas a essas questões estão as condições que interferem na formação das pessoas, como cultura, etnia, linguagem, modo de viver, ser e se relacionar com o mundo e papéis sexuais não compreendidos em sua pluralidade, o que pode levar a muitos dos processos discriminatórios difundidos socialmente (MOCHI, 2019, p.68).

E também porque uma família formada apenas por mães/mulheres desconstrói o sexo biológico como predominante na progenitura. Quando estudado gênero não é dispensado do sexo biológico, a marca no corpo, mas sim a perspectiva expandida.

O mesmo ocorre quando é abordado o tema da pluriparentalidade que questiona e rompe com a ideia de família biológica. Os sistemas simbólicos da sociedade que produzem e reforçam as estruturas classificatórias de poder não conseguem lidar com

uma família que foge do tradicional, e acabam marginalizando tais famílias ao reforçar as classificações de gênero e a configuração de família tradicional.

O binarismo heterossexual/homossexual, moral/imoral, normal/desviante apresenta o intuito de solidificar cada vez mais a família nuclear pois é reflexo do medo que o tradicionalismo tem de que essa configuração desapareça ou perca espaço social/cultural.

A gente vê que nas próprias histórias que ela cria com os bonequinhos, muitas vezes os bonequinhos não tem gênero, a menininha já não é mais uma menininha, é um papai, já são duas mães, já são dois papais, e é coisas assim que a gente tá aqui na sala e só escutando do quarto as brincadeiras, sabe né? Já e assim, não é uma coisa de ficar tão forte, em cima, sabe? Você só dá as oportunidades para ela vê que sim, que é normal, que sim existe, que para ela já foi criando disso, desde pequena, nasceu e já foi mamãe e mamãe, para ela não tem diferença entendeu? É família e pronto. (Trecho da entrevista com a mãe Evelin)

Ela não tem irmãos, tipo assim, então não tem aqui em casa. Ela não tem pai, então não tem pai aqui em casa. É uma coisa natural assim, da mesma forma como a gente lidava com nosso relacionamento antes, não tinha um marido no nosso casamento assim, somos duas esposas, e acho que é bem tranquilo, e a gente tem um grupo de amigos que ele é muito diverso, assim sabe? Nós temos amigos deficientes, nós temos amigos LGBT, nós temos amigos heteros, nós temos amigos brancos, nós temos amigos negros, e isso não é muito uma questão aqui em casa né, ela convive com todo mundo, a gente acredita que ela vai entender que todo mundo só é gente. E assim, a gente compra alguns livros, algumas coisas que falem... infantis que tenham representatividade das famílias e tal, e por conta da pandemia a gente não tá convivendo com outras famílias LGBTs mas a gente tem várias amigas que também tem filhos, agora Fulana (nome inaudível porque Aila gritou ao fundo) que acabou de ter um bebê, um mês já, então acho que ela (Aila) vai ver tudo assim, sabe? Os padrinhos dela são heteros, ela vai simplesmente ver e entender que é normal. Não vai ser uma aberração, quando aparecer uma família com uma criança e um pai ela não vai achar uma aberração porque ela vê isso acontecendo, da mesma forma quando ela ver uma pessoa deficiente ela não vai achar uma aberração porque nossos melhores amigos são deficientes, e ela vai ver duas mães e ela não vai achar que é a única criança do mundo a ter duas mães, porque a gente convive com outras famílias de duas mães, sabe? E vê um homem gay também não vai achar uma aberração, vê um homem trans, uma mulher trans, também não vai achar uma aberração porque a gente convive com todo mundo, e ela vai entender que as pessoas são diversas né. É isso né? (Lidiane balança a cabeça que sim)
(ARANHA, 2021, informação verbal)

A gente fala que tem famílias que tem duas mães, que tem família que tem dois pais, que tem família com um pai ou uma mãe, ele brinca, tem vezes que ele está brincando e ele fala “esse aqui é papai e esse o papai”, aí tem vezes que ele “esse aqui é o papai e a mamãe”

F: É...e o pessoal fica surpreso com isso, quando ele fala “pai” sabe? Como se ele não ouvisse essa palavra aqui

A: Como se fosse um problema, não, ele sabe que eu tenho uma mãe que é casada com meu pai... Mas não é uma questão, não é um tabu, ainda mais muito menos a adoção, não é um tabu, não é nada de não ser conversado (MARIA e SALTON, 2021, informação verbal)

Por fim, reafirmo a importância de trabalhar essas temáticas dentro e fora do campo educacional, para que essas famílias ganhem mais espaço social e possam garantir de maneira efetiva seus direitos tutelados pelo Estado.

Os últimos anos trouxeram mudanças fundamentais para que nossas famílias, para além de resistir, também possam existir. Ao responder entrevistas sobre “novas configurações familiares”, sempre digo que nossas configurações familiares não são novas, são tão antigas quanto a existência da humanidade, porém nunca tiveram a chance de existir de forma plena e digna diante da sociedade. Mas refletir dessa maneira – como se fossem novas configurações – faz todo sentido se pensarmos nas leis, no casamento civil e na união estável de casais homoafetivos no Brasil, que só foram regularizadas e aprovadas em 2013. Só em 2016 casais homoafetivos puderam registrar seus filhos em nome de duas mães em território nacional, e ainda assim apenas se fizeram o procedimento por meio de inseminação artificial ou in vitro. De fato, por essa ótica, nossas famílias são consideradas diante da lei como “novas configurações”, e ainda temos muito porque lutar e para conquistar. A diferença agora é que somos muitas e não seremos mais silenciadas. As prateleiras das livrarias já trazem livros sobre a dupla maternidade, existem livros infantis sobre o tema; jornais, sites e revistas de grande circulação trazem matérias interessantes acerca da maternidade lésbica. As redes sociais são repletas de arropa de duas mães. Essas famílias sempre existiram, mas agora elas têm a possibilidade de mostrar seus rostos e sorrisos. Por mais que o medo ainda exista, estaremos juntas para enfrenta-lo e para mostrar ao mundo que a diversidade existe e que nossas famílias são como todas aquelas que tanto admiramos: baseadas no amor. (TIBONI, 2021, p.82).

A dupla maternidade e as configurações de famílias diferentes da tradicional sempre existiram e sempre existirão. O reconhecimento social dessas famílias é imprescindível para que elas possam viver livremente tendo seus direitos assegurados.

CAPÍTULO 4: EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO NAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

Neste capítulo é realizada a contextualização detalhada do cenário investigativo dessa pesquisa. Na primeira parte, foi levantado alguns fatos históricos da cidade de Três Lagoas, a qual as famílias entrevistadas residem. Logo em seguida, foram expostos dados sobre violências sofridas por mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+ sul-mato-grossenses, com o intuito de ressaltar a importância de abordar e disponibilizar acessos a temáticas incorporadas nessa pesquisa. Estes mesmos dados foram impulsionadores para

a criação do Coletivo (R)existência, fundado por um membro da comunidade LGBTQIA+ para e na cidade de Três Lagoas chamado Rafael, homem, gay e cisgênero. A entrevista foi realizada por meio de áudios no WhatsApp, escolhido pelo entrevistado pelo dinamismo de horários para responder, essa metodologia acaba por empobrecer a pesquisa pois não se torna possível perceber e analisar as informações subliminares que aparecem durante uma entrevista realizada pessoalmente ou por vídeo chamadas. Os olhares, os movimentos corporais, o cenário e demais informações enriquecem o olhar e as análises dos pesquisadores e pesquisadoras. Entretanto, o WhatsApp se tornou uma ferramenta dinâmica e rápida para as entrevistas em tempos de pandemia e Rafael detalhou cuidadosamente toda sua trajetória de construção de identidade de gênero, o desenvolvimento da comunidade LGBTQIA+ na cidade de Três Lagoas e o surgimento do Coletivo (R)existência.

Foi por meio de uma *live* no Facebook sobre a dupla maternidade realizada no Mês do Orgulho que foram selecionadas as famílias estudadas nesse trabalho. Apesar dessa *live* ser voltada para as problemáticas da dupla maternidade, ela se tornou instrumento de análise porque pude perceber e conhecer cada mulher a partir de suas falas, proporcionando uma aproximação maior na hora da entrevista.

Na segunda parte, é abordado minuciosamente as entrevistas realizadas com as três famílias. O arquivo com as entrevistas na íntegra está disponível nos anexos ao final da pesquisa. Apesar de conhecer e usar alguns instrumentos etnográficos, o tempo e o cenário pandêmico não proporcionaram uma pesquisa onde pude vivenciar de perto e à longos períodos o dia a dia das crianças, portanto, foi utilizado as falas das mães para qualificar suas influências durante o processo identitário de seus filhos e filhas. As mães figuram não como sujeitos dessa pesquisa, mas como interlocutoras, realizando a ponte entre eu e a criança.

Uma vez ouvi que todos nós olhamos o mundo através de óculos, tais óculos são formados por teorias, ideologias, conceitos, vivências... Me apropriei dessa metáfora quando estava ouvindo os casais em entrevistas particulares comigo. Meus óculos naquele momento permitiam olhar e perceber a criança a partir das vivências daquelas famílias. Ao analisar às entrevistas, optei por trocá-los, neste outro momento, meus óculos carregavam toda bagagem teórica que vivenciei desde a graduação. Assim, durante essa etapa pude perceber as famílias de duas formas, primeiro vi aquelas mulheres enquanto mães, cientes de sua historicidade e de suas responsabilidades para a formação daqueles

sujeitos. E em segundo, as vi enquanto pesquisadora, ciente de minha responsabilidade com a ciência, com a verdade e a ética.

Entrei em contato com o casal Thais e Everlin via facebook. Mandeí mensagem para a Thais com uma breve apresentação minha e da pesquisa, e logo ela já aceitou participar e marcamos uma entrevista via Google Meet. Com o casal Fernanda e Lidiane também foi por mensagem via Instagram. Fernanda me respondeu aceitando e usei a mesma plataforma para a entrevista. Já o casal Fran e Ana foi mais difícil. Conheci Fran alguns meses no ambiente de trabalho, mas nunca havíamos conversado sobre família. Mandeí mensagem para ela por WhatsApp com a mesma apresentação mandada para os outros casais, ela aceitou, entretanto, houveram muitas dificuldades de horários, uma vez que atualmente moro no estado de São Paulo e elas no Mato Grosso do Sul, o fuso horário acabou complicando o trabalho. Por fim, a entrevista também foi feita pelo Google Meet.

Atualmente, muitos pesquisadores e pesquisadoras realizam entrevistas por áudios no WhatsApp, que particularmente, acho uma ferramenta empobrecida. O contato visual durante as entrevistas que o Google Meet me proporcionou enriqueceu meu olhar enquanto pesquisadora. Pude perceber o ambiente familiar. As crianças participaram das entrevistas de maneira passiva, mas vi alguns brinquedos, o relacionamento das mães com as crianças, alguns comentários das crianças ao fundo, e isso, fez uma grande diferença. Me apropriei de todas essas informações subliminares na hora de tensionar e refletir sobre as entrevistas realizadas e os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer desta pesquisa.

4.1 A CIDADE DE TRÊS LAGOAS E O COLETIVO (R)EXISTÊNCIA

A cidade Três Lagoas fica situada no estado do Mato Grosso do Sul, sendo uma das principais portas de entrada para o Mato Grosso do Sul pelos viajantes que chegam do estado de São Paulo. Seu nome se dá pelas três lagoas existentes na cidade, sendo a Lagoa Maior um ponto turístico central. Seu crescimento se originou pelos sertanejos que se apropriaram das terras para criação de gado, e ainda hoje suas famílias são influentes na cidade. Com o crescimento econômico do estado de São Paulo as linhas ferroviárias se estenderam até Três Lagoas, o que ocasionou também o crescimento econômico e estrutural da cidade.

Em 1974 foi finalizada as obras da maior usina hidrelétrica da época, Usina Hidrelétrica Engenheiro Sousa Dias, conhecida como Usina do Jupia pelos três-lagoenses por se utilizar o Rio Jupia. Devido a essa grande usina, durante o golpe militar a cidade foi decretada como área de segurança nacional. Com o aumento populacional de operários para a usina o bairro Vila Piloto foi o primeiro a ser planejado como conjunto habitacional para os trabalhadores e suas famílias.

Atualmente ela é considerada a capital mundial da celulose devido a expansão das indústrias desta matéria prima, o que possibilita um grande trânsito de pessoas de outros estados dentro da cidade. Me embasando no conhecimento empírico que adquiri durante minha vivência na cidade, pude perceber que sua economia é enorme pela grande produção de empregos fixos e temporários fornecidos pelas indústrias de celulose. O sonho da grande parte dos cidadãos é obter uma oportunidade de emprego em alguma delas.

A cidade também conta com grande influência da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que possui duas unidades no município. Especificamente na área educacional, onde pude me imergir com mais intimidade, a universidade atua de maneira próxima com a Secretaria Municipal de Educação, com as escolas e os sindicatos.

Apesar de suas vantagens, a cidade ainda apresenta um caráter coronelista, onde as famílias mais poderosas atuam com vigor em diversas esferas.

O tradicionalismo, o machismo, a homofobia, o racismo e a divisão de classes são escrachados. Em meados de março de 2020 foi inaugurado o Centro de Referência a Mulher, Vítima de Violência - CRAM “Halley Coimbra Ribeiro Junqueira”, serviço público da Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que até no período de outubro do mesmo ano já havia atendido mais de 409 casos de violências contra mulheres. De modo geral, o estado do Mato Grosso do Sul é perpetuado por essas “características morais”, onde o tradicionalismo permeia todas as cidades de forma estrutural.

O Mato Grosso do Sul foi um dos escolhidos pela ONU Mulheres e pela Secretaria Nacional de Políticas para mulheres para adaptar as Diretrizes Nacionais a fim de investigar, processar e julgar os feminicídios, originando o “GTI FEMINICÍDIO” constituído por representantes dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça e coordenado pelo órgão gestor estadual das políticas para mulheres. Em 2019, por meio de um decreto estadual o Governo de Estado, foi instituído o “Plano Estadual de Combato ao Feminicídio” com o intuito de elaborar e desenvolver campanhas educativas

permanentes e continuadas que resultaram na criação do “POP FEMINICÍDIO”, um manual institucional da Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) que dispõe sobre os procedimentos operacionais para atendimentos em caso de violência doméstica. No dia 1 de junho de 2019, data escolhida em memória de Isis Carolina assassinada no mesmo dia no ano de 2015, sendo primeira morte categorizada como feminicídio no estado, o governo lançou o “Mapa do Feminicídio em Mato Grosso do Sul” com objetivo de divulgar dados de violências contra a mulher que servirão como subsídios para o planejamento, elaboração e implementação de políticas públicas de combate contra à violência. Os dados que trarei abaixo foram retirados desse mapa. Considero importante contextualizar o caráter violento que o estado do Mato Grosso do Sul e a cidade de Três Lagoas (categorizada junto com outras cidades de interiores na quantificação dos índices) revelam contra as mulheres.

De acordo com o governo de Estado do Mato Grosso do Sul, no período de 2015 a 2018, o estado registrou 330 casos de feminicídios na forma tentada e consumida, os quais 78,2% ocorreram no interior. No ano seguinte, 128 feminicídios foram registrados em ambas formas, onde a maior porcentagem de mortes também aconteceu nas cidades do interior, correspondendo a 83,4%.

A tabela abaixo mostra os números de violência classificados em três categorias: violência doméstica, feminicídios e violência sexual (estupro). Lembrando que os crimes acometidos por violência doméstica se destacam pela sua incidência a lesão corporal dolosa e ameaça, sendo que ambos podem estar presentes em um único boletim de ocorrência.

COMPARATIVO CRIMES CONTRA MULHER - INTERIOR				
Natureza	2015	2016	2017	2018
Violência Doméstica	11.346	11.374	12.222	11.783
Feminicídio Consumado	13	26	22	25
Feminicídio Tentado	19	40	37	59
Lesão Corporal Dolosa	5.668	5.449	5.673	5.554
Ameaça	10.731	10.307	10.779	10.604
Estupro	995	1.053	1.129	1.177

Fonte: Mapa do Feminicídio (2020)

Outro fato importante é que o mapa nos mostra que das 1562 mulheres que procuraram uma delegacia para relatar casos de estupro em 2019, 50,45% eram crianças de 0 a 11 anos, 41,36% eram meninas adolescentes (12 a 17 anos), e só 8,19% das

mulheres eram adultas maior de 18 anos. De modo geral, 43,34% das mulheres categorizadas em todos os crimes acima nunca haviam registrado um boletim de ocorrência e 93,3% não haviam medida protetivas contra o agressor. Algumas porcentagens se destacam quando exibem que ao serem questionadas pelos motivos que as levam a não denunciar o agressor 24% das vítimas preocupam-se com a criação dos filhos; 24% tem medo de vingança do agressor; 16% acreditaram que seria a última vez; 10% afirmaram não acreditar em punição; 7% tem vergonha das agressões sofridas; 16% escolheram outras opções. A taxa é alarmante quando o mapa revela que 56,66% das vítimas foram mortas por homens com quem conviviam e 76,66% tiveram filhos/as que muitas vezes presenciaram o acontecimento. (Mapa do Femicídio, 2020)

Todos esses dados nos mostra que a violência contra mulher é histórica, cultural e estrutural, e dissertando particularmente sobre o Mato Grosso do Sul, os índices são alarmantes e requerem uma abordagem mais invasiva de todas as instituições sociais do Estado para elaborar, fiscalizar e punir nos termos da lei os agressores. Além, faz-se necessário o aprimoramento na educação desde a base para que se forme e desenvolva indivíduos que tenham a conscientização plena da história social do sujeito homem e sujeito mulher, enfatizando que ambos são cidadãos ativos detentores de plenas tutelas do Estado.

Ironicamente, o Mato Grosso do Sul foi o primeiro Estado Brasileiro a desenvolver uma Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT, criada em 2017 em sua capital com a finalidade de executar projetos de proteção à população LGBTQIA+, quanto o Brasil continua no topo de países que mais matam essa mesma parte da população. Em 2020 foi registrado 237 mortes intencionadas por LGBTfobia (90,71% por homicídios; 5,48% por suicídios e 3,79% por latrocínio) de acordo com o Relatório do Observatório de Mortes Violentas LGBTI+ de 2020. Destas, 161 foram de mulheres trans e travestis, tendo o esfaqueamento e o uso de armas de fogo as principais causas, principalmente no período noturno em espaços públicos, correspondente a 60,82% quando comparado a outros espaços.

O levantamento feito pelo mesmo relatório aponta que 77% das mortes são de gays, 15% de lésbicas e 5% de bissexuais (cisgêneros). A grande região centro-oeste conta com 18 mortes, de acordo com o relatório, sendo 4 delas no Estado de Mato Grosso do Sul, o terceiro Estado desta região com mais mortes LGBTI+, sendo 1,63 mortes para cada um milhão de habitantes, o que é maior que a média nacional de 1,28.

Mesmo que o governo de Estado do Mato Grosso do Sul incorpore políticas públicas de proteção à comunidade LGBTQIA+, o Estado ainda não as fiscaliza, não oferece suporte de apoio e acolhimento para a comunidade e não pune seus agressores. A violência simbólica da discriminação de gênero ultrapassou as barreiras do imaterial se concretizando em violências físicas que levam a morte. Isso ocorre não somente pela negligência do Estado perante as leis e ao sistema educacional, mas também pelo apoio do mesmo ao disseminar discursos reacionários, religiosos e agressivos contra as comunidades que não se enquadram na heteronormatividade.

Foi pensando exatamente nesse cenário caótico, que Rafael Borges de 34 anos, professor homossexual cisgênero, formado em Letras e Artes Visuais, fundou o Coletivo (R)existência em 2018, período tão regressivo e opressivo para a comunidade. Na entrevista que tivemos, ao ser questionado sobre qual sua perspectiva sobre a cidade de Três Lagoas, ele me contou que se assumiu em 2013 com quinze anos, e que só a partir de então conseguiu ter uma concepção mais aberta sobre o tema. Ainda em 2003 existia uma grande segregação dentro da própria comunidade LGBTQIA+ três-lagoenses, onde homens gays só andavam com homens gays, lésbicas com lésbicas, e que as mulheres trans/travestis só eram vistas no âmbito da prostituição. O grupo de Rafael “era pendente para um lado artístico” como o mesmo diz, e em 2006 fundaram um coletivo de drags que de acordo com ele, era sem fundo político e ideológico, para que as pessoas da comunidade pudessem se montar e experienciar a arte Drag, no fundo da casa da sua mãe, um dos poucos espaços familiares que os acolhiam. Eles usavam as roupas, as perucas e as maquiagens para irem em festas conhecidas como “GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), e com uma determinada frequência passaram a se apropriar do local e negociar para locar e fazer um espaço para a arte Drag e conquistar mais membros para a comunidade: lésbicas e mulheres trans/travestis. Até que em 2012, ele percebe que outra geração estava emergindo na comunidade LGBTQIA+ de Três Lagoas.

E aí depois do ano de 2012 para frente a gente tem uma outra geração, que é a geração mais jovem mais corajosa do que a gente foi, mais ativamente política que já está mais, já bem mais disposta a falar sem medo né, sobre as suas sexualidades, sobre as suas verdades, sobre as suas ideologias, as coisas que nós não tivemos na nossa época quando a gente tinha o poder artístico na mão. Então, a minha impressão depois desse momento, depois dessa galera mais jovem que vem surgindo, eu vou dizer em 2014 para frente até hoje né, são mais corajosos, então a gente consegue ter outras percepções da comunidade, ainda assim a gente não consegue ter esse espaço de encontro de relações que era esse... esse clube que a gente tinha atrás do quartel, mas assim eu sinto que melhorou bastante com a questão que eu disse anteriormente, a gente consegue ver mulheres trans/travestis inseridas em diversos espaços que não só mais a prostituição, como lojas né, como outros... se tornou comum, essa aproximação também trouxe uma reflexão para gente, mas essa reflexão a gente só vai fazer

agora, com o Coletivo Resistência, com esse primeiro coletivo de drag que a gente teve a gente não tinha muito essa reflexão não, como eu falei, não tinha muito viés político e ideológico não. Como eu falei lá em cima percepção geracional porque assim cada geração que fica a gente vai acompanhando, eu falo geração porque a gente conhece as pessoas mais velhas né, pessoas mais novas que foram acompanhando esse processo desde 2003, essa percepção foi mudando da comunidade quanto na percepção da cidade como um todo, e a gente vai perceber isso muito marcado quando a gente vai afundar o coletivo resistência que a gente vai entender muitas coisas, que nós vamos já vamos ter mais visões, um amadurecimento político ideológico, já vamos ter uma vivência muito ampla enquanto a comunidade, enquanto LGBT inserido nessa cidade, nesse espaço, e nós vamos conseguir fazer essas percepções muito maiores quando a gente fundo coletivo. (BORGES, 2022, informação verbal)⁷

O Coletivo surge quando essa comunidade identifica um avanço progressivo das ideias conservadoras no país com um fundamentalismo religioso. No ano de 2017, Rafael foi convidado para participar de um evento em Araçatuba chamado Festival Plural, inexistente atualmente, constituído por palestras de universidades, onde ele destaca,

Uma palestra de Helena Vieira, uma excelente doutora, e aí já me deu uma outra percepção maior do que eu já tinha, de ver uma mulher trans/travesti doutora, coisa que nós não estávamos acostumada a ver, esse é o meu... foi o meu espanto de não... não ocupar espaço, mas eu nunca... nunca tinha visto ocupar um espaço tão acadêmico, espaço elitista, tão machista, regido pelo patriarcado, pela heteronormatividade né, um sistema que é regido pela branquitude e ver aquela mulher negra falando ali para gente me deu assim um *inside*, fiquei assim apaixonado por aquilo, pelo evento como tudo porque além das palestras que eu pude vivenciar esses três dias... teve a parte artística de apresentação de teatro, da banda as Bahias e a cozinha mineira, do Jalu, Karol Conká, então diversos artistas militantes, LGBT ou não, ativos da causa, e ele me deu assim... (BORGES, 2022, informação verbal)

Ele então volta com uma estratégia de fundar algo que fosse da própria cultura Drag, e no dia 3 de maio de 2018 um ano depois ele e mais cinco amigos se juntam em sua residência para fundar o Coletivo (R)existência.

Era um grupo de seis amigos inicialmente só homens gays, brancos, cisgêneros é... eu digo isso bem marcado porque a gente não tinha não pensava em intersexualidade... não pensava em interseccionalidades, não pensava em... em... é... espaços de corpos negros, não pensava em trans, lésbicas, eu falo no sentido assim, não pensava nessa pluralidade de corpos. Então a gente funda esse coletivo na minha casa é... porque a gente sentia necessidade de fomentar na cidade de ações da diversidade, né? Principalmente no que sentiu, principalmente no que tangir, aliás, respeito ao fomento cultural e artístico que valorizasse os artistas LGBTQIA+ somente. E aí nesses primeiros anos ele foi feito somente estudos sobre de gênero sexualidade aqui no fundo de casa e fizemos algumas delegações a respeito de como iríamos agir na cidade. Então o ano de 2018 a gente ficou no fundo mesmo do quintal vou dizer assim, pensando e estudando como que a gente poderia preencher essas lacunas culturais e a gente começou a sair dessa ideia, encontrar outras pessoas e conhecer. A gente vai ter a adesão depois de um casal lésbico, a gente vai ter

⁷ Informações concedidas por Rafael Diogo Borges em 9/02/2022

uma trans, que vai vim, né? Somar com a gente e aí a gente vai começar a ver a necessidade de... de pluralidade de corpos e de necessidades muito maiores do que somente fomento cultural. Aí em 2018 a gente realiza o primeiro sarau LGBTQIA+ que está previsto pra acontecer na Lagoa Maior em um clube da Lagoa Maior mas a gente teve uma retaliação muito grande né? Que foi um dia antes do evento o dono do evento descobriu que era um evento LGBT que ia mais ele com a gente, quebra contrato, a gente sai correndo, consegue alugar um clube no JK e fazer o evento acontecer lá. Então, a gente consegue fazer o primeiro evento e trazer todas essas referências, todas essas ideias, debates políticos, debates ideológicos, através da arte, da cultura, da dança, da música de pessoas personagens da cidade LGBTQ e aí 2019 a gente faz um outro evento que eu acho que é o mais emblemático para mim que é o dia da visibilidade lesb. Foi uma tarde de domingo que nós fizemos na Lagoa Maior nós conseguimos trazer diversas pessoas da cidade para debater com a gente sobre feminismo, sobre bissexualidade, sobre violência doméstica e o mais interessante desse evento é como ela aconteceu na Lagoa Maior sem bebida. No sarau a gente tinha o quê? O bar para arrecadar fundos para o coletivo. Então com um bar de bebidas alcoólicas eu não consigo trazer para atingir um público de menor idade que estão aí na cidade, que estão vivenciando a suas sexualidades, que estão experienciando suas relações afetivas. [...] Num dia de domingo e aí foi a gente ficou assim impactadíssimos porque a gente começou a ver chegar assim uma galera muito jovem de quinze, dezesseis anos já namorando com afetos e eles puderam se expressar levemente ali naquele evento. Sentando um com o outro, conversando, a polícia esteve presente justamente porque por ser um evento LGBT eles vão querer ir lá ver se não tem bebida, pra ver se não tem alguma coisa que eles poderiam retalhar. A gente teve um cuidado muito grande com isso. Poder levar o cooler poderia então a gente cuidar pra ver as idades. Então era menor? Não estão bebendo não? Estão com refrigerante? Estão com tereré. OK. Porque a gente sabia que poderia ter uma retaliação. (BORGES, 2022, informação verbal)

Em 2019 é fundado o Comitê LGBTQIA+ de Três Lagoas e região com apoio dos Sindicatos dos Professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Sindicato dos Trabalhadores da Educação Três Lagoas, com o apoio do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e outras entidades. Resultando na 1º Conferência LGBT de Três Lagoas e região. Quando perguntei sobre o momento em que o Coletivo, de fato, assume um cunho ideológico e político ele responde,

Desde que a gente decidiu fundá-lo aqui em casa. A gente tinha isso. Como a gente já tinha uma noção já tinha uma noção que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo. Que essa intolerância ela vinha crescendo em tempos de obscurantismo né? De posicionamentos políticos sociais, culturais tão polarizados e extremos. Como eu disse lá, o avanço progressivo dos ideais conservadores do fundamentalismo religioso, das questões relacionadas aos direitos humanos das mulheres, dos negros, das negras, dos LGBTs, a gente viu que não tinha como não ser político e não ser especificamente de um coletivo de esquerda. Que a gente levava essas questões percebia que a direita, ela tinha um conservadorismo que não dava para gente se encaixar ali dentro. E aí chegou ao consenso todo mundo que está participando do coletivo era de esquerda. De esquerda enquanto ideais de filiação, de ser filiado a partidos políticos e de esquerda enquanto só compactuar com os ideais da esquerda, sem necessariamente ser político partidário. Então não tinha como, assim a gente tendo em vista o cenário... a gente viu que ela precisa resgatar essa força essa reflexão da comunidade LGBT e tinha que ser como ideológico especificamente e político. Não tinha como. Era preciso andar de mãos dadas

os dois juntos. Senão a gente não conseguiria contrapor o projeto conservador que se sustenta até hoje né, defendendo patriarcado, racismo, heterossexismo, né, LGBTfobia e por aí vai. (BORGES, 2022, informação verbal)

E ainda ressalta as principais influências que o Coletivo pode disseminar na cidade,

Como eu disse, né? Nós conseguimos trazer para fomentar o debate essa galera de menor idade que como eu disse está vivendo a sua sexualidade plenamente aí na sociedade e não tem o respaldo, não tem uma noção às vezes do seu direito, onde recorrer se você sofreu uma LGBTfobia, não tem noção sobre a um debate sobre o corpos interseccionais né? Do quão é importante você pensar que eu mesmo eu não eu não eu não eu não eu sofro o mínimo preconceito enquanto homem cis gênero branco tenham né? Então tipo assim consigo me passar, passibilidade enquanto palavra assim né? No sentido de se passar por hétero sexual. Umás vezes uma pinta aqui de gay, mas assim os gays afeminados que estão nas escolas tendo aula estão sofrendo opressões e as mulheres trans/travestis que não conseguem terminar o ensino médio... então a gente conseguiu trazer para o debate fomentar essa importância entender que quando a gente nos referimos a opressão aos LGBTs nós precisamos ter uma clareza que o que lhes dá a base da sociabilidade capitalista patriarcal é o machismo eles estão interligado. Então o que dá direito dessas violências é o machismo. Então a gente vai descobrir que a gente tem um inimigo em comum com o feminismo. Por isso que a gente caminha muito ligado com o feminismo porque a gente tem um inimigo comum que é o hétero cis, patriarcado branco no topo dessa pirâmide oprimindo. Então a gente precisou trazer para esse debate que a intersexualidade era importante que esses corpos, por entre eles, transitam avenidas identitárias. Então, o corpo que é gay, passa uma medida por ele. Um corpo que é gay, negro, passa duas avenidas identidades por ele. Um corpo negro gay é PCD, passa três avenidas por ele, identitárias, três problemas. Eu digo problema sim, problemas enquanto a sociedade os vê assim, né? Que pode acarretar numa discriminação e num preconceito muito maior do que eu, por exemplo, quando o corpo é branco e cisgênero. Então a gente a gente conseguiu fazer e fomentar debates sobre esses lugares onde esses corpos estão, quais privilégios esses corpos têm. Eu gosto de dizer que as bandeiras de luta LGBT não podem se resumir a emancipação política também, que tem se restringido apenas a conquista de direitos civis. Não é só isso. Ser LGBT nesse país hoje que mais mata os LGBT não se restringe apenas a conquista de direitos civis. Importante? Isto é importante, é importante o casamento, a conquista do casamento é importante, mas não é só direito civil, a questão central para mim é combater esse patriarcado heteronormativo que foi apropriado pelo capitalismo, usa a gente para oprimir os homens e as mulheres. Principalmente se eles forem afeminados, se eles forem negros afeminados, se eles forem corpos travestis gêneros e aí vai indo, né? (BORGES, 2022, informação verbal)

E sobre o impacto que a Universidade tem sobre a comunidade de Três Lagoas e sobre o Coletivo ele ressalta,

Sem dúvida eu acho que a universidade ela atrai esses corpos plurais sem dúvidas. A exemplo disso é a minha amiga que eu falei que eu conheci ela através da UFMS que é a Júlia Rita. Ela é aluna de medicina. Ela veio para cá como né? Ela não tinha feito a transição de gênero ainda e no meio do processo

da universidade ela fez a transição. Então como eu estava de já próximo dela procurou o coletivo para gente poder ajudá-la a que ela pudesse usar o nome social dela. Então a gente, nessa de ajudar a gente se tornou muito amigos. Hoje a Júlia participa do coletivo com a gente, escreve textos. Nós temos diversos projetos para esse ano que nós vamos tentar desenvolver. Eh sobre saúde da população trans/travestis. E outras questões, mas sem dúvida a universidade ela é um centro que transita esses corpos plurais ainda que não aceitos por todos, ainda que que muitos olhem com ódio, olham com esse lugar não aceito pra esses corpos afeminados, travestis, transgêneros e dentre outras... eles tem que aceitar, né? Porque esses espaços vão ser ocupados, esses espaços que foram renegados há tantos anos principalmente a mulheres trans/travestis está chegando, ainda bem né? Que chegou esse momento de ocupação desse desses espaços de intelectualidade eu acho que a gente já teve muitos diálogos bons sem dúvida que a universidade [...] Eu acho que a universidade é um instrumento extremamente importante pra esses pra que esses diálogos aconteçam. (BORGES, 2022, informação verbal)

Rafael também aponta o prejuízo que a pandemia do Covid-19 trouxe ao Coletivo, entre vários projetos que ele cita que foram adiados por conta do cenário pandêmico, um deles me chamou atenção, é o Ocupa TL

Que era ocupar os espaços da cidade para falar sobre sexualidade. Então a ideia era no sábado à tarde nós se encontrarmos na Praça do Alvorada para falar sobre feminismo. No domingo à tarde nós se encontrarmos na Lagoa Maior para falar sobre violência doméstica. Esses espaços da cidade que são nossos, nós enquanto cidadãos nós temos que ocupar esses espaços. Então nossa ideia isso é um projeto que nós vamos tentar desenvolver, esse ano a gente consegue começar a colocar ele em prática que já era para ele estar ativamente se tivesse não sido a pandemia, né? Já era pelo estar ativo já. Mas a ideia é colocar, é ocupar esses espaços e debater sobre diversos temas que permeiam essas minorias. Não só LGBTQIA+, mas as minorias enquanto corpos negros, femininos e LGBTs. (BORGES, 2022, informação verbal)

A trajetória contada por Rafael sobre sua história, e também da criação do Coletivo, reflete na ânsia da comunidade LGBTQIA+ pela visibilidade e apropriação de espaços dentro das comunidades. As conquistas de direitos fornecem um respaldo para que essa minoria possa se conscientizar como cidadãos ativos do meio. Porém, enquanto a discriminação que atual de modo estrutural não for rompida ainda existirá um esforço muito grande da comunidade LGBTQIA+ para a conquista de lugares ativos, sendo que tal esforço não é realizado pelos indivíduos heterossexuais, uma vez que eles já se encontram legitimados à ocupa-los. Portanto, a criação do Coletivo é uma tentativa da sociedade civil em lutar e enfrentar tais barreiras.

4.2 MATERNIDADES LÉSBICAS

As mães Fernanda e Lidiane se identificam como mulheres lésbicas, casadas a mais de 3 anos e optaram pela fertilização in vitro para gerar sua filha. Na live elas relatam a experiência burocrática como a parte mais desgastante emocionalmente do planejamento de ter uma criança. Ambas são formadas em Direito e a parte legal foi uma de suas preocupações, sendo um dos primeiros casais homoafetivos à realizarem o procedimento em uma determinada clínica da cidade de Três Lagoas, onde também residem, relatam que a mesma não estava preparada para a chegada de duas mulheres.

Apesar de deixarem toda a documentação pronta houveram empecilhos. Fernanda usa a expressão de “sistema heteronormativo” para relatar que, à princípio, teria que assinar os documentos como se fosse uma figura masculina casada com a sua esposa. Ela ressalta isso porque em casos em que o casal opta por fertilização caseira, o sistema entende a figura do doador de esperma enquanto pai, sendo assim, para esses casais o registro teria que ser em nome da mulher e do doador (homem). Isso se espelha na forma como foram tratadas na clínica, onde foi chamada de “senhor”, e também queriam que ela assinasse as documentações como sendo uma figura masculina. Como ela não foi a mãe que gestou a criança, a mesma aponta que se sente como “nada”, nem pai, nem mãe.

O casal Everlin e Thais estão juntas há mais de dez anos. Everlin se identifica enquanto mulher cis bissexual, e Thais enquanto mulher trans bissexual. Elas optaram pelo método tradicional para conceber a Sofia. Thais conta que apesar de já ter iniciado seu tratamento hormonal durante a gestação de sua filha Sofia, ainda não tinha se assumido mulher trans para a sociedade, ou seja, ainda realizava um papel masculino, apesar dos amigos mais íntimos e a família saberem de sua sexualidade.

Quando foram registrar a criança elas esperaram sair uma resolução legal para que a Thais pudesse fazer uma retificação de seu nome, uma vez que os cartórios alegavam não realizar por não haver nenhuma resolução que orientasse tal processo.

Apesar da resolução ter saído duas semanas antes do nascimento da Sofia, elas só conseguiram realizar todo o processo burocrático da retificação do nome da Thais e registro de nascimento da Sofia meses depois após denúncias na ouvidoria. Everlin, sua cônjuge, conta que para realizar a retificação do nome de Thaís ela teve que assinar um documento de autorização para provar que estava de acordo com a decisão. Ambas relatam que emocionalmente foi desgastante, e Thais teve que apontar para as atendentes as etapas do procedimento burocrático, uma vez que o cartório não estava preparado para atendê-las. Thais também ressalta que a mãe não gestante sempre é deixada de lado pelas “questões heteronormativas de papéis”.

As mães Ana e Fran, são casadas há alguns anos e optaram pelo método adotivo para se tornarem mães. Ambas relatam que o processo foi tranquilo e que todos profissionais estavam preparados para atendê-las, uma vez que o mesmo processo realizado para casais heteroafetivos são realizados para casais homoafetivos. Mas que estão cientes que o mesmo não se repete para outros casais, uma vez que existem juízes que dificultam a adoção.

Todos os casais ressaltaram pontos em comum, a anulação da mãe não-genitora é o primeiro deles. Ao relatarem suas experiências diárias houveram queixas sobre a sociedade, como um todo, não estar pronta para lidar com a dupla maternidade. A mãe que não engravidou biologicamente da criança se torna quase invisível aos olhos da população, o que levantou algumas inquietações: será que uma mãe anula a outra pelo fato da sociedade não conseguir reconhecer o relacionamento bissexual e/ou lésbico? Será que a sociedade só percebe uma figura materna, tendo em vista que em casais heteronormativos essa figura é sempre responsável pela criança, enquanto o pai empenha o sujeito invisível? Ou então, será que o Brasil tem tantas famílias monoparentais tendo só a mãe como adulto responsável, que essa visão de uma única mãe se normaliza e normatiza ao ponto de transmitir essa visão para outros casais? Essas foram questões que essa pesquisa não se aprofundou a esclarecer, mas que geram grandes motivações para a continuação dos estudos desta temática.

Para os casais em questão, isso se torna uma forma heteronormativa de legitimar a dupla maternidade, sempre dividindo-as em pais e mães, e resultando em quem é a “mais mãe”.

A mãe Fernanda conta que juridicamente só pôde tirar licença paternidade para poder se aproximar e auxiliar sua esposa durante as primeiras semanas da criança pois a licença maternidade é autorizada apenas para a mulher que gera a criança. A problemática mais uma vez de que, uma das mães é sempre invisível ou, considerada como pai. Ana completa dizendo que durante o processo adotivo elas foram notificadas que realmente apenas a mãe genitora poderia ter direito a licença paternidade. Ambas contaram com uma rede de apoio dentro do espaço de trabalho para que conseguissem aumentar as semanas contabilizando o direito as férias juntamente com a licença paternidade. Podemos atrelar à essa problemática a falta de normas jurídicas quanto ao cadastro das crianças nos sistemas governamentais. A mãe Fernanda ressalta que o seu nome, no feminino, aparece nesses órgãos no lugar de “nome do pai”.

Sendo assim, a dificuldade de lidar com casais homoafetivos se tornam ainda maior quando o próprio Estado não normaliza, não normatiza e não estimula de maneira jurídica a existência desses arranjos familiares. A expressão usada pela Fernanda, torna-se eficiente quando nos deparamos com essa situação: “um sistema heteronormativo”. Como as pessoas civis podem desenvolver e se instruírem a como lidar com a diversidade de existências se o próprio Estado as negligenciam a partir do seu *modus operandi*?

O último ponto em comum entre os casais é a necessidade e a pressão exagerada de sempre estarem juridicamente preparadas para lidar com situações onde seus direitos são negados, apontando essa situação como mais uma violência cometida contra casais homoafetivos. Elas nos relatam que tem pastas separadas em seus celulares com todas documentações necessárias, legislações, resoluções, certidões e muitos outros. Elas também sempre estudam, informam-se e pesquisam sobre como devem proceder em determinadas situações, como matricular os filhos nas escolas, levar aos pontos de saúde, e até mesmo ao hospital. Essa pressão toda é relatada com a fala da mãe Fernanda que diz que ninguém precisa estudar para saber como registrar um filho, para matriculá-lo na escola, mas elas precisam saber, porque em qualquer momento esse direito pode ser negado ou dificultado.

Esse desgaste faz parte da rotina de casais homoafetivos que precisam se afirmar e reafirmar seus direitos em diversas situações cotidianas as quais casais heteronormativos realizam normalmente, pois é assim que o Estado em suas Leis está organizado. A maior receio que a mãe Fernanda relata é ter que ensinar sua filha esses mesmos procedimentos e preocupações, para que futuramente ela saiba lidar e se impor em situações preconceituosas.

Quando perguntada as maneiras as quais possam melhorar suas existências, elas apontam que o tema LGBTQIA+ deve deixar de ser só um tópico de temas transversais nas disciplinas educacionais, e passar a ser, de fato, um tema trabalhado dentro das salas de aulas para que a população tome consciência das diversas formas de existir.

Por fim, os casais tiveram que relatar algumas vantagens/conquistas que a maternidade lésbica pôde oferecer no processo de desenvolvimento das crianças. A primeira delas é que esta maternidade facilita o acesso da criança à meios mais diversos, e que a partir dessas vivências seus filhos podem se desenvolver com maior empatia. Também falaram sobre como suas historicidades enquanto mulheres lésbicas podem oferecer uma educação mais acolhedora, com menor dualidade de gênero, desenvolvendo uma criança capaz de oferecer carinho e afeto independente da orientação sexual do outro.

De acordo com suas historicidades, as mães lésbicas se tornaram indivíduos mais livres e mais “capazes” de educar seus filhos de forma livre e subversiva porque oferecem a possibilidade de seus filhos e filhas transitarem por diversos espaços que não só bolhas heterossexuais, ou, homossexuais.

Se você vive dentro de um espaço que você não tem uma diversidade de gênero, diversidade de raça, diversidade de...tudo quanto é tipo né, sexualidade enfim, ter diversidade, toda diversidade, é muito complicado em falar em empatia, é muito complicado. Por que? Porque essa pessoa, principalmente quando você fala dentro de um espectro de elite, vamos dizer assim, quanto mais de elite é essa pessoa menos contato com a diversidade ela tem, e menos essas pessoas são empáticas, porque elas acham quem não vão ser atingidas com nada, e aí é muito complexo você conseguir trabalhar com essas pessoas. (SALTON, 2021, informação verbal)

Isso não significa que não se deve pontuar o potencial subversivo das próprias crianças, mas essa capacidade pode ser menos dolorosa quando a família, enquanto espaço de primeira socialização, proporciona condições materiais e imateriais para que ocorra.

Eu creio que sim, porque principalmente na rede de dupla maternidade que a gente vê, tem um esforço maior de compreender essas questões né, tanto é... falar sobre o gênero, até porque né, a gente tem a grande problemática do relacionamento lésbica que é a invisibilidade, é...achar que o relacionamento lésbica não existe, ou que sempre precisa de algo né, a mais, e...então, a gente tem esse problema...então a todo momento a gente precisa, basicamente se impor, a gente é um casal, é formado por duas mulheres, e é basicamente isso e pronto e acabou. Então, existe todo um trabalho, e isso daí...assim...eu vejo que é algo...as vezes a gente fala assim “é só a gente”, mas é algo que toda comunidade lésbica a todo momento fica falando, falando e falando. E aí, vem a questão né...nessa...a gente já tem essa pressão aí, a gente já é pressionada sobre a questão do nosso relacionamento, do gênero, então quando essas pessoas se tornam mães, elas se esforçam um pouco mais para transformar o mundo num lugar melhor tanto para gente, quanto para os filhos né, por que tanto para gente? Porque assim como nós, vão ter meninos e meninas que vão ser lésbicas dali para frente e elas não precisam, por exemplo, os filhos meninos também, que esses meninos e essas crianças, elas não precisarão lá para frente ficar achando que eles são menores ou melhores, por conta da orientação sexual deles né. É...e também tornar o mundo melhor para os próximos, a gente também fala dos meninos né, que até cria...interessante que levou essa questão, muitas vezes a gente fala de criar meninas nesse mundo, mas também é bem complexo você criar meninos. Porque o criar meninos você vem com várias questões que você precisa fazer com que esse menino não seja extremamente influencia em relação ao machismo, que vai colocar ele como ser superior né, e que ele compreenda o espaço dele dentro desse mundo, e que ele não reproduza isso e não sinta o machismo, porque tem essa questão do machismo também, de inferiorizar o menino que tem sentimentos, o menino que é mais delicado, enfim...vocês tem essas questões aí que você precisa balancear bem que torna a maternidade de mãe de meninos um pouquinho mais complexa. Então assim, eu vejo que a comunidade lésbica em si, ela tenta sim trazer várias questões relacionadas ao gênero (MARIA, 2021, informação verbal)

Portanto, a pergunta central deste trabalho foi respondida. Como a dupla maternidade inconforma, forma e conforma as identidades de gêneros de suas crianças? Exercendo a ação que tanto lhe foram negadas: dando liberdade para suas crianças. A violência diária sofrida por essas famílias as impulsionam para proporcionar um ambiente livre dessa opressão para seus filhos e filhas. Conscientemente ou não, elas oferecem as primeiras redes de apoio e acolhimento que essas crianças terão durante seu desenvolvimento social, mas também as preparam desde muito cedo para lidar com essas violências.

O primeiro processo que deve ser feito é o de aceitar a existência não só desse modelo familiar, como de todos. Legitimar essas famílias para que elas possam atuar de forma ativa e plena na sociedade, que a pressão e opressão não recaiam sobre elas e também sobre seus filhos e filhas que compararão o modelo ideal de família à sua realidade. O modelo ideal é aquele que dá suporte, amor, afeto, condições de desenvolvimento e crescimento para suas crianças. Este trabalho nunca se preocupou em pontuar os erros e acertos das diversas formas de matinar, mas sim em esclarecer ao leitor que elas existem, devem ser aceitas e tuteladas pela sociedade civil e pelo Estado, a fim de suprir o preceito básico: auxiliarem no desenvolvimento das identidades de seus filhos e filhas a fim de gerarem sujeitos mais livres, cidadãos para exercer sua cidadania de forma plena, com a consciência crítica que existem diversas formas de ser e existir no mundo, o que os casais entrevistados conseguem, com excelência, propor para suas crianças.

A maternidade lésbica, de forma geral, atua dessa mesma forma com suas crianças? Provavelmente não, ter uma consciência esclarecida sobre sua realidade social nem sempre é um processo simples e rápido. Como visto, os sujeitos carregam dentro de si diversas identidades, muitas vezes conflituosas. A militância auxilia o processo emancipatório do indivíduo, e nem todos os casais lésbicos fazem parte dela. Ainda é possível perceber famílias com configurações não tradicionais exercendo um viver tradicional e disseminando ideologias tradicionais que as mesmas ainda se sentem pertencentes. A subjetividade do indivíduo é conflituosa e a formação familiar em si não é capaz de resolver tais conflitos.

As três famílias entrevistadas são militantes, e por isso se posicionam de tal forma, cada uma com suas subjetividades.

CONCLUSÕES

Ao fim deste trabalho é possível perceber que as identidades de um sujeito são construídas internamente e externamente pelo processo de identificação e exclusão de pares. Houveram grandes ampliações das delimitações e enquadramentos de sujeitos para além da binariedade de gêneros masculinos e femininos, o que resultou na visibilidade à pluralidade social existente e problematizações dos estereótipos. Esse movimento permanente de resignificação permeiam as vivências de cada sujeito e esbarram numa estrutura patriarcal fortemente consolidada na sociedade que são as relações de poder que hierarquizam os indivíduos pela sua etnia, pelas características físicas e também pelo gênero por meio de uma rede simbólica de status e valores de normas sociais.

Grande parte da sociedade, ainda enraizada por preconceitos e juízos de valores arcaicos, reafirma-se heteronormativa ao impor costumes culturais e religiosos para nossas crianças por meio de instituições reguladoras, como é o caso da mídia, escolas, igrejas e até mesmo no seio familiar. Neste caso antecedem até mesmo o nascimento, livrando-se da reflexão dialética do próprio ser, principalmente pela influência afirmativa de instituições de controles ideológicos e/ou religiosos.

Isso fica evidente nas entrevistas quando todas as famílias relatam que essas instituições não as oferecem tratamento adequado, não asseguram seus direitos, não respeitam suas denominações nominais e não as olham enquanto famílias. Sendo assim, para essas instituições a existência de sujeitos que fogem a heteronormatividade é nula.

Essas ações violentas carregam a finalidade de reforçar a imposição de gêneros compulsória.

A família é uma importante influenciadora da formação do sujeito e suas ações, por ser um ambiente educativo o qual transmitem à criança a prática social e cultural, e que, portanto, deveria ser livre de violências simbólicas para com as crianças. Diante desse espectro a formação das identidades de gênero passam a ser construídas por meio de falas de *outrem*, neste caso o Estado.

Para famílias tradicionais a legitimidade que os aparelhos estatais as oferecem é natural, mas para aquelas famílias que fogem dessa configuração a legitimidade é sempre uma conquista. O Estado legitima algo por meio do poder de oferecer uma vivência social. Quando aceita a existência de determinado modo de existir, ele permite e legitima a vivência por meio de políticas públicas e disseminação de ideologias.

O Estado atua na construção do imaginário social, quando uma forma de viver e ser é negada por ele, acaba sendo negada por outros sujeitos também. Isso fica claro quando as famílias preparam todos seus membros, inclusive as crianças, para lidar com situações onde seus direitos básicos podem ser negados. Portanto, quando dito que as percepções das identidades de gênero podem ser construídas a partir da atuação do Estado, é no sentido da permissividade do mesmo para a forma de existir. Se encaixar dentro da normalidade viverá sem a pressão da autoafirmação constante, se fugir à normalidade viverá a margem da sociedade.

O Estado constrói e apoia apenas os sujeitos e famílias que ele permite, dentro de suas regras heteronormativas.

A individualidade tem se mostrado cada vez menos passiva. No caso das mulheres em matrimônio homoafetivo, a influência do feminismo fez com que parte de mulheres domésticas saíssem dos ambientes privados (domésticos) para os públicos (sociais), tivessem acesso a métodos contraceptivos, pudessem planejar sua vida familiar e optar por métodos tradicionais ou não para geração de filhos. Entretanto, as visões esteriotipadas e tradicionais sobre as mulheres ainda continuam a perpetuar na vida social e são reflexo dessa educação que se encontra consolidada na estrutura da sociedade. Esse fato é visível não só quando as famílias relatam durante as entrevistas seus métodos contraceptivos e as dificuldades que tiveram que enfrentar para que eles fossem assegurados, mas também durante os processos burocráticos realizados para o registro de seus filhos e filhas.

O avanço dos estudos culturais mostram para o mundo acadêmico que sempre existiram diversas formas de existir no mundo, apontando que os sujeitos estão começando a experimentar a complexidade de suas identidades.

O âmbito privado oferece a primeira socialização da criança por um processo geracional (adulto x criança) e desempenha um papel primordial na educação. Pode não ser reconhecida, mas a educação que ocorre no seio familiar acaba por muitas vezes afirmando o *status quo*, no qual o sujeito e suas relações não são refletidos. As famílias entrevistadas apontam que apesar de estarem configuradas de formas não tradicionais, os avós das crianças, tios, primos e dentre outros, ainda se configuram de maneiras normativas e realizam ações de afirmação dessa norma, o que acaba resultando em choques e discussões com as famílias femeparentais.

O machismo e a estereotipação ocorrem de maneira natural podendo ser perpetuado desde a infância e até em suas socializações em toda a vida, reforçando o preconceito e as estruturas sociais impostas, onde uma mudança é vista como uma transgressão social. Algumas das famílias entrevistadas apontam que é assim que foram vistas em algum momento da formação familiar, por parentes, pessoas próximas e instituições. As lutas diárias destas famílias fazem com que elas se reconheçam e reconheçam tantas configurações familiares.

Essa pesquisa pôde proporcionar uma leve imersão no mundo das famílias que são marginalizadas e contar uma outra história que não a “história única”. Essas famílias são famílias desde o momento em que se intitulam como uma. Com o surgimento da socioafetividade as famílias podem se formar pelo primordial além dos laços sanguíneos: os afetos.

Foi um grande desafio trabalhar com conceitos tão fluídos, uma vez que a academia está sempre lidando com termos consolidados e formas de pesquisar tão tradicionais. É impossível dizer que todas essas linhas escritas sejam uma verdade universal sobre as categorias analisadas, mas elas cumprem seu objetivo principal de levantar debates; oferecer visibilidade; e tensionar ao questionar as hipóteses iniciais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottmann. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BANDEIRA, Lourdes. Relações de gênero, corpo e sexualidade. **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil: Dilemas e desafios**, capítulo 6, pag 180-197 – São Paulo: Hucitec; Population Council, 1999.

BEGNAMI, Patrícia dos Santos. Crianças: os sujeitos das pesquisas antropológicas. **Revista UNAR**, v. 4, n. 1, 2010.

BUSS-SIMAO, Márcia. Antropologia da criança: uma revisão da literatura de um campo em construção. **Revista Teias**, [S.I.], v. 10, n.20, p.16 pgs., dez. 2009. ISSN 1982-0305.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler; tradução Renato Aguiar – 19º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.

DE LA FARE, M.; CARVALHO, I. C. DE M.; PEREIRA, M. V. Ética e pesquisa em educação: entre a regulação e a potencialidade reflexiva da formação. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 192-202, 30 ago. 2017.

DESOUZA, Eros et al. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.

DEVECHI, Catia Picocolo V; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? **Rev. Bras. Educ.**, v. 15, n. 45, p-148-201, jan/abr, 2010.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Editorial Presença, n.4, 1997.

FERNANDES, NATÁLIA. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, 2016.

FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. **Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios**. 2014.

GAMBOA, Silvia Sanchez. **Fundamentos para investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientan al investigador**. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.

GARGALLO, Francesca. Feminismos desde Abya Yala. **Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz de Tadeu da Silva, Guaracira Lopes de Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell – **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade** / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – 2º ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell, 1952 – **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / bell hooks; tradução Bhuvi Libanio – 13º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro. 16º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva – 4º Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, n.6, v.2, p. 105-119, Julio-Diciembre 2011.

MARTINS, Eduardo Simões. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 04, 2010.

MOCHI, Luciene Celina Cristina. **Afinal do que é feita uma família? Maternidades lésbicas na escola: da (in)visibilidade às percepções hétero/naturalizadas de professores e pedagogas na educação básica** – Rio de Janeiro, RJ: Metanóia, 2019

MWEWA, Christian Muleka; CECHINEL, André; VAZ, Alexandre Fernandez. Calipso e a intransigência do gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e48156, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300211&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 22 de out 2019.

NOGUEIRA, Thaís Crepaldi. Depoimento [Entrevista concedida a] Gabrielle Mansur Araújo. Entrevista sobre maternidades lésbicas. Entrevista concedida para a dissertação de Mestrado sobre maternidades lésbicas. Três Lagoas, 2021.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul/dez. 2010

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ y RAMÓN GROSGOUEL. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (pp. 93-126). Bogotá: Siglo del

Hombre Editores; **Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.**

SALES, Ana Amélia Ribeiro. **União homoafetiva feminina e dupla maternidade: a possibilidade jurídica de duas mães e um filho ante as técnicas de reprodução humana assistida.** Curitiba: Juruá, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Escola e Realidade.** Pag 71-99. Jul/dez 1995.

SOARES, Juliana dos Santos; CARVALHO, Alysso Massote. Mulher e mãe," novos papéis", velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. SPE, p. 39-44, 2003.

THESING, Mariana L. Corrêa; COSTAS, Fabiane A. Tonetto. A pesquisa em educação: aproximações iniciais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n.3, p. 1839-1853, jul-set, 2017.

TIBONI, Marcela et. al. **Maternidades no plural: Retratos de diferentes formas de materno** – 1º ed. – São Paulo: Fontanar, 2021.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Phyysis. Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 7-32.1995.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: ____ **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Revista Nómadas** n. 26, p. 102-113, 2007.

ANEXOS

ENTREVISTA 1 – THAIS (T) E EVERLIN (E)

Essa entrevista foi realizada através do Google Meet no dia 27 de julho de 2021 no período noturno, na sala de TV da família, ambas as mães estavam sentadas no sofá junto com a criança. Durante a videochamada, a criança ficou assistindo filme.

G: Boa noite meninas, vou estar gravando para poder digitar depois, sem problemas né? (elas acenam com a cabeça que sim). Gostaria de agradecer vocês por participarem, isso é muito importante, obrigada por participarem.

T: É importante para nós como coletivo

G: Eu imagino. Está sendo muito difícil que os casais topem para falarem sobre maternidade porque pode ser visto como tabu até para eles, obrigada. E eu vou me apresentar, eu sou mestranda do curso de pós-graduação em educação na UFMS mesmo, o intuito da minha pesquisa é estudar como os casais homoafetivos educam suas crianças, como eles fazem isso, se utilizam algum meio diferente, eu quero mostrar na verdade, que essa maternidade ela tem um poder muito grande para subverter a heteronormatividade, eu acredito que vocês conseguem criar com mais facilidade crianças mais abertas e livres para conviver no meio que a gente tem hoje, tá bom? Então, gostaria que vocês começassem se apresentando, contando a história de vocês duas, como tudo começou, se vocês se sentirem á vontade com isso, tudo bem?

T e E: Tudo bem.

T: Meu nome é Thais nós nos conhecemos desde 2008, ela ainda estava na faculdade né?

E: É, fazendo pedagogia

T: Eu estava em outra profissão, hoje eu trabalho como professora, mas na época estava na polícia militar. E além de tudo, eu ainda não era assumida como transexual. Então, a gente começou em um relacionamento, por assim dizer “hétero” né, e ai conforme nós fomos nos desenvolvendo, a gente sempre teve muita proximidade, sempre foi fácil da gente lidar com as questões uma da outra e perceber né, uma a outra a despeito dos papéis que éramos brigada e ensinadas a cumprir. E aí, num dado momento, o peso de tentar esconder toda essa minha história, não sei se esconder é a palavra que mais se adequa né, mas aquela questão de você ter muita transfobia, muita homofobia internalizada, que você é ensinada desde a infância né, então se livrar disso, é um processo muito custoso, muito difícil, e ela me ajudou bastante nessa parte, e ai então, quando ela conversando comigo, consegui me abrir e comecei a fazer a transição, e a partir desse momento nós começamos a vivenciar um relacionamento que é efetivamente lésbico, entre nós tanto também aos olhos da sociedade. A forma como nós somos tratadas, como as pessoas se referem a nós, é como um casal lésbico né, e isso alterou a forma como a gente interage com algumas pessoas, porque algumas pessoas se tornaram mais próximas e outras pessoas se afastaram. Algumas por completo, né. No meio desse processo nós tivemos a Sofia, que é a nossa filha né, e, desde então a gente lê muito material, a gente conversa com outros casais né, de lésbicas e também de gays, para trocar informação, porque existe uma série de deficiências na rede de ensino, principalmente, em relação a abordagem de famílias que não sejam heteronormativas. Então, a gente sempre acaba tendo que buscar contextos

para que ela perceba que a família dela é mais uma família, dentre as possibilidades que tem.

E: Eu sou quieta tá, então, qualquer coisa... (risos)

G: Não imagina, tudo bem. Então, você pode descrever a Sofia para mim? Emocionalmente, fisicamente, tudo... Descreva a Sofia.

T: A Sofia, ela é uma criança bastante carinhosa, também é bastante agitada, ela não gosta muito de tecnologia, ela até participa de alguma coisa, igual neste momento a gente colocou ela pra ver um pouquinho de televisão, mas não dura muito, ela gosta de interagir com outras pessoas, ou ela tá brincando, ou então brincando com a Everlin que é minha esposa, ou então tá brincando com a Lola. Só agora que ela começou a desenvolver mais a criatividade dela, então ela tem momentos que está brincando com os brinquedos dela, ela começa a formular histórias sozinhas, muitas delas em parte daquilo que já contamos de outros livros, mas ela já formula as próprias histórias, ela brinca com as bonecas, leva as bonecas para outros lugares, coloca a boneca para brincar de carrinho, coloca a boneca para fazer coisas que ela vê nós fazendo na rotina da casa, lavar a louça, cozinhar o fogão, brincar com o cachorro, dar comida, essas coisas ela trabalha bastante. Ela tem muito interesse por histórias, ela gosta muito de ler né, no caso que a gente leia para ela, ela sempre pede bastante, e ela também gosta de brincadeiras, mais assim, que faça alguma atividade física sabe? Ela gosta bastante de correr, brincar de esconde-esconde, andar de bicicleta que ela está começando a aprender agora.

G: Quantos anos ela tem?

T: Ela está com três aninhos

G: Três anos...E qual brinquedo que você fala “nossa esse é o favorito da Sofia”?

T: Ó o brinquedo favorito dela...que ela mais gosta... é a Lola, é o bichinho de pelúcia dela

E: É um cachorrinho

T: É o cachorrinho que parece com nossa cachorra

E: Coincidência ou não (risos) Na casa da minha mãe ainda tinha umas lembranças minhas do passado, e tinha essa cachorrinha que era minha de infância, querendo ou não parece com nossa cachorra, é branquinha, orelhinha pintadinha, ela deu o mesmo nome da cachorra de casa para Lolita, ela dorme agarradinha, mas agora que tem mais coisa, a imaginação tá mais fértil, ela está mais desapegada a qualquer coisa. Apareceu agora que ela está apegada a uma sereia que ela ganhou, veio dentro de um ovo de páscoa, pequenininha, minúscula, mas também ficou bastante tempo dormindo com essa sereia

G: E, como que é a relação com a Sofia com as outras crianças? Porque a gente sabe que apesar de vocês conviverem no meio, conhecerem casais homoafetivos, mas a gente acaba se deparando com famílias tradicionais né, e as crianças acabam refletindo isso, principalmente, na escola que é um lugar de muita tensão. Então, como que vocês instruem ela para lidar com o preconceito, apresentar a família de vocês, como que funciona? Ela já entende que vocês são as duas mães dela? Ou vocês se colocam enquanto um pai e uma mãe? Como que funciona essa relação entre vocês três?

T: Quer falar?

E: Pode falar você, eu coloco alguma coisa

T: Então, por conta da pandemia né, a gente manteve ela no ensino a distância, então, ela teve pouca interação com outras crianças no ambiente escolar, até aonde a gente foi, acho que deu um pouco menos de um mês antes da pandemia começar

E: Quinze dias

T: Isso, quinze dias. A professora relatou que ela estava com desenvolvimento normal, ela interagia, brincava com as outras crianças né, um pouco tímida, ela é sempre um pouco tímida no início, mas é questão dela se inteirar no ambiente. A partir daí, ela já começa a brincar, já começa a enturmar, ela conta história, ela brinca com outras crianças. Ela tem uma memória muito boa de outras crianças que ela conhece, as vezes a gente fica, vários meses sem ir para algum lugar, e quando a gente fala que vai voltar no lugar ela já fala “ah minha amiga vai estar lá”, e aí ela lembra da menina que estava. Igual no ... a gente ficou uns oito meses sem ir, e quando a gente voltou ela já perguntou se a menina ia estar lá para ela brincar com a menina, porque elas estavam brincando primeiro de boneca, depois foram correr, e a i ela ficou perguntando dessa menina. Mas, assim, em família, a gente procura muito falar da nossa né, para ela saber que ela tem uma família que tem duas mães, porque isso é uma coisa que na maioria dos desenhos que ela assiste...

Sofia ao fundo: Eu tenho duas mães (sinal de dois com os dedos)

T: (risos) As histórias que a gente lê, são famílias né... homem, mulher e filhos. Então, a gente vê isso com essa, contando para ela conhecer a família dela, saber como a família dela é, também apresentar outras formas de casais homoafetivos né, até mesmo dos outros espectros LGBT, e, também quando ela vai interagir com outras crianças, por enquanto, como a gente tá com o ambiente muito restrito, então, foi o ambiente onde tem uma receptividade maior, porque são amigos nossos já de muito tempo né, e já são pessoas que já conviviam, mesmos heteros, são pessoas que já conviviam com LGTBs, então até aqui a gente não teve problema dela enfrentar preconceito ainda né, eu acredito que o

maior obstáculo que teremos, é a escola porque existem vários pais, religiosos, naquele sentido mais estrito da fé, bem doutrinário, e, já houve né, problemas no passado né, que a gente já soube, não só na escola, mas, na rede de educação como um todo, então a gente tenta se preparar né, explicando para ela o que é cada tipo de família.

G: Entendi, e, analisando o que você fala, a gente pode perceber que existe uma falta de representatividade né dessas outras famílias, desses outros arranjos familiares né, então vai ter contato nos desenhos, nos livros... O que vocês, de certa forma, entendem que fazem uma força contrária né, enquanto a direção está pra cá, heteronormativa, vocês precisam fazer uma força contrária, para ensinar para a Sofia que não existe uma família Doriana mesmo né, porque na verdade isso não existe, até as tradicionais né... nem vou muito entrar nesse assunto. E aí, o que vocês mais utilizam? Eu sei que é muito escasso os recursos, achar desenhos ou livros que falam disso, mas além da conversa, vocês usam algumas ferramentas? Ou brinquedos? Nessa questão de até mesmo para ensinar sobre gênero para ela, a identidade dela.. Vocês apresentam outro tipo de brinquedo? Como que funciona?

T: Pode falar?

E: Posso. É... Questão assim de brinquedos, a gente sempre coloca o que ela quiser ter, se tiver ao alcance, ela vai ter, não tem aquela coisa assim, o que é de menina ou o que é de menino, ou as cores...para ela tudo é liberado. Adora jogar bola, adora jogar uma bola, cê eu te falar...adora azul, sabe é uma coisa dela, não foi uma coisa assim, estamos impondo para ela entender...sabe? Já vem dela, então, o que vem dela é assim “Pode? Pode. Quer? Quero” Ela adora o homem aranha, é uma coisa assim de você deixar a criança ter as preferências dela, o que ela mais demonstra de gostar, é uma coisa dela e a gente só deixa ela ter a criatividade dela no tempo dela. É...o que dar para perceber, é que é muito difícil da gente conseguir desenhos, quando aparece algum desenho, aparece algum deputado ou alguma coisa, querendo tirar, querendo fazer protesto, simplesmente...

T: Os desenhos da Xira...

E: É...tem uns desenhos da Xira que é ótimo, ótimos desenhos da Xira, bonitinho que ela adorou, e outros desenhos que aparece uma coisa ou outra, Sr. Moon né...desenhos que já são antigos da nossa geração mesmo, que na época, eu não sei se era muito sutis né, que ninguém falava nada, e hoje né, há um estardalhaço danado, mas que a gente vê que nas próprias histórias que ela cria com os bonequinhos, muitas vezes os bonequinhos não tem gênero, a menininha já não é mais uma menininha, é um papai, já são duas mães, já são dois papais, e é coisas assim que a gente ta aqui na sala e só escutando do quarto as

brincadeiras, sabe né? Já e assim, não é uma coisa de ficar tão forte, em cima, sabe? Você só dá as oportunidades para ela vê que sim, que é normal, que sim existe, que para ela já foi criando disso, desde pequena, nasceu e já foi mamãe e mamãe, para ela não tem diferença entendeu? É família e pronto.

G: E, é uma dúvida, se desconfortar vocês, vocês me avisam, mas, vocês no início começaram como um relacionamento heteronormativo sexual, e aí, não sei se foi o caso de vocês, mas a gente sabe que durante o processo de descoberta, de se abrir, as pessoas sofrem preconceito dentro da própria família, não sei, com avós, tios da Sofia, não são todas as famílias que apoiam esse processo, e eu queria saber se vocês enquanto casais lésbico sofreram algum tipo de preconceito dentro do arranjo familiar de vocês, se isso acabou de alguma forma afetando a Sofia, se não sei, se ela convive com os avós, tios, primos, como que é essa convivência com esses tipos de pessoa? Sabe...Porque eu sei a importância da maternidade lésbica na criação da Sofia, quando ela se depara dentro da própria família, apesar que mais distante, modelos tradicionais, como que ela reage? Como que funciona isso hoje?

Silêncio total, Thais olha para Everlin.

E: Vou começar e ela dá a deixa, porque ela tem mais coisa para falar.

T: Eu acho melhor só você falar

E: Não, você pode falar. Na cidade, somos de família mesmo pequeno, porque né, eu nasci em Corumbá mas, a minha família é do interior de São Paulo, a maior parte, é uma coisa que mãe, pai e irmão, e chegou aqui, hoje tenho minha mãe e irmão, família mesmo, não estão na cidade. Dela (da Thais), é falecido, os pais saíram do âmbito familiar e foi conquistar a vida fora, basicamente só tem a mãe e o irmão.

Sofia gritando

E: Sofia, deixa a mamãe falar. Criança é assim. Mas então, na parte de se assumir, primeira coisa que vem, no caso de ambas famílias, no caso de duas mães, porque no caso a gente teve a infelicidade dos pais morrerem, coisa de um ano de diferença, morreu o pai dela, um ano depois morreu meu pai, a gente tinha acabado de casar, foi bem complicadinho. Mas, a primeira coisa que veio das duas mães, foi então “vai acabar o relacionamento, como você vai seguir a vida, como o fulano vai seguir a vida”, e não aquela coisa “o que você acha, como vocês vão agir”, já foi aquela coisa como se fosse algo determinado, bater martelo sabe? Não interessa sua opinião e sim o que os outros vão pensar, já começa assim. Passando toda essa turbulência que a gente teve, que a gente resolveu continuar juntas que o amor é maior, ainda hoje né, pós-metas, dá parte da minha

mãe né, ainda tem um atrito, aquela coisa assim, estamos no mesmo ambiente, estou conversando, mas você percebe que é uma coisa forçada, porque existe uma criança no meio sabe? Eu acho que para não poder o laço afetivo comigo, mesmo se eu não tivesse ela, ela continuaria nessa postura para manter o contato comigo, como tem a Sofia ela tem, você sente que ela se esforça para estar, mas é forçar, porque eu já sei que no futuro a gente vai ter que ter uma abordagem a gente com a Sofia, para ela entender. Porque não tem como criar ela numa redoma, como se a família lá fora é perfeita, e a família lá fora aceita, e a gente sabe que é como a sociedade vê a gente, tem gente da família que também vê. E eu sei que essa parte é mais minha família. Ela (Thais) já sofreu bastante, e ainda sofre, mas tenta se manter ali para estar junto comigo, em algumas festividades quando tem que ir, eu sei que é questão de importância para ela (Sofia) enquanto criança e construção de ser humano, então a gente tenta manter para ter ali, para ter ali uma estrutura para ela. Mas a gente já se prepara para o futuro né (risos). Agora você fala (cutuca a Thais), já é tipo psicóloga você viu (risos).

T: (Risos)

E: Porque uma coisa que me dói sabe, porque eu sei que ela (Thais) sofre bastante dessa parte minha, porque eu tenho um irmão também que ele é casado, mas ainda não tem filhos, então tem mais esse peso dela (Sofia), ela é a única criança. Até em primo, a maioria, e dos amigos, a gente tem amigos que ainda não tem filho, então, a Sofia ainda é a única criança na maioria dos espaços que a gente vai. Então, eu sei que ele homem, hétero, que é meu irmão é aquela coisa também, foooooorçada para caramba, mas, é isso aí, para não perder contato, para não perder vínculo diz que aceita né, não sei, mas, a gente tenta burlar certas coisa que é pensando na construção dela, se lá na frente ela sabendo de tudo que a gente passou né, ela vai tomar as decisões dela, o que ela quiser de manter ou não a família, pelo menos a gente tá tentando manter alguma coisa para, sei lá, vê o que ela decidir depois, né filha?

Sofia: Simmm

T: (suspira fundo) Enquanto as outras famílias em questão né, de encontrar com casais héteros, a gente tem alguns amigos héteros também que tem criança, que é o caso da Laura né, da Néia, e...ela não teve problema entendeu? Foi um pouco no início, para ela, porque né...de novo, função da pandemia muito tempo da gente em casa, referência de família que ela tinha era a nossa né, então o ponto de partida dela é diferente das outras crianças, mas a gente foi ensinando para ela que também tem famílias que tem a mãe, o pai, e as crianças. Então, ela sabe disso, uma das coisas que eu sempre penso muito, é que

eu gostaria que as outras também falassem da gente, da mesma forma que a gente fala que as outras famílias existem e são várias, que também fosse um hábito que a nossa também é, mas, até hoje ela nunca teve problema com isso, com reconhecer outros modelos de família, inclusive nós usamos né, além de alguns desenhos que passam na televisão que abordam essa questão de diversidade familiar, de outras formas ela citou alguns, a gente usou uns livros, nós temos alguns livros que trabalham né, modelos de famílias diferentes, aquele livro, livro da família, que mostra desde da família mononuclear, a família tradicional, família que todo mundo é igual, trabalha questão racial, tem o outro livrinho também que é o da menininha de cabelo cacheado, que ela também fala da família dela, que é diferente da família do outro menino que é tudo branco, e aí mostra outras famílias onde tem duas mães, dois pais né, e assim por diante. E as próprias brincadeiras que desenvolve com ela, então tem também, as vezes que a gente brinca, tem essas questões de fazer a brincadeira aí faz de conta com os bonecos famílias que tem dois pais, duas mães, ou pai ou mãe

E: O interessante que eu já vejo que alguém vai falar de pai, ela mesmo já fala “eu não tenho um papai, eu tenho duas mães”

Sofia: E não tenho vovô

E: É, e não tem vovô, porque ela perdeu né, ela é taxativa já (risos).

G: E a gente vê a importância da Sofia, uma criança para o relacionamento, até para os outros casais. E para vocês qual a importância da Sofia para relação de vocês? Não se a Sofia foi uma criança planejada ou não, me conta a história da Sofia e a importância que ela teve na relação de vocês

T: A Sofia foi planejada, e ela mudou toda a nossa relação. Uma das coisas que a gente conversa muito entre nós duas, já conhecíamos o amor pela ação que a gente tem de muita intimidade uma com a outra, mas, o amor que você desenvolve né, com uma criança, seus filhos, é algo...só vivendo, sabe? É completamente diferente, a entrega, a ligação que você tem, a preocupação o tempo todo de observar o desenvolvimento, de tentar fazer o melhor para que ela possa não só se desenvolver, mas se sentir protegida, acolhida, amada, sabe? Tem toda uma série de preocupações que são diferentes. E satisfações também, que não existiam antes. Então, ela mudou a dinâmica do nosso relacionamento em relação a proporcionar mais alguém com quem compartilhar a vida, é...e claro, né, toda o encargo que vem com você estar cuidando de uma criança, então, alterou horários, alterou momentos que a gente tinha para ficar juntas, alterou a rotina para sair, seja para ver a família ou para ver os amigos, muda tudo isso daí. E, sim, o fator financeiro também, é

algo que se exige bastante planejamento em função disso, que a criança demanda uma série de cuidados onde o dinheiro pesa bastante.

G: E, uma pergunta, como é a rotina de vocês com a Sofia? Quem fica com ela em determinado período, quem faz o que, quem cuida mais? Eu não se vocês estão de teletrabalho, como funciona a dinâmica de vocês com o dia a dia da Sofia?

E: Depende muito da ocasião, que nem como a gente está na pandemia agora que ela (Thais) está voltando para sala de aula, e eu estou afastada, e eu peguei de tempo sabático (risos). Chutei o balde, tô em casa. Teve período em que estive mais com ela (Sofia), aí eu abri uma lojinha, então eu ficava mais tempo fora de casa, e ela (Thais) ficava dando aula em casa por via remota, ela ficou bastante tempo. E aí agora com a pandemia eu fechei a loja, e ficamos as duas em casa. E agora, voltando das férias a Thais vai para escola e eu fico com a Sofia. Então, cada momento é um momento. Em questão de dentro de casa, quando tem as duas, é que der para fazer, se uma está lavando a louca, a outra faz o que der para fazer. Não tem aquela coisa “ah amor você pode fazer tal coisa”, o que a gente vê muito quando a gente conversa com amigas que tem relacionamentos héteros é isso, fica sempre a cargo de uma pessoa, e é sempre a mulher né. Então, não sei se é esse o caso da gente, também ser companheiras e sempre foi companheirismo para qualquer coisa que aparecesse na vida, a gente se cuida, uma coisa da outra, quando uma não dá vai a outra, então, ela (Sofia) vem e uma mãe não pode, a gente já fala “vai atrás da outra mãe” e ela vai atrás da outra mãe que estiver disponível para fazer qualquer coisa que precise. Mas agora como ela está com três anos, ela já tem muita coisa que está independente, ela quer ir no banheiro ela vai sozinha, só pede ajuda quando precisa e alguma coisa, ela grita pela casa aí você vai atrás, mas foi um período assim que o trabalho não tinha, com as duas não sei, mas deu a impressão de outros casais que a gente tem conhecido que teria muito mais penoso, se fosse nesse modelo tradicional, sabe? Que é só uma né, seria isso.

G: E vocês, criam a Sofia como uma menina feminina ou não, como que vocês definiriam essa questão mais de vestimenta?

T: A gente apresenta para ela as coisas que tem né, quando a gente vai para uma loja né, naturalmente a gente, vamos dizer assim, como ela ainda não demonstrou interesse em outros tipos de roupa, então está ainda na sessão feminina né, mas não tem aquela coisa de comprar só vestidos, comprar só coisas floridinhas, ela principalmente agora, não sei, ela (Everlin) sabe falar melhor o desenvolvimento de criança, mas a Sofia está começando a demonstrar melhor os traços de personalidade dela, então agora que ela está melhor na

fase de escolher vestir o que vai vestir “ai eu gosto desse e não gosto daquele”, mas eu vejo que ela, talvez seja impressão minha, gosta de usar muito aquilo que ela vê a gente usando. Então, as vezes ela quer usar vestido, mas as vezes ela quer sair com um shortinho, ou uma calça, quando está muito frio, principalmente se ela vai sair para brincar, ai ela quer mesmo um shortinho ou alguma coisa que vai dá para ela bagunçar bastante né, e até na questões das brincadeiras, a gente não restringe o que ela vai brincar, já apresenta para ela carrinhos, bola, do mesmo jeito que ela brinca de maquiagem, que ela vê a gente passar o batom...

E: Não é nem batom, é brilho...

T: Cacau...

E: É

T: Protetor labial, aí ela quer e a gente deixa ela passar

E: E aí com a pandemia a gente não passa mais nada né, então ela não chegou a ter as maquiagens dela, dois anos também né de pandemia, mas assim, a Sofia, a gente teve uma viagem quando eu estava grávida dela, e a gente não sabia quem ia ser, então a gente comprou tudo neutro. Tudo neutro. E aí, depois de um certo tempo ela só foi ganhando roupinha de menina (risos), e é sempre rosa, é sempre rosa Meu Deus, como ganhou coisa rosa Jesus amado, e ela adora azul (risos). Criou um gosto por azul, sabe? Mas ela é bem, bem solta, mas é o que eu falo, a gente tenta fazer o que a gente acha certo, mas a gente também erra né, que nem eu falo, um arrependimento que eu tenho é de ter deixado furar a orelha dela no hospital, hoje eu vejo assim, ela está sem brinco já tem quanto tempo...dois anos e pouco.

T: É, mais ou menos por aí

E: Ela começou a andar, caia e muitas vezes caia com parte da orelha no chão, e uma dessas o brinco por trás a tarrajinha furou e entrou dentro do buraco, infeccionou sabe, e sabe a culpa que vem? Para que eu fiz isso? Sabe? Então hoje que já tem muito tempo que está sem, ela quer que coloca quando vou sair, eu tenho alergia então só coloco quando vou sair, ai ela vê e já vem “eu quero eu quero”. Ou vê uma vó com brinco, ai ela pede brinco, aí a gente já conversou mas tem que reforçar “quando você for maiorzinho se você quiser, a gente vai na moça e fura, porque vai doer. Então você quer furar agora, porque vai doer”. Mas são certas coisas que você vê, mesmo naquela consciência que a gente tenta manter né, ainda bate a coisa de “a uma menina tem que ter uma orelha furada”, não foi por ser menina que a gente deixou, é mais aquela coisa que a gente achou que poderia facilitar na vida dela, para lá na frente ela não sofrer com a dor, mas causou

dor nela, brincando criança em casa. Foi uma coisa totalmente desnecessária, mas que hoje com o pensamento que temos hoje, se tivesse outra não iria furar nunca, deixaria para uma decisão futura para a própria criança depois

G: A última pergunta, como que eu posso citar vocês, provavelmente não vou citar nomes, mas posso colocar a Everlin enquanto mulher lésbica? A Thais como mulher trans lésbica? Como vocês gostariam de serem identificadas, em questão de gênero?

T: Ah, que a gente se identifica...como...bissexual, né, vivendo uma relação lésbica, é isso né?

E: (Risos e cara de confusa) É que isso é pra pegar

G: Alguns gêneros são fluidos né, hoje é mais fluido. É só uma questão mesmo acadêmica na hora que eu for citar vocês, tá? Eu agradeço de novo a presença de vocês, por terem topado. Gostaria de pedir desculpa se as vezes eu fui muito invasiva, eu sei que são assuntos que são delicados de se falar, então eu peço muitas desculpas se causei incômodos em vocês, não foi a intenção. E, eu quero desejar uma boa sorte né, para criação da Sofia, eu sei que ela está em boas mãos, vocês são um casal muito fofo, eu acompanhava vocês pelo coletivo, uma live que vocês fizeram pela maternidade, aí eu pensei “ahhhh vai ter essas pessoas na minha pesquisa, eu vou, eu acho que vou conseguir” Então assim, eu acompanho vocês, sou muito orgulhosa da visibilidade que vocês dão para a comunidade LGBT, eu acho que é isso mesmo, a gente ir trabalhando, igual a Everlin falou, a gente erra, tanto na maternidade como em ser humano, nós erramos. Então é isso gente, muito obrigada, de verdade, muito obrigada mesmo. E eu gostaria de pedir autorização para usar uma foto de vocês no meu trabalho, tem problema?

T: Não

G: Aí eu vou no facebook, caçar uma foto que tem vocês três para eu poder... apesar de eu não soltar os nomes, eu gostaria de deixar registrado quem foram as pessoas que contribuíram para o meu trabalho. Tá bom?

T: Tudo bem, tudo certo.

G: Obrigada gente, boa noite para vocês aí.

T e E: Obrigada, boa noite para você.

G: Tchau Sofia

Sofia: Tchau (faz sinal de tchau). Acabou.

ENTREVISTA 2 – FERNANDA (F) E LIDIANE (L)

Essa entrevista foi realizada através Google Meet no dia 29 de julho de 2021 no período vespertino, na sala de TV da casa da família, ambas estavam sentadas no tapete no chão junto com a criança, que durante a videochamada ficou brincando com a mãe Lidiane com seus brinquedos: polvinho de pelúcia, colar, caixas usadas e casinha de plástico, em alguns momentos ela também amamentou.

G: Tudo certo?

F: Certo

G: Então vou começar me apresentando, depois peço que vocês se apresentem, tá bom?

F: Tá certo

G: Ah, eu tô gravando, tem algum problema?

Fernanda olha para Lidiane e ambas balançam a cabeça indicando que não há problemas

G: Meu nome é Gabrielle, eu sou mestranda no curso de Pós-graduação em Educação aí do campo de três lagoas da UFMS, e como eu falei com a Fernanda, eu vou estudar maternidade lésbica para ver como vocês educam suas crianças no intuito de mostrar como esse tipo de maternidade é poderosa, para criar crianças mais livres, mais abertas...certo? Esse é meu intuito, eu gostaria agora que vocês se apresentassem, contasse um pouco da história de vocês para eu conhecer vocês, eu vou fechar o microfone porque está dando microfonia, não sei se está dando aí pra vocês

F: Está

G: Vou fechar

F: Ok, eu sou a Fernanda,

L: E sou a Lidiane

F: E essa é a Aila, nós somos casadas há dez anos, a Aila tem 1 ano e um mês, quase um ano e dois meses, e, acho que é isso né. A gente resolveu ter um filho, e aí nós fizemos fertilização, a Lidi gestou e pariu nossa filha (risos)

G: Eu acompanho vocês pelo coletivo resistência e pelo Instagram, eu achei vocês por esse meio mesmo e eu fiquei muito feliz por terem aceitado meu convite, muito obrigada. E a Aila, ela foi uma criança planejada ou não? É (risos) Com certeza planejada, mas eu falo no sentido, não foi um belo dia que vocês acordam e aí vamos ter ela. Como que foi esse processo para vocês, primeiro de aceitar o relacionamento, o processo interno de vocês duas, depois decidirem terem uma criança, e a importância... e de onde veio a vontade de ter a Aila, como começou tudo?

F: A gente planejou a Aila uns cinco anos antes de engravidar, a gente já começou a planejar. A gente já morava juntas, já tinha um relacionamento estável, até porque nós temos... não (risos) eu tenho 37 anos, e a Lidi faz agora 37 no mês de agosto, nós temos a mesma idade. Então assim, a gente não é um casal de adolescente, ou de jovens, a gente é um casal que já tinha uma estrutura emocional e... física também sabe? Estrutura material e emocional para construir uma família, apesar de que a gente era uma família antes da Aila chegar né. E aí começamos a acompanhar um caso de amigos heteros, um casal hetero que engravidou, e a gente começou “ah de repente a gente engravida”, porque nós planejávamos ter crianças, mas não sabia como... ter nossa família né, ah vamos entrar na fila de adoção, fazer vertilização... e a gente começou a pensar sobre isso, estudar, pesquisar, bem antes, cinco anos antes...

L: Mais (risos)

F: Da Aila chegar e a gente fazer realmente o procedimento para engravidar, e como para mim nunca foi um grande sonho engravidar, eu sempre tive a intenção de ser mãe mas nunca quis engravidar, isso para mim era... poderia ser um processo ou não, isso não era questão. Mas a gente tinha vontade.

L: É, e a gente chegou nessa conclusão que um dia faria. E aí a gente foi atrás dos métodos disponíveis e a gente optou pelo método de vertilização in vitro e a gente teve a Aila

F: Foi isso

G: E como é a dinâmica familiar de vocês duas com a Aila? Eu sei que por causa da pandemia, talvez vocês estejam em teletrabalho, essas coisas, mas, como que está dividido? Quem fica mais? Quem faz o que com ela? Como está essa divisão?

F: Nós duas amamentamos a Aila no começo quando ela era bebê, mas como eu não tive...eu não tive licença maternidade, eu tive licença paternidade estendida com umas férias que eu negocieei aí com o cara que eu trabalho. Mas, eu sai primeiro para trabalhar né, então nesse período assim... Apesar de eu sair primeiro para trabalhar continuei amamentando, amamentei junto com a Lidi até uns 7 meses, mais ou menos né, e aí por conta dessa dinâmica de que a Lidi estava sempre em casa, acabou que foi se organizando de uma forma que eu parei de amamentar, fora isso depois que acabou a licença da Lidiane, a gente fica... a amamentação é exclusiva com ela de qualquer jeito né, nessa parte é todo peso sobre ela, toda carga sobre ela, mas o restante das coisas a gente divide bem né

L: Sim

F: A gente trabalha junto, no mesmo local, no mesmo setor, e aí por conta da pandemia a gente está em revezamento, trabalhamos em três pessoas nesse setor né, e aí acaba que um dia eu trabalho fora, outro dia a Lidiane que trabalha fora, outro dia estamos as duas em casa. Hoje é o dia que estamos as duas em casa, então é trabalho, a gente se organiza assim, para sempre ter uma com a Aila e sempre ter uma trabalhando, mas como a gente exerce exatamente a mesma função profissional também, a gente consegue dividir isso bem né?

Lidiane balança com a cabeça que sim

F: Só questão da amamentação que não tem jeito, eu vou dar do peito? Não tem o que fazer (risos)

G: E como vocês descrevem a Aila? Tipo fisicamente, emocionalmente, comportamento...tudo. Como vocês descreveriam ela pra mim?

F: Ah, ela é calma, né?

L: Ela é calma, a gente percebe que ela é bem amorosa, gentil né, generosa, dorminhoca, que mais?

F: Ah, acho que é isso. Acho que as crianças que eu convivo assim, percebo que ela é talvez, mais diferente que as outras crianças, ela é muito carinhosa mesmo, apesar da gente não conviver com outras pessoas por conta da pandemia, ela não tem problemas em compartilhar brinquedos, essas coisas assim, coisas que são comuns nessa idade. Mas é isso, fisicamente ela é... saudável. Ela alcança as expectativas gerais de desenvolvimento, mas a gente não fica muito preocupada com isso, tem que pesar tanto, tem que medir tanto, tem que estar saudável. Tá tudo funcionando dentro do ciclo e é isso.

G: A Aila chegou a frequentar a escola ou não?

F: Não

G: Não né

F: Ela nasceu na pandemia e a gente está...como a gente não consegue ficar o tempo inteiro em casa né... na verdade a Aila não foi cuidada por outra pessoa que não a gente né, tem contato com os avós, com outras crianças, mas, responsável pelo cuidado dela no momento é só a gente.

G: E ela já teve contato com outras crianças de brincar, de ir em casa, as vezes amigos, de outros casais, alguma coisa assim ou não?

L: Já

G: E como que foi esse contato dela com as outras crianças? E como é o contato... não sei, se vocês tem esses tipos de amigos, casais heteros, fora da comunidade LGBT, e como é esse contato de vocês com a Aila com esse outros tipos de família?

L: É, a gente tem amigos heteros que, resumindo acabam sendo só dois que vem aqui né, dois casais, tem uma menina né, elas interagem bem, tem dois anos né? (Fernanda faz que sim com a cabeça) Dois anos a Maria Alice? Já vai fazer três, elas brincam, interagem tranquilamente, e os padrinhos dela (da Aila), que tem dois meninos né, nossos afilhados também. (Lidiane suspira) É bem escasso essa pandemia né, mas, tem convivido só com esses dois

F: Ela conviveu com três crianças, uma menina de três anos, um menino de quatro e um menino de dois

G: Não, mas está ótimo né, no contexto que a gente está é melhor não né (risos) E como vocês preparam a Aila ou até vocês mesmo para ensinar ela como é formada a família de vocês né, que não é uma família tradicional, que meio que vocês usam para isso? Para mostrar para ela... por exemplo, ela já tem consciência que ela tem duas mães? Vocês se colocam enquanto duas mães? Como que funciona? Para mostrar a representatividade para ela, para mostrar para ela que vocês são duas mães

F: Ela está aprendendo a falar agora e ela chama as duas de mamãe, é bem tranquilo assim, e, acredito que ela não tenha muita concepção do que é um pai, apesar de que ela vê que as pessoas que ela convive tem um homem na relação, mas eu não sei nem se ela já sabe o que é homem e o que é mulher assim, sabe? Não sei se ela já tem essa percepção. Mas para nós isso não é uma questão né? (Lidiane balança a cabeça que não) Ela não tem irmãos, tipo assim, então não tem aqui em casa. Ela não tem pai, então não tem pai aqui em casa. É uma coisa natural assim, da mesma forma como a gente lidava com nosso relacionamento antes, não tinha um marido no nosso casamento assim, somos duas esposas, e acho que é bem tranquilo, e a gente tem um grupo de amigos que ele é muito diverso, assim sabe? Nós temos amigos deficientes, nós temos amigos LGBT, nós temos amigos heteros, nós temos amigos brancos, nós temos amigos negros, e isso não é muito uma questão aqui em casa né, ela convive com todo mundo, a gente acredita que ela vai entender que todo mundo só é gente. E assim, a gente compra alguns livros, algumas coisas que falem... infantis que tenham representatividade das famílias e tal, e por conta da pandemia a gente não tá convivendo com outras famílias LGTBs mas a gente tem várias amigas que também tem filhos, agora Fulana (nome inaudível porque Aila gritou ao fundo) que acabou de ter um bebê, um mês já, então acho que ela (Aila) vai ver tudo

assim, sabe? Os padrinhos dela são heteros, ela vai simplesmente ver e entender que é normal. Não vai ser uma aberração, quando aparecer uma família com uma criança e um pai ela não vai achar uma aberração porque ela vê isso acontecendo, da mesma forma quando ela ver uma pessoa deficiente ela não vai achar uma aberração porque nossos melhores amigos são deficientes, e ela vai ver duas mães e ela não vai achar que é a única criança do mundo a ter duas mães, porque a gente convive com outras famílias de duas mães, sabe? E vê um homem gay também não vai achar uma aberração, vê um homem trans, uma mulher trans, também não vai achar uma aberração porque a gente convive com todo mundo, e ela vai entender que as pessoas são diversas né. É isso né? (Lidiane balança a cabeça que sim)

G: Então, a gente pode dizer que pelo meio que vocês convivem ela vai normalizar, porque realmente vocês convivem né. E deixa eu te falar, quais os brinquedos que ela mais gosta? E as brincadeiras?

Fernanda aponta para trás e ambas mães dão risada, ao fundo tem bolas, barraca do homem aranha, um polvo de pelúcia e panelinhas

F: Então, a Aila fez aniversário esses tempo atrás e a gente não tinha muitos brinquedos aqui porque a gente...ela brincava assim com caixas (Fernanda pega uma caixa usada de Café Dolce Gusto), colar (que a Aila está brincando no momento), prendedor, a gente acaba que não comprava muito brinquedo porque a gente percebeu isso desde o começo. Mas, acho que por conta até da nossa própria familiar perceber como a gente cria ela...é legal que os brinquedos vem diversos, uma tia deu uma boneca (Fernanda pega na mão uma boneca de pano loira, branca e com vestido e chapéu azuis e brancos), mas aí uma outra tia deu um toca do homem aranha (Fernanda aponta para barraca ao fundo). Então, ela veste roupa rosa, mas também veste roupa azul de dinossauros, sabe? E os brinquedos a mesma coisa, ela tem bonecas, mas também tem carrinhos, ela tem a toca mas também tem casinha (ela pega uma casa de plástico amarela com telhado vermelho, com buracos para encaixar peças geométricas), então, é isso. Acho que os brinquedos que ela mais gosta é do livro (Fernanda pega um livro de plástico roxo para mostrar, Aila pede e Fernanda dá pra Aila), ela gosta muito desses livros, dos brinquedos que a gente está brincando, e uma pelucinhas que ela tem. Ela brinca com tudo, gosta até de caixas e capsulas

Lidiane ri

F: Agora ela está na onda da oncinha né, e vai trocando, a gente faz isso de brinquedo, ela sempre está mudando (Aila pega a oncinha de pelúcia e mostra para câmera) Essa ó, você está vendo? (risos)

G: Que linda essa onça meu deus do céu, muito sul-matogrossense essa menina (risos) E outra coisa, agora que você falou da família de vocês duas, como é a relação dessa família, sua e da sua esposa com a Aila, como que ela vem o relacionamento de vocês, como elas entenderam que vocês duas teriam a Aila, como que foi esse processo e como está até hoje? Porque a gente sabe que dentro da própria família não tem o apoio que a gente precisa, ou acabam fazendo comportamentos estereotipados que forçam a heteronormatividade. Eu vi que não, porque ela tem uma toquinha, você falou que explicam bastante coisa em questão disso, mas eu gostaria de saber como é o relacionamento deles com a Aila?

Elas se olham e ficam em silêncio

F: É...ó...como eu te falei no começo nós somos duas mulheres adultas, já mais perto dos quarenta do que dos vinte (risos), então a gente na verdade...na nossa vida nunca teve muito espaço para...para posicionamentos que prejudiquem nossa família, sabe? Desde quando a gente decidiu ser uma família, a gente é uma família e só participa do nosso centro de vida quem entende isso, mas no geral, é tranquilo. É o dengo, o xodó das pessoas. Eu acredito que seja bem aceito assim, eu acredito que também, com muita seriedade, que se alguém não aceitar não tem coragem de dizer, nosso posicionamento é muito enfático sobre isso, qualquer pessoa que não entenda que a gente é uma família...na minha família todo mundo sabe que se não entender que a gente é uma família eles deixarão de ser minha família, porque essa é minha família (aponta para Lidiane e Aila brincando) E na família da Lidiane também, porque ficou bem claro que nós somos uma família, e ela (Aila) é nossa filha, e ela tem duas mães, então, a gente nunca deixou margem, a gente fez isso desde o começo do nosso relacionamento, então, a gente nunca chegou a enfrentar nenhuma situação dessa. Se existe algum comentário, algum relacionamento, alguma coisa, não chega até a gente. Pelo menos da nossa família né.

G: É... eu acho isso importante né, para não abalar vocês e a Aila, e tudo mais. E qual o peso, em que a Aila...a partir do momento que ela nasceu, ou até mesmo quando ela ainda estava na barriga da Lidi, qual o peso que ela desempenha na relação de vocês duas? Você acha que ela...você me falou, claro, que vocês já eram uma família antes da Aila, só que você acha que ela mudou essa dinâmica? Porque tem autores que eu leio que falam que certos casais homoafetivos colocam a criança como uma legitimação de família. Já

percebi que vocês não, que vocês se consideravam uma família antes mesmo da Aila, mas qual o peso que ela deu quando ela nasceu?

Ambas se olham, conversam baixo

F: A criança roubou a boca da mamãe? (risos das duas) Olha... não sei dizer... a gente se muda enquanto mãe, eu acho que... você tem filhos?

Gabrielle balança a cabeça que não

F: Se um dia você tiver você vai entender o que eu estou falando agora, a gente meio que morre enquanto aquela pessoa que existia, e a gente nasce uma outra pessoa né, porque, quando você...principalmente quando são filhos planejados né, eu não sei se é assim quando um filho acontece. Mas quando a gente planeja ter um filho, por mais que você traceja uma rota que algumas coisas iam mudar, só quando a criança chega que você entende esse rompimento, você não é mais filho de alguém, você também é filho de alguém, mas antes de ser filho de alguém, você é mãe de alguém. E quando ela chegou para gente, no caso da Aila que chegou recém-nascida, desde o primeiro dia de vida, depende exclusivamente da gente para tudo, não toma banho sozinha, não come sozinha, não tem uma rotina de independência. Então acho que nesse aspecto de precisar cuidar de alguém, foi uma mudança assim...mas, talvez a gente tenha...a gente sempre foi assim, muito unida porque a gente... a gente já tinha decidido assim né, primeiro dia que a gente resolveu ficar junto, a gente resolveu que era uma família. Mas uma coisa que eu percebi, muito em mim, não sei se na Lidi tanto assim, mas é que eu sempre fui muito reservada com minha vida pessoal, mas não por problemas de sair do armário, nada disso, porque desde quando eu me entendi, para mim já estava na hora de sair. Mas, eu preservava muito a minha família, em vários aspectos, assim sabe? Eu sou professora de capoeira, então eu tenho rede social aberta e o mundo da capoeira tem acesso à minha vida, então eu não fico postando muitas coisas na minha rede pessoal, do Instagram. Mas quando a Aila chegou, eu senti um pouco mais de necessidade de expor mais isso, mas não que a gente se sentisse que a família tenha se tornado mais família, mas porque...eu senti que se talvez, dentro dessa rede que tem acesso a mim, houvesse algum preconceito e eu precisasse ter algum confronto, eu preferia ter isso agora que a Aila é pequena e não entende ainda, então assim, tive uma necessidade de abrir mais a minha vida nesse aspecto né. Ela sempre foi aberta para pessoas que são minhas amigas, para pessoas que são minhas conhecidas não tem que saber mais do que aonde elas me conheceram, sabe? E aí depois que a Aila chegou, agora não...Oi sou Fernanda, casada com Lidiane...porque eu preciso que essa situação seja normatizada porque...a Lidiane já sofreu comigo...mas quando a

Aila chegar e eu dizer “essa é minha filha”, não tenha nenhuma cara virada, não tenha nenhum bico torcido, não tenha nenhum comentário desagradável, porque eu já preciso saber onde isso está e como lidar com isso. O que mudou pra mim foi só isso, e para você?

L: Nada, até o momento...nada.

F: Você já é mais aberta, eu que nunca gostei muito de mostrar minha vida, mas é problema pessoal. Na verdade, não é problema pessoal, é que eu sou autista.

G: E última pergunta, eu entendo gênero como fluído, mas para mim poder escrever sobre vocês, como que vocês se reconhecem? Para eu pôr no meu trabalho...se identificam né

Fernanda olha para Lidiane e pergunta

F: Seu gênero?

L: Ué, mulher! (risos)

Ambas riem

F: Mulher!

G: Posso por mulher lésbica, cis... pode?

L: Pode

G: Você também, Fernanda?

F: Sim

G: É só para eu poder escrever, entende? Eu gostaria de agradecer muito vocês por terem se disponibilizado, as duas em participar, eu sei que ter uma criança em casa é muito difícil apesar de eu não ter filhos. E eu queria pedir desculpas se fui muito invasiva, ou se falei alguma coisa que não soou de bom tom, é meu papel como pesquisadora aprofundar um pouco mais as perguntas, eu sei que são alguns assuntos que a gente não gosta de falar, principalmente a Fernanda que falou que é mais reservada e tal, se eu errei em alguma coisa... eu também estou aprendendo, peço desculpas por isso, e muito obrigada de novo. Espero que a família de vocês siga sempre assim, acompanho vocês no Instagram, então tenho mais ou menos conhecimento, acho muito lindo Fernanda, você ter tomado essa atitude de expor, quebrar os preconceitos no meio da capoeira, porque o meio dos esportes pode ser um pouco preconceituoso. Certo? Obrigada meninas, tenham um bom dia para vocês.

F e L: Obrigada, igualmente.

ENTREVISTA 3 – FRANCIELLI (F) E ANA (A)

Essa entrevista foi realizada através do Google Meet no dia 28 de agosto de 2021 no período noturno, na cozinha da casa enquanto a Ana preparava o jantar. A criança também quis participar, mas ficou ao fundo brincando com os utensílios domésticos: peneira, panela, escorredor, garfo, colher, etc.

G: Fran, coloquei para gravar, tem algum problema?

F: Não, está tranquilo

G: O Miguel vai participar da nossa entrevista hoje, né Miguel?

F: É, ele quis, pegou até a escadinha dele para participar (risos)

G: Posso conversar com suas mães, Miguel? Pode?

Francielli olha para ele

F: Pode né? O que a mamãe combinou? Sem...sem gritos né, sem gritar, por favor. Pode ir falando Gabi

G: Então vamos lá. Fran, vou me apresentar apesar de vocês já me conhecerem, eu sou a Gabrielle, sou acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação, e atualmente eu estou pesquisando sobre casais homoafetivos. E aí a partir da live do coletivo resistência e como a gente já se conhecia, eu quis entrevistar vocês, certo? Então gostaria que vocês se apresentassem, me contassem a história de vocês duas, e a história de como veio acontecer o Miguel na vida de vocês.

F: Você fala assim, a vida de nós duas já juntas né?

G: Isso

F: Me chamo Francielli, sou estudante de administração no penúltimo ano, tenho 29 anos, sou a mãe do Miguel, casada com a Ana há 6/5 anos... eu nem lembro mais (risos)

A: Eu me chamo Ana Livia, tenho 31 anos, sou formada em Produção multimídia, trabalho em agência de publicidade, já dei aula também na graduação de publicidade, e, tenho uma especialização que não conclui por falta de recursos, vamos dizer assim. Basicamente é isso.

G: E como que veio o Miguel? Quando vocês decidiram que o Miguel entraria na vida de vocês?

A: O Miguel entrou na vida da gente através de adoção, e adoção entrou na vida da gente vindo de alguns aninhos aí, mais por conta...a gente já conversava dessa questão de filho, ser mãe, mas nunca foi algo muito “ah agora a gente decidiu”, lá no começo do relacionamento não, a gente só falava né, aquele negócio de você conversar sobre planos futuros que você não tem uma meta assim. E aí, a adoção entrou na vida da gente quando eu trabalhava na faculdade, era professora lá, e tinha uma outra professora do mesmo

curso que ela estava no processo de adoção e aí, trouxe essa...informação para dentro de casa, e a gente começou a conversar sobre adoção né, isso foi lá para 2013/2014, mais ou menos esses anos aí, a gente começou a conversar porque outra forma de se tornar mãe, a gente não...sabe aquele negócio de você “ah tem essa possibilidade”, tá, mas não vamos por aí não. É aquele negócio, é muito pessoal, não é para gente, eu sempre deixei muito claro, não era uma opção para mim, a Fran que tinha “ah não sei, ah não sei”, mas aí a doação entrou na vida da gente, ela já “vamos por aqui mesmo que é por aqui que a gente acha legal”. E aí, a gente foi entrar mesmo com nosso processo em 2018, então passou aí uns bons anos a gente conversando sobre, a gente conversou antes de entrar no processo a gente conversava muito a questão da parentalidade, sobre a adoção, então eu digo que a gente fez um pré-preparo né, porque a gente tem a preparação que é obrigatório no processo de adoção, mas a gente fez essa pré-preparação que é muito importante você pesquisar de tudo sobre, principalmente, se você vai entrar com processo de adoção é importante pesquisar sobre: primeiro o que é adoção no Brasil, lê um pouquinho de legislação, se informar um pouquinho porque ajuda muito né. E aí sim a gente viu que “aqui é o lugar né, agora é o momento da gente entrar no processo”. A gente teve algumas questões também que a gente queria fazer antes, questões financeiras, questões sociais, a gente queria né, estar num local que realmente que a gente tivesse confortável pra gente “opa agora sim, agora realmente estamos estáveis”, porque né tipo assim, não posso te falar que todo mundo vai estar estável, que você precisa estar estável em todas partes da sua vida, não, não é essa a questão, é estar estável para você. Então naquele momento, por exemplo, eu ainda trabalho em dois empregos, mas eu tinha um horário muito rígido, a partir do momento que a gente “vamos aderir”, então eu preparei para fazer uma redução de carga horária, então assim, cada um sabe como vai se tornar essa estabilidade. A gente também tinha a questão da casa, a gente tinha que tomar uma decisão...a gente ia mudar de casa, então a gente tinha que tomar a decisão se iria mudar de casa aluguel, se ia mudar de casa própria, ainda estava no processo aí em 2017, estava no processo para ver se conseguiria comprar, então, tinha tudo isso daí rolando. A hora que tudo isso aí rolou, então “agora a gente sente estável”

G: Mas como que vocês definiriam o Miguel? Para uma pessoa que nunca o viu, não conhece o Miguel. Como que vocês falariam dele? Tanto fisicamente como emocionalmente, de modo geral

A: Quer você falar? (Ana olha pra Fran)

F: Não, pode você falar, eu vou complementando

A: Eu diria que o Miguel é um menino muito amoroso, e gosta de...falo, como toda criança gosta, de se sentir importante dentro dos espaços, ele muitas vezes impõe esse espaço “quero que você me escute, que você preste atenção em mim”, é muito denguinho, ele tem muitas emoções a flor da pele, isso foi muito importante para gente até mesmo ver sobre essa questão das emoções, porque na nossa criação a gente não fomos ensinadas a lidar com as emoções...

F: Sentimentos...

A: Nossos sentimentos...ambas tiveram a criação muito reprimida nessa questão da emoção, tanto pro lado bom quanto pro lado ruim, a gente não sabia lidar com tristeza, não sabia lidar com a raiva, não sabia lidar com as emoções com amor, como demonstrar, então tinha muito...A gente foi muito cobrada nessa questão durante nossa criação, e aí, já Miguel não, por a gente ter aprendido...aprendido não, a gente está em constante processo de aprendizagem, mas a gente estudou um pouquinho mais sobre como lidar com nossas emoções, como lidar com as emoções da criança em todas as fases de desenvolvimento né, ele se tornou é... se torna uma criança livre para conseguir abranger aí todos esses sentimentos. Eu digo assim, as pessoas que conhecem o Miguel à primeira vista, ele é uma criança, eu sempre falo isso, as pessoas as vezes “nossa, como ele é quietinho” né, porque ele é, ele é tímido, ele é quietinho, ele fica muito perto da gente quando não conhece uma pessoa, ele se sente... esse é um ponto que eu gosto bastante, porque ele se sente seguro com a gente, então, se tem qualquer pessoa estranha dentro do ambiente, ele automaticamente procura a gente. Eu vejo isso, por exemplo, quando eu levo ele na natação, se chega algum pai, alguma pessoa diferente ali né, que vai levar alguma outra criança, ele já me olha tipo “e aí, tá tudo bem? Tá tudo certo?” e aí, na hora que está tudo bem ele se acalma e “opa, aqui eu já posso ir”. Miguel com pessoas diferentes dentro do espaço, ele é um menino “nossa ele é tão quietinho”, como a sociedade gosta né da criança quieta, a gente sabe que isso não é bom, as crianças quietas, elas não tem né...essa liberdade. Mas eu sempre falo, ele está quieto porque ele ainda está te conhecendo, quando ele te conhecer ele vai mostrar que ele é uma criança que gosta de gritar, que gosta de brincar, que gosta abraçar, isso é até um problema com essa pandemia porque...até um dos...até mais um motivo para gente não deixar ele voltar para escola presencial é esse, ele quer muito chegar na pessoas, quando já tem um carinho, ele quer abraçar, ele quer estar junto né, e isso é bem complicado para você lidar logo numa pandemia, então...diria que é isso né, Miguel é...ele veio muito para ensinar a gente

também em relação aos sentimentos, ele é bem...tem seus sentimentos a flor da pele, bastante (risos)

G: Eu acho que toda criança tem né, aquele sentimento de “nossa”. Ah, quero deixar uma coisa clara, vocês só precisam responder se vocês se sentirem à vontade, tá? Se vocês não quiserem responder não precisa

A: Pode ficar tranquila, dessa parte eu sou bem reta

G: E eu queria perguntar, qual o peso que o Miguel tem dentro do arranjo familiar de vocês? Porque assim, tem autores que falam que para um casal homoafetivo a criança consolida... meio que faz a família acontecer. Mas eu queria saber de vocês, qual o peso dele na família de vocês? E se vocês já consideravam família antes da chegada do Miguel
Silêncio, elas se olham

F: Eu entendi uma parte, outra parte não entendi, cortou, é que eu sou meia surda entendeu? (risos)

A: A questão da família, se a gente se considerava família antes do Miguel? Sim.

G: E qual o peso que ele tem hoje na família de vocês?

A: Peso? É... assim, ele...ter um filho modifica bastante a estrutura, alguns núcleos dentro da família né, então, assim, o que mudou bastante foi em relação a família da Fran, eles tiveram um posicionamento que a gente realmente assim...porque...Vamos voltar lá para o começo. Eu sempre sou uma pessoa que não espero nada de ninguém, não crio expectativas nas pessoas, crio expectativas em coisas, por exemplo, vou comprar uma coisa, eu estudo sobre aquele produto e daí, se ele não corresponde as minhas expectativas eu fico realmente aborrecida, mas com pessoas não, porque pessoas não vão atingir qualquer expectativa que você põe na sua cabeça. Então o que aconteceu, com os pais da Fran a gente teve alguns problemas ao decorrer da nossa vida, e aí... em relação ao nosso relacionamento, de interferência direta eu falo, e aí com o tempo essas coisas foram melhorando e tal, tranquilo hoje em dia, porém né, quando a gente falou do Mi... que a gente ia para o processo de adoção piriri e pororó, é...todo mundo em volta falava “não, vocês vão ver só, eles vão mudar, vão ser avós maravilhosos e parãã”

F: Eles falaram isso até no...pessoal da equipe técnica quando eu participei né, quando eu conversei com a assistente social, com os psicólogos, porque foi individual as entrevistas, e quando eles conversaram comigo eles falaram “não, mas olha”, os dois falaram é... “você vai ver, quando a criança chegar a família muda né”, eu ainda falei assim “ah não, mas eu prefiro não esperar né” porque se não gente se frustra se ficar esperando muito uma mudança né, de...de...

A: A gente não esperava né...lógico, como é falado dentro do processo que você tem que conversar com sua família extensa, parãã. Mas tipo, de nenhum lado a gente ficou criando expectativas que “nossa, vão ser super avós, vão né, nossa, super colocar esse menino num pedestal” porque? Porque é...que nem, do lado da Fran a gente não tem uma relação muito boa, pro lado dos meus pais também não tinha uma relação de parentalidade ali né, como...muito legal assim, porque era muito cobrado da criança e pouco do adulto essa relação

F: Ainda é

A: E eu simplesmente falei que não ia ser dessa forma, eu não vou...e tinha muito dentro da minha família a questão do sangue, e uma criança vindo por via de adoção, é...tenso...você entendeu? “É família”, pode fazer a merda que for...

F: “Tem nosso sangue”

A: “Tem nosso sangue, é família” e eu não suporto isso, e aí, quando né, viu essa questão da adoção, eu sei que para um lado da família eu sei que, bem provavelmente, não vou colocar esse menino como parente aqui, então eu tenho que proteger essa criança disso aí. Entao assim, eu não deixo nenhum momento, eu achei que até um grau eu teria um relacionamento, e eu percebi...e aí, quando ele chegou teve até menos. Mas com os avós, tem até uma relação legal, então teve uma relação com os pais da Fran, que de certa forma, foi surpreendente, foi de acordo do que a maioria das pessoas falou, de que “não, eles vão se portar porque é neto parãã, vão ter uma boa...é...posição deles” e com meus pais, a gente achou...tipo assim, como a gente já tinha uma relação melhor, também continuou a mesma coisa, não mudou. Então, é isso, tipo, na questão familiar é isso, e lógico, o restante da família, aí vem tios, primos, avós, parãã, aí já não tem uma relação lá aquelas coisas, porque...é...tanto por questões de política, vamos dizer assim (risos), começa por aí, tanto por essa questão de colocar...

F: Família né

A: Família de sangue, e não se importar com a criança, tipo assim, “ai tipo assim, eu sou seu tio você precisa me reconhecer como tio, mas eu não preciso fazer esforço nenhum para falar que sou seu tio”. Então, eu já não tenho paciência, falo “beleza, você não quer estar presença na vida dessa criança, não esteja na minha casa, tranquilão, você vive sua vida eu vivo a minha, não me cobre, tá tranquilo”, a gente colocou essa posição para ambas a famílias “ah você quer que o Miguel te reconheça como tio, tia, como vó, enfim, qualquer que seja a parentalidade...

F: Tem que estar presente

A: Esteja presente, conversa com ele, a tecnologia tá aí, não é por causa da pandemia não, porque muitas vezes acontecia da gente ir lá para onde nossos parentes são, e, simplesmente “ah passa aqui”. Caraca velho, você viaja pra ir lá e a pessoal não tem a capacidade de sair da casa dela pra ir te ver, poxa as cidades são minúsculas sabe? Entao, é essa questão assim que...isso é garrado, é cultural dentro de ambas as famílias, e a gente chegou pra quebrar o bagulho, falar “não vou, não vou ficar fazendo ele se esforçar para vocês gostarem dele não, ou vocês gostam dele ou tchau”

F: E, é...como eu posso dizer, a gente foi buscar muitos comportamentos que foram feitos conosco né, então a gente foi buscando, e aí a gente foi vendo muitas coisas que a gente foi sofrendo durante a infância e a gente não reconhecia mesmo quando adulto, só depois que a gente de fato a gente começou a estudar, conhecer, sobre educação, a parte de parentalidade que aí algumas coisas começou a pesar, aí começa ambos ao lados “ah os revoltados né”, sabe? (risos) Você começa jogar tanta merda no ventilador...começa “ah esse comportamento eu tenho hoje, você lembra lá no passado quando acontecia tal situação, eu fiquei reprimindo” assim, é uma situação hipotética. Aí a pessoa fala “ah, está vendo, tá de mimimi” sabe? Já passamos por isso também

G: E como que vocês preparam o Miguel para lidar com esse tipo de situação? Porque a gente sabe que as vezes pode acontecer dele trombar pessoas da família com esse comportamento, ou até fora da família mesmo, e como que vocês fazem...como que vocês instruem ele para que lide com esse tipo de situação?

F: Você fala da nossa família né?

G: Sim, porque uma hora ele vai receber algum tipo de, vamos dizer assim, tipo de violência, não física, mas de falar né

F: Sim, sim, sim, sim... Em questão da família, começa com uma questão de não conhecer, mesmo que sendo da família. A gente sempre...é...fala com ele sobre a questão dele não conversar com pessoas estranhas e tudo mais, e não forçar, se ele não está seguro de fazer aquilo, não é para ele fazer né. Assim, a gente sempre respeitando ele mesmo, a gente encontra, sei lá, uma pessoa que a gente conhece na rua mas que ele não reconhece, porque ele viu uma vez quando ele era pequeno, e a pessoa já quer falar, já quer que ele reconhece, já quer abraçar e tudo mais, e aí ele já...igual a Ana falou, já é mais quieto, e aí a gente fala “essa aqui ó é fulana, você era pequenininho quando ela te viu, eu acho que você não lembra né”, então a gente vai mostrando. Agora em relação a parte dessa questão mais verbal, a gente conversa muito com ele né, ele sabe que ele é por adoção,

ele sabe que ele tem duas mães, obviamente, mas a gente conversa né, com ele sobre...ah...como posso dizer

A: Ah, a verdade é aquele negócio, ele vive isso. A gente fala sobre as diferentes composições de família

F: É...

A: A gente fala que tem famílias que tem duas mães, que tem família que tem dois pais, que tem família com um pai ou uma mãe, ele brinca, tem vezes que ele está brincando e ele fala “esse aqui é papai e esse o papai”, aí tem vezes que ele “esse aqui é o papai e a mamãe”

F: É...e o pessoal fica surpreso com isso, quando ele fala “pai” sabe? Como se ele não ouvisse essa palavra aqui

A: Como se fosse um problema, não, ele sabe que eu tenho uma mãe que é casada com meu pai... Mas não é uma questão, não é um tabu, ainda mais muito menos a adoção, não é um tabu, não é nada de não ser conversado. A gente sabe que essa questão vem muito porque pensa do lado externo, mas para ele, principalmente nessa idade, é muito complexo essas questões sociais, as relações sociais ainda não chegaram escancarado na rua

F: Até mesmo na escola, na nossa família também não, porque as pessoas que tem esse tipo de comportamento, a gente não tem contato né, já começamos por aí, a gente já falou “pessoas que não reconhecem ele como nossa filho, não tem papo com ele, não tem papo com a gente”. Aí tem pessoas que falam assim “ah vocês estão excluindo a família”, não, eles não estão buscando participar né, então a gente não vai ficar inserindo ele num ambiente que não é bem-vindo né, de fato, então a gente acaba meio que não tendo esse contato, agora no meio externo, é...eu acho que ele vá sofrer, principalmente por ter duas mães, mas a gente vai preparando ele conforme a idade né, conforme ele vai crescendo a gente vai pegando formas mais didáticas para conversar, e livrinhos né, igual agora a gente tem livro para conversar com ele, é...de como lidar mesmo, de que não é errado, de que não é ruim né, sabe? Tanto a adoção quanto por ter duas mães

G: E deixa eu perguntar, o que o Miguel mais gosta de brincar, ou algum brinquedo favorito dele?

F: Essa é fácil, essa é a mais fácil (risos) Dinossauro

A: Dinossauro e inventar história

F: Inventar história com dinossauro

A: Tipo hoje, ele estava brincando com um pregador “de dragão”, era um prendedor, ele ficou, sei lá, uma hora brincando com esse prendedor fazendo historinha com o dragão, é isso (risos)

F: É o que ele mais gosta de fazer, ele não é muito fã de bicicleta, ficar andando de bicicleta, motoca, sabe a época de motoca? Ele não gostava de motoca, coloquei para doar esses dias, porque estava ali estragando, ele nunca gostou. Ele gosta de correr, mais essa parte, de chutar bola, mas na verdade ele é livre para brincar do que ele quer né, então ele tem fogão para fazer comida, ele tem as coisinhas de comida, ele tem bebê...

A: Boneca...

F: Ele tem bonequinha, ele tem...

A: Tem tantos brinquedos que dizem que é para meninos quanto brinquedos que dizem que é para menino. Ele tem a possibilidade de brinquedos aí, que ele quiser. Ele tem tanto...tem fogãozinho, tem boneca, tem carrinho, tem bloquinho, tem dinossauro, tem dragão,tem...diversidades aí de brinquedos. O que a gente acha que é importante é dar essa possibilidade, não é só falar assim “ah não tem problema nenhum que meu filho brinque com tal coisa”, tá, mas você está dando a possibilidade que ele brinque com tal coisa? Está dando o brinquedo? É aquela coisa, é muito fácil você falar “ah ele gosta de tal coisa”, sendo que você não deu nenhuma outra possibilidade, “nossa meu filho adora brincar de carrinho” e você vê lá as vezes o menino, olhando a pessoa brincando de boneca, e ele lá retraído, todo no cantinho porque...Isso já aconteceu lá onde o Miguel ficava no berçário...

F: É...

A: Teve uma época que ele ficou no berçário, chocou o horário, foi na época de férias, foi maior confusão de horários nossos, e aí ele ficou um período lá, e aí toda sexta-feira era dia de levar brinquedo, e a gente deixava, Miguel pegava o brinquedo que quer. Aí eu cheguei lá, ele estava com uma boneca com uma das meninas lá, e aí a mulher pegou e falou assim “Ah, é que ele pegou e gostou tanto da boneca”, sabe, tentando justificar, aí eu peguei e fala “ah tá bom, ele brigou com a menina” ou sei lá, puxou né, ela “não, é que as vezes tem pais que acham ruim ver o menino brincando com a boneca”, aí eu falei “Ishhhh, ele está brincando, se ele está brincando para mim tá tudo certo, se você falasse para mim “não, ele emburrou, mordeu ne, puxou a boneca da menina”. Não, ele deixou o carrinho dele de lado e foi brincar de boneca com a menina, então não tem problema nenhum, se está brincando junto não tem problema nenhum, aí ela “ah tudo bem”. Então assim, você vê que é complicado até mesmo para cuidadores essa questão do brincar,

gente é brincar livre, a criança...o brinquedo é para criança? Se não for para criança aí a gente interfere, agora se o brinquedo é para criança, não tem que interferir em nada

F: Teve uma menina que veio aqui...

A: Ah, o único brinquedo que a gente não compra é arma

F: É, arma não tem (risos) E aí, ela...a gente tinha vendido uns móveis e os pais dela veio buscar, ela tinha uns seis anos por aí, estavam saindo e o Miguel pegou um fogãozinho...não, não foi não, ela entrou no quarto do Miguel e o quarto do Miguel parece uma brinquedoteca (risos), e aí tem parte dos livros e a parte dos brinquedos expostos para ele, aí eu só ouvi a menina falando, a gente estava falando com os pais né, e aí a menina falou assim “olha mas isso aqui é de menina”, aí eu falei “não, é brinquedo, é para brincar, você quer brincar? Pode brincar”, e aí você via que os pais ficou todos espantados né. E aí, aqui em frente tem um casal que tem uma menininha, ela estava doida para brincar com o Miguel, e aí a gente estava ali na frente desenho sabe? Com giz, aí eles vieram, conversamos na frente de casa, aí o Miguel disse que queria pegar brinquedos, aí o Miguel foi e pegou o que? Logo o fogão, e o fogão dele é rosa sabe? (risos)

A: Não, o fogão dele é fluorescente, rosa com verde, você vê de longe (risos)

F: É, e aí ele foi pegou a caixa com as panelinhas, as panelinhas é tudo brinquedos aleatórios, sabe? Jogado? Aí ele levou, você tinha que ver a cara a hora que ele saiu com o fogão, dos pais, sabe? Como se fosse, como se ele tivesse pego qualquer coisa muito horrível e saído ali, sabe? Todo mundo meio assim, sabe? Falei “gente!”

A: Claro, a gente sabe que isso... peraí, filho você quer beber água? (Miguel falando ao fundo)

F: Vou pegar a garrafinha

A: A gente sabe que isso mais pra frente é algo que tem que ser conversado e trabalhado porque vira chacota dentro da escola né, tipo “aí como assim, ele é mulherzinha”, então esses termos por exemplo, a gente tem que trabalhar desde sempre para que ele entenda que diminuir a mulher, ou diminuir uma pessoa, achando que vai diminuir né, chamando ela de mulherzinha, é algo, assim, extremamente machista, preconceituoso, é de certa forma uma violência, você diminuir alguém através do gênero, a gente tem trocentas mil problemáticas em cima de uma fala só, que por exemplo, teve um dia que eu fui levar o Miguel para brincar na rua, tinha um pessoal jogando bola, e o cara que estava brincando com as crianças falou assim, a gente estava vendo eles jogarem bola, o Miguel quis assistir, aí o cara falou assim “ah chuta que nem homem, está chutando que nem mulher”, aí eu falei “Miguel vamos brincar de outra coisa?”, eu peguei e baixei, falei com

ele, expliquei para ele essa questão, de uma forma rápida e simples para ele né, chutar que nem mulher é muito forte, chutar que nem homem também, cada pessoa chuta de um jeito. Então, basicamente isso, e isso é algo que as vezes a gente não presta atenção. Já teve algumas questões, de que você não prepara muito uma resposta, que você não sabe lidar com umas questões tão básica do dia a dia né, essa nesse caso aí foi uma que eu vi no desenho Irmão do Jorel (risos), porque, estava lá e tem a amiga do Irmão do Jorel e ela...tem uma cena lá, que falam um negócio de mulherzinha e ela dá uma resposta desse tipo, tipo “ah então a gente é mulherzinha, então é muito foda”, sabe? Um negócio para justamente desvincular esses estereótipos relacionados ao gênero. Então, é um processo que cada fase da vida dele a gente vai ter que trabalhar de uma forma, mas é importante desde pequeno ele entender que existem as diferenças, porém a gente não deve diminuir as pessoas por conta disso, achar que você é melhor ou superior alguém por conta dessas diferenças né, nunca tratar como igual, “ah somos todos iguais”, não, somos todos diferentes, e cada um precisa ser tratado de forma diferente, mas né... no mesmo nível, ninguém a mais ninguém a menos

G: E, a última pergunta, é assim, o meu intuito, a pesquisa que estou fazendo é mostrar que a maternidade lésbica pode subverter a imposição de gênero, talvez mais do que uma maternidade tradicional, vamos dizer assim. E eu queria ver de vocês como vocês fazem isso, existe algum esforço ou é meio natural, ou vocês buscam mais representatividade? Como vocês fazem isso e se vocês acreditam que realmente a maternidade lésbica pode não impor um gênero para criança

F: Eu creio que sim, porque principalmente na rede de dupla maternidade que a gente vê, tem um esforço maior de compreender essas questões né, tanto é... falar sobre o gênero, até porque né, a gente tem a grande problemática do relacionamento lésbica que é a invisibilidade, é...achar que o relacionamento lésbica não existe, ou que sempre precisa de algo né, a mais, e...então, a gente tem esse problema...então a todo momento a gente precisa, basicamente se impor, a gente é um casal, é formado por duas mulheres, e é basicamente isso e pronto e acabou. Então, existe todo um trabalho, e isso daí...assim...eu vejo que é algo...as vezes a gente fala assim “é só a gente”, mas é algo que toda comunidade lésbica a todo momento fica falando, falando e falando. E aí, vem a questão né...nessa...a gente já tem essa pressão aí, a gente já é pressionada sobre a questão do nosso relacionamento, do gênero, então quando essas pessoas se tornam mães, elas se esforçam um pouco mais para transformar o mundo num lugar melhor tanto para gente, quanto para os filhos né, por que tanto para gente? Porque assim como nós, vão ter

meninos e meninas que vão ser lésbicas dali para frente e elas não precisam, por exemplo, os filhos meninos também, que esses meninos e essas crianças, elas não precisarão lá para frente ficar achando que eles são menores ou melhores, por conta da orientação sexual deles né. É...e também tornar o mundo melhor para os próximos, a gente também fala dos meninos né, que até cria...interessante que levou essa questão, muitas vezes a gente fala de criar meninas nesse mundo, mas também é bem complexo você criar meninos. Porque o criar meninos você vem com várias questões que você precisa fazer com que esse menino não seja extremamente influenciado em relação ao machismo, que vai colocar ele como ser superior né, e que ele compreenda o espaço dele dentro desse mundo, e que ele não reproduza isso e não sinta o machismo, porque tem essa questão do machismo também, de inferiorizar o menino que tem sentimentos, o menino que é mais delicado, enfim...você tem essas questões aí que você precisa balancear bem que torna a maternidade de mãe de meninos um pouquinho mais complexa. Então assim, eu vejo que a comunidade lésbica em si, ela tenta sim trazer várias questões relacionadas ao gênero, muito maior que a gente vê dentro da parentalidade de casais héteros né, e também quando eu vejo essa questão...eu não convivo, a gente convive pouco com casais gays, mas você não vê essa mesma conexão, você vê muito eles isolados da comunidade, por que? Porque eu vejo que assim, a comunidade gay, ela ainda não enxerga família, dentro da comunidade lésbica você enxergar que existe um espaço “ah, as lésbicas solteiras, as lésbicas em busca de relacionamento, as lésbicas que são casadas, as lésbicas”...então você encontra esses núcleos, dentro da comunidade gay você encontra os gays que tipo “ah, festa, badalação, uhul” e os excluídos, que aí entra toda essa galera que é família, as gays que não quer muita badalação e tal, que busca relacionamento. Isso, eu falo que, até um tempo atrás...foi o Jô, o Jô, sei lá quanto tempo não falo com ele...ele já falava sobre essa questão porque ele é um rapaz gay que não queria badalação, ele queria um relacionamento, e ele fala que é muito complicado ter um... querer ter um relacionamento dentro da comunidade gay, porque ninguém te leva a sério né. E aí, a gente vê que isso é um problema até mesmo da paternidade, a gente vê, a gente convive com pais dentro da adoção também, dentro ali do...do nosso núcleo de pessoas, da nossa bolha das pessoas que a gente conhece, porém, você vê que não existe essa questão de “vamos trabalhar a homoparentalidade aqui, eu vou lutar aqui e tal”, não é aquele negócio “a gente é um casal gay e tem um filho e é isso”, é tipo assim, “eu quero que vocês me respeitem...”, sabe aquele negócio que eu sempre falo “não seja chaveirinho de hétero”, é aquele negócio de você tentar a todo custo se encaixar dentro de um mundo hétero, “nossa, eu respeito ele

porque eles são muitos respeitosos, assim”, você não pode fazer nada fora da linha da expectativa do hétero que você já é ruim, você é o errado, por que? Por conta da sua sexualidade, não por conta que você fez algo errado, é por conta da sua sexualidade, e aí que está o problema, eles tentam demais, basicamente, se esconder ali dentro de uma falsa moralidade que aí você vê que... você não consegue trazer essas pessoas para dentro da comunidade, para dentro de uma luta, falar assim “oh, pessoas de vocês pra ir lá cobrar fulano pra gente ter, por exemplo, na receita federal a gente ter campo de filiação e não ter só o campo mãe”, porque quando entrou essa luta, começou sabe por causa de quem? Começou com dupla maternidade, com duas mães que começou esse movimento dentro das redes sociais, e menina, para achar homem, para achar pais que entrassem junto dessa luta foi difícil, para falar assim “oh perai, vai lá, vai lá atrás” “ah é que eu fui, mas foi tão problemático”, mas assim, assinou a petição? Entendeu? É muito difícil você trazer esses pais, porque eles ainda, o homem gay família, ainda fica distante, ainda fica tentando ser considerado alguém da sociedade hétero né, se encaixando ali dentro, já a dupla maternidade porque ela não foi, ela não é enxergada dentro desses espaços héteros, porque, se ela é enxergada ela de certa forma vira fetiche, então, o que acontece, a dupla maternidade...eu vejo que ela se afasta “não, aqui não”, e aí se cria outros núcleos, e isso de certa forma fortalece a luta, fortalece essas questões, que a gente consegue trazer essas discussões dentro do meio, dentro dessa comunidade, coisas que outras formações familiares não conseguem contemplar, essas discussões aí relacionadas ao gênero né, são discussões simples mesmo, de dia a dia, de como você vai estar, de como você vai abordar essa questão, de como... a gente aprende dia a dia com várias mães, vários perfis de mães que “olha, fiz isso com meu filho, coloquei, sei lá, mostrei para ele um batom, mostrei para ele um vestido, criança gostou, ele viu algo diferente e quis, apresentar...”, é apresentar para criança né, “ah eu fiz uma coisa que sabe, que não...que não tem relação ao gênero dessa criança, apresentei uma brincadeira diferente”, enfim são várias questões, várias discussões que a gente consegue conversar dentro desse meio, que são pouquíssimos casais gays que a gente consegue trazer também para dentro, são pouquíssimos que eu vejo aqui que consegue abocanhar essa parte

F: É por isso que rolou no mês do orgulho, da visibilidade lésbica a gente consegue trazer bastante, porque a gente consegue fazer essa discussão e ter esse contato para as pessoas. Agora a gente ia fazer, quando foi o mês do orgulho, eu queria muito ter feito uma live no mês do orgulho para falar sobre essa diferen...não é diferença, é assim, eles falarem

sobre a paternidade e a gente falar sobre a maternidade né, da dupla maternidade e da dupla paternidade

A: Existe diferenças, por exemplo, sempre que você fala de uma criança quem que as pessoas procuram? Claro, você vê uma criança perdida você fala “ah cadê a mãe?”, agora e quando é dois pais? Como que eles lidam com essas questões? Eles não falam, você não consegue pais para falar sobre isso

F: É...eu queria daqui sabe? Porque perfis no Instagram a gente tem contato com alguns, mas eu queria daqui porque eu queria contato, a gente tinha contato, mas eles não aceitam, eles falam...teve um que falou que é... eles não estão de acordo com a comunidade LGBT, na verdade, são até contra porque... como que é? Porque...porque é promiscuo, aí eu pensei “gente, mas vocês também são gays né, vocês também são membros dessa comunidade, querendo ou não vocês estão, vocês não são héteros”, aí o filho deles, a filha no caso, numa discussão conversando assim, sabe? Falou... Filho vai lá para o seu quarto amor, por favor?

Miguel dá risada

F: Falou assim “ah quando ela começar a namorar, tiver adolescente, uma coisa assim, mas o rapaz tem que ter cuidado conversar com a gente”, aí ela, a menina, pegou e falou “ah mas eu posso namorar meninas também”, aí eles falaram que não, que não é assim também, que não é bagunça, a gente olha e pensa “mas pera aí, vocês estão acabando com vocês enquanto casal”

A: Eu não tenho paciência, é aquele negócio, eu já não tenho paciência para hétero que fala assim (com voz fina) “ah quero um casal de filhos”. Você acha mesmo que eu vou ter paciência com gay que fica reproduzindo heteronormatividade? Eu não tenho. Não tenho um pingão de paciência

F: É...

As duas riem

A: Francielli sabe, tem discussões assim que ela já fala “não fala isso perto da Ana não”, eu não tenho paciência, em muitas questões eu sou bem didática, eu explico e tal, as vezes a pessoa né, não tem essa convivência, vive numa bolha muito específica e tanãã, eu entendo, só que assim, eu te expliquei uma vez, se fizer merda de novo, aí é graça...

F: Mas essa questão de representatividade é muito importante, vou dar um exemplo, a gente estava... lá no meu trabalho, ia ter uma contratação muito grande e uma das pessoas que iam ser contratadas ia ser um homem trans, só que ele já trabalhou na empresa antes da transição, na época ele se identificava como uma mulher cis lésbica né, e aí,é...o

peçoal do RH que trabalha comigo e já trabalhou com ele na época, tinha, vou colocar entre parênteses aí, uma dificuldade de chamar o nome no masculino, aí a gente fez...tem uma...dentro da empresa tem uma parte que é de diversidade e inclusão, e aí a gente fez uma live com um cara, que é especialista, que é um chefe de diversidade inclusão para conversar com todos os gestores da unidade, diretor, para esclarecer alguns pontos, que a gente não pode é...que é lei, que é direito dele, que a gente tem que respeitar, mesmo não concordando, não aceitando, enfim...

A: Ah eu fico puta com isso, “ah eu não vou aceitar viver sua vida”

F: É então, mas enfim, as meninas que trabalham comigo “ela não sei o que”, ai eu falei “ELE! Qual dificuldade de vocês chamarem o nome no masculino?” “Ah mas e o banheiro?” ai eu falei “Uai, ele se sente como homem não é? Então qual banheiro ele vai usar? Os homens usam qual banheiro?”, “Ah o masculino”, “Então linda, ele vai usar o masculino, é tão fácil de vocês entenderem, quando vocês identificarem ele e ver ele como um homem essas questões não vai ser difíceis”, elas tinham medo de falar com ele, e a gente tinha que saber dos documentos, saber se já tinha feito a transição, como que estava, então assim, como estava o nome no registro, mas o nome oficial a gente tem que chamar né, na parte pública

A: É a mesma coisa que acontece com a gente na parte de adoção, enquanto não sai a certidão certinha do Miguel...

F: O nome afetivo

A: Todos os espaços precisam...todas as vezes que vai falar o nome dele, vai chamar, vai ter uma lista que todo mundo vai ver, tem que ser no nome afetivo, ou no caso do trans, o nome social. Se é algo específico, para uso interno, privado, eles precisam ter o nome antigo no documento lá, tudo certinho, ai eles devem utilizar, o registro, o nome dele antigo que está na certidão

F: Aí, então, nesse caso precisava saber em que pé que estava, se ele já tinha feito essa mudança, se ele já tinha procurado, enfim como estava, ninguém conseguia ligar. Ai eu falei “daí eu ligo gente, qual o problema?” Eu não tenho problema em falar, tipo, conversei, falei com ele, perguntei, aí ele ainda tem um preconceito já enraizado, é...de que ele vai mudar só...ele já faz tratamento de hormônio e tudo, mas ele só vai mudar depois que ele fizer a mastectomia né

A: Que é uma falácia, vamos dizer assim, eu sempre falo, o pessoal acha que LGBT é sempre desconstruído, se tornou a LGBT, virou a chavinha e ponto

F: Não, não é, a gente tem...

A: A gente sofre opressão a vida inteira, é muito difícil sair de uma bolha de opressão, muito difícil

F: E aí, até tem uma lá que é lésbica que é amiga dele, ela falou com ele...passou algumas situações que foram extremamente transfóbicas, sabe? Mas eles são amigos e acaba que ele releva o que não deveria né, mas o que a gente queria mostrar lá dentro da unidade é que ainda tem muito machismo, são muitos homens lá dentro, então assim, está indo mulher para produção que não via aqui, estava indo um homem trans, então assim, a gente tinha preparado aquele ambiente, que não deveria né, a gente não deveria fazer, mas teve que fazer

A: Ensinar que eles devem fazer o mínimo

F: É, fazer o mínimo que é respeitar o próximo, mas aí o que eu percebo dessa questão de representatividade é o seguinte, uma das mulheres do RH que trabalhou com ele na época, é mãe agora, sabe? E aí a gente vê que ela reproduz alguns preconceitos, e a gente pensa assim “Meu deus”, e ela tem um menino, esse menino vai crescer machista à um ponto, sabe? Se você vê os discursos dela mesmo, eu começo assim “Valéria não fala assim não, não usa esse termo, isso aí não tá legal, você está sendo sexista, capacitista, homofóbico, transfóbico”, enfim, a gente acaba falando, não na parte da sexualidade mas num geral mesmo “ah foi muito racista esse termo que você uso”, porque aí você vê que ela não tem esse tipo de representatividade, falo assim de, pessoas pretas no meio dela, de classe média baixa, não tem, então assim, ela fala umas coisas que eu falo “Jesus Amado”, e todo o resto sabe, essa falta de representatividade complica, nossa luta principalmente

A: Se você vive dentro de um espaço que você não tem uma diversidade de gênero, diversidade de raça, diversidade de...tudo quanto é tipo né, sexualidade enfim, ter diversidade, toda diversidade, é muito complicado em falar em empatia, é muito complicado. Por que? Porque essa pessoa, principalmente quando você fala dentro de um espectro de elite, vamos dizer assim, quanto mais de elite é essa pessoa menos contato com a diversidade ela tem, e menos essas pessoas são empáticas, porque elas acham quem não vão ser atingidas com nada, e aí é muito complexo você conseguir trabalhar com essas pessoas.

F: É por isso que quando a gente foi convidada para participar da Rara em 2018, 2018 ou 2019?

A: 2018

F: Ah não lembro, foi entre 2018 a 2020 (risos) A gente foi convidada a participar né, ia fazer a live e depois sair na revista, ai todo mundo...ai gente levou dois lados em pauta

que foi muito bom né, a parte da adoção, que não tinha em revista, que era muito padrãozinho mesmo, ah tipo médico, ai coloca as fotos com filhos, tudo branco e tal, e aí, um casal lésbico também. Então, o coletivo divulgou, o GRAA grupo de apoio divulgou, e aí começou “ah elas estão se achando”, mas não é questão de se achar, olha a importância de estar numa revista totalmente de elite, que a Rara hoje é totalmente de elite aqui né, aqui não, sempre foi, e aí está um casal lésbica de adoção, que adotou um menino. Então, naquela revista, uma página, para eles...pensa...quem tá lendo, é mostrar que existe, então assim, que essa possibilidade ela existe

A: Porque, por exemplo, que se você fala da sua formação familiar tem lugar que tipo assim “nossa que legal eu nem sabia que podia”, sim, tem pessoas que falam “nossa vocês tem filhos...nossa...como...eu nem sabia que podia”, por que? Porque nunca é validado o relacionamento homoparental, nunca é validado, nunca é considerado, por isso eu odeio quando falam casal de filhos, porque quando falam essa palavra, colocam como casal um homem e uma mulher, independente do grau de parentalidade, porque são duas crianças são irmãos, certo? Então você está colocando como casal, pares, homem e mulher, então quando você fala “ah um casal de duas mulheres, um casal de dois homens” você pensa “que?” Vocês colocam como casal um homem e uma mulher, tá? Até dentro da definição de casal já foi alterado isso aí, é só pesquisar no Google, né. Ai eu estou falando para galera que é anti comunidade LGBT, sabe quem foi atrás disso? A comunidade LGBT! (Ana batendo a colher no balcão enquanto silaba L-G-B-T) Tá? É a gente que falam “ah para que ficar indo atrás disso?” Porque isso chamam microagressões, o pessoal fala assim “ah mas não precisa disso tudo”, gente precisa, precisa, sabe por que? Vou dar um exemplo aí, que é um exemplo mais textual mesmo, para gente ir em ginecologista, hoje eu com 31 anos me sentindo realmente confortável com médicos do SUS, fui em dois médicos ginecologistas diferentes e eles realmente souberam tratar de forma correta, porque por exemplo, há dez anos atrás quando eu fui no ginecologista, eu fui tratada como virgem, eu já fui tratada como “ah você tem como explicar como você se relaciona sexualmente porque (falando em tom de ironia) ulha, o médico não sabe nenhum tipo de relacionamento que não tem penetração”, você entendeu? E hoje, dez anos depois, sabe quem foi atrás de tudo isso? Foi a comunidade LGBT, que ela que está lá falando que os médicos precisam fazer atualização em relação à sexualidade das pessoas, precisam atender os LGBT de forma correta, é isso, é a comunidade LGBT que está ali, está batendo na porta “vamos gente, atualiza isso aí, vocês precisam atualizar”. Então, são essas microagressões que acontecem com a gente que não devem acontecer, que o pessoal fala

assim “ah não precisa disso tudo”, já escutei gente falar assim “ah, mas você explicou?”, caraca eu vou ficar explicando o que? O jeito que eu transo para o médico? Ele não sabe simplesmente “você tem tal tipo de relacionamento? Tá, seu problema é esse? Então vamos resolver esse problema”, ele não precisa saber de como eu me relaciono, ele precisa saber “ah precisa tomar método contraceptivo? Não, não preciso”. Entendeu? Então assim, vocês falam isso porque vocês não sofrem esse tipo de agressão, vocês não tem a sua vida invalidada em nenhum aspecto, né. Nosso filho, tem várias pessoas, muitas vezes a gente está rua e falam “nossa o cabelo dele é parecido com o seu”, cacete, vocês não precisam ficar me comparando com ele fisicamente para falar que ele é meu filho, ele simplesmente é meu filho, não precisa ficar procurando nada que seja igual a gente, porque lógico é discrepante, eu e a Francielli, a gente é branquela, o Miguel assim, é um destaque entre a gente, você olha ele assim, principalmente nas pernas, você fala “meu deus do céu” (risos) Aquela cor, e a gente pálida, aquela coisa né... E aí, as pessoas ficam procurando para ver se acha alguma coisa parecida “ah ele tem cabelo cacheado que nem o seu”, cara, ele podia ser totalmente contrário, ele não deixa de ser meu filho, então são trocentas questões que precisam ser trabalhadas, tanta questão da luta em relação a dupla maternidade, e também tem a questão da adoção, questão racial que é importante ser falar, porque querendo ou não, ela precisa ter essa noção da raça, entender que a maioria das crianças...estão vulneráveis ali por conta de toda a questão que a gente tem na sociedade né, que privilegia o branco e coloca a marginalidade a pessoa preta, então obviamente muitas das genitoras elas vão entregar seus filhos para adoção por uma falta de recurso, então assim, pouquíssimas pessoas brancas que entregam os filhos para adoção, mas você vê que existe uma diferença, muitas vezes as mulheres negras que entregam seus filhos para adoção, a maioria das vezes é por não ter condições financeiras, já as brancas você percebe que existe ali, que “ah não é o momento da vida”

F: Por causa da cobrança social também...

A: É...as pessoas brancas...a gente já teve casos aqui que crianças brancas do acolhimento são criança que foram entregadas de forma voluntária, não foram retiradas, que existe a entrega voluntária, e a maioria das crianças de entrega voluntária são brancas, por que? Por que a informação em quem? Chega lá em quem é marginalizado ou chega aqui em quem está um pouco mais elevado? Você pode “ah Ana, você é rica?” Não, a gente é pobre também, a gente é classe média baixa, mas a gente é branca, a gente tem o poder de conhecimento, e a gente tem que reconhecer isso, não adianta. Deixa eu pegar o cheiro verde aqui... senão, não sai janta hoje

F: A Ana está fazendo aqui a janta (risos)

G: Mas Fran, era só isso mesmo, agradeço vocês por terem participado, principalmente esse horário para vocês no sábado, peço desculpas se eu falei alguma coisa ou fiz alguma questão que acabou magoando vocês, mas é que faz parte de pesquisar, as vezes a gente toca na ferida, mas é isso, eu agradeço por vocês terem participado

F: Eu que agradeço

A: Imagina, é que as vezes a gente fica pensando no que vai responder mesmo, porque não tem nada que incomode não, aquele negócio, já aconteceu tudo, na semana passada ou retrasada teve uma entrevista com um ex-aluno meu, ele faz cinema em Portugal, e aí ele pediu para falar sobre a homofobia né, e aí, ele fez uma pergunta lá e eu falei “não, essa não vou falar” (risos)

F: Mas, é...é...a gente não vai na forma mais ignorante, as vezes, depende da pessoa né, a gente prefere explicar mesmo, porque você quando a pessoa falou por falta de conhecimento ou quando a pessoa fez mesmo para agredir. Quando é para agredir não adianta mesmo porque a pessoa não vai mudar, você pode falar lá um monte, mas a pessoa que falou sem conhecimento a gente tenta informar, não só na parte de...

A: É que toda vez que a pessoa tenta ofender, diminuir ou ofender a gente já vira...um negócio mais grosso, mas as vezes é uma conversa, e aquela pessoa leiga, enraizada em algumas questões e tal né, então a gente tenta né, conversar, explicar, enfim... Eu sempre brinco né, pessoal amigo e tal pode me chamar de sapatão o tanto que for, mas se tu que não me conhece me ver na rua e me chamar de sapatão, tu vai escutar “eu sou mesmo, e daí? O que tu tem a ver com a minha vida?”

F: Isso daí acontece igual, por exemplo, a gente é do grupo de apoio, eu faço parte da diretoria do grupo de apoio de adoção da cidade, e aí a gente fez um curso preparatório que é obrigatório né, na portaria, que é parte do grupo de apoio fazer, foi eu e mais outra diretora né, e aí, levantou algumas pautas que eu esclareci. Mas é muito engraçado ver que estão ali, muitos deles já estão totalmente desconstruídos de preconceitos, principalmente da adoção, porque eram só casais heteronormativos, aí eu cheguei com slides, porque eu ia falar da vivência né, da gente, e aí meio que deu um choque, porque eles me viram lá e pensam assim “ah ela não tem cara né”, e aí eu mostro o slide com duas mulheres, aí eles ficaram meio assim (risos). Eu até brinquei, falei “não precisa ficar chocada não, casais lésbicos existem, também adotam, também tem família”

Ana dá risada e aponta para Fran: Você olha, dentro dos padrões do feminino né...

F: É, e ele tem muitas falas que a gente tem esse papel mesmo, de mudar, pode ser que eles levem para vida deles? Pode ser que eles levem, pode ser que escutem ali e ok, e acabou, não vai usar no futuro. Mas, eles também tem falas preconceituosas dentro da adoção, estando no processo de adoção, tiveram algumas falas lá em questão do termo casal, ai eu falei “ah vamos pensar um pouco nisso, porque vai lá e tem dois irmãos no perfil de vocês, mas olha é uma menino e uma menina, vocês acham que eles vão ligar para vocês ou vão ficar com dúvidas? Vocês não identificaram, são duas crianças que vocês querem, é isso, dois irmãos, só isso, não é um casal”, ai eles falaram “eu falei porque é para dois”, ai eu falei “ah é dupla” (risos) É irmãos de dois, não é grupo de irmãos, é dois, “mas o que vocês querem? É um menino e uma menina? Então fala, eu quero dois filhos, um menino e uma menina, acabou, só isso. Isso daí, vocês acabam não pensando porque isso não agredi vocês, vocês se encaixam nessa parte de casal, do que é colocado, então para vocês tudo bem”. Eles ficaram pensando, é um casal totalmente aberto, e aí, é... você vê que ali vocês iriam ouvir e estudar um pouco sobre aquilo, pesquisar sobre aquilo, então eu achei necessário falar porque as vezes, eles pensariam mas as vezes os outros nem pensaram sobre aquilo

A: Por isso eu sempre falo, é importante você estar em núcleos diferentes, conhecer pessoas diferentes, ter contato com famílias diferentes, até mesmo a gente, “ah então vocês não tem contato com casais heteronormativos com filhos biológicos? (voz irônica)” Tem e é só isso, mas a gente também tem com casais inter-raciais, casais de dois pais, com duas mães, com mãe solo, só falta pai solo né?

F: Estou tentando lembrar se não tem nenhum pai solo, acho que não tem. Mas é, essa parte de estar nessas vivências, igual...esse casal, uma mulher é preta e o pai é branquelo igual a gente, e aí, chega uma criança parda? Parda...a gente não gosta dessa palavra né, mas é visto na sociedade como pardo, aí vão falar que ele se encaixa aí, que o filho se encaixa no casal, por que? Eu olhei para ele e falei “sua família está pronta para chegada de um neto preto? Porque vocês precisam trabalhar isso também”, eles tinham contado que no casamento deles teve problemas, porque justamente pela mulher ser preta, ai eu fiquei assim “então, vocês tem que preparar a família, a probabilidade de chegar uma criança preta é muito grande”

A: A questão que você tem que preparar, mas não é para preparar a família, não é preparar adulto não...

F: Não...

A: É preparar eles para defender a criança

F: É defender a criança, porque pode surgir...

A: Você não tem que ficar ensinando marmanjo não, essa questão, “Ah você tem que preparar eles”, a preparação é sua, se teu vô que você tem super relação não aceitar seu filho preto, ficar praticando racismo com ele, você vai deixar? Obviamente não, vou meter o louco e falar “não, não senhor, aqui não” “ah porque eu sou seu vô”, pode ser o Papa, quem for, Deus, mas não vai, então, você realmente está preparado para defender sua família? Isso que tem que ser levado em consideração, tem que ser levado em pauta

F: É, mas no grupo de apoio, a gente já teve várias situações com casais homoafetivos, vários casais que chegou na primeira apresentação colocar o seguinte, se apresentar falando, se explicou, falou sobre eles e tudo, e de repente na discussão colocar assim...como que eles falaram...não vou lembrar a questão que foi perguntado...eles “ah, que essa criação é mimimi, na minha época eu apanhava”, e eu fiquei “meu Deus, e quando esse filho chegar lá?” Porque assim, a gente não sabe como vai ser o histórico dessa criança, e se ela já veio de uma agressão, de uma família que reproduzia essa agressão? A gente já vem com esse pensamento da família biológica ser agressiva nessa parte, né? E aí, fora esse pensamento...fora...você não tem que bater né, mas aí você fica juntando tudo, junta, e aí quando a criança chegou eles tiveram que repensar essa questão, não é mais fácil deixar preparado...dentro da preparação já pensar nessa questão? Não vir com esse negócio enraizado igual eles vieram, já com negócio... e eles falam que eles estão... como que é? (inaudível)

As duas conversam ao fundo, não dá para entender direito e dão risada

F: Sabe, é que as vezes eu viajo (risos)

A: É assim, são casais de dois homens e lá nas primeiras reuniões eles falaram que a criação deles é bruta...

F: É na verdade...

A: E aí vem essa questão que eu falo, um casal dois homens que muito tentam se incluir dentro da heteronormatividade, reproduz machismo, sexismo e tal. E aí, eles falaram da criação deles que é bruta e não sei o que, e aí, é basicamente falar o que “eu sou homem urgh, mesmo que eu durmo com outro homem, eu sou homem”, e eu penso o que “cara ninguém está falando o contrário”, mas eles precisam dessa autoafirmação infelizmente. E aí, eles adotaram uma menina que a gente tem contato com o irmão biológico dela que foi para outra família que a gente tem contato, e aí a gente ficou sabendo né, que...(inaudível) e aí, eles já vieram uma certa violência aí, e esses amigos contaram para gente. E aí os outros falando sobre “ah, a gente é macho, é machista conservador” e aí

você tem essa menina que acabou tendo bastante problema nessa adaptação porque essa menina veio de uma violência, principalmente da figura masculina, que é a maioria né, do acolhimento, tem muita criança com violência física de homem, tem uma restrição à figura masculina, bastante casos, então são essas questões assim que eles tiveram que repensar toda essa “virilidade masculina” (tom de ironia e risos)

F: Não, mas essa parte aí de machista conservador não mudou não, eles continuam, eles estão repensando a forma de criação mesmo, sabe?

A: Mas uma hora ou outra, eles vão entender que tudo isso está enraizado nessa questão de ser viril, de ser o macho alfa, tudo coisa que inventada por uma violência que vem de tudo quanto é lado, que ele pode ser é...é... chorar, pode ser mais delicado, e ele não vai deixar de ser homem por causa disso, essa é a questão

Fran fala algo inaudível e dá risos

A: Agora você contextualizou, né?

F: A Gabi já me conhece, ela sabe...

A: Ela não contextualiza o negócio, ela só vai...

F: É que eu acho que as vezes as pessoas estão acompanhando meu raciocínio, mas as vezes não estão porque não sabe a situação

A: Ninguém está na sua cabeça, passou um negócio aqui... passou outro aqui, e ela só soltou esse aqui, o outro ficou (Ana explicando com as mãos)

Fran dá risada

G: Gente eu também sou assim, eu acho que as pessoas estão acompanhando meu pensamento e só sai metade da história

F: É... (rindo) É que é mais rápido, a gente já pula etapas, não precisa ficar falando nanã

A: Ainda bem que aqui já são...onze...quantos anos? Quase dez anos?

F: Não mô, já fez

A: Se contar namoro são mais de dez anos

F: A gente conta, filha

A: Mas se for só de quando a gente juntou ainda vai fazer dez anos, fevereiro do ano que vem

F: Vai passando o tempo e a gente vai falando como estamos velhas né. A gente vê foto do Miguel quando chegou era um neném, minha mãe falou esses dias, o aniversário dele está chegando e ela “ah, eu não vejo diferença no bebê”, eu falei “mãe, se você não vê meu Deus, troca o óculos” (risos)

A: Vai fazer dez anos..

F: Vai, quando ele chegou o rostinho dele era redondinho, de criança, ele nem falava, agora, o tamanho que ele já está... Eu falei para Ana, vamos vim do ano, ai ela “pra que?”

A: As doses de famílias já está bom, uma vez por ano, é o que eu aguento (risos)

F: Coitada

G: Ah, eu sou igual a Ana nesse sentido

A: Não é, a gente até gosta, sabe? Mas assim, inventa umas coisas, umas falas, umas cobranças, que eu não tenho paciência, não tenho saco para isso...

F: E eu também não tenho...

A: A Francielli não tem paciência...

F: Não tenho trava na língua, aí eu falo

A: Não, você não fala, você fala para mim, aí eu tenho que aguentar a bucha (risos)

F: Depende, se for com a minha mãe eu falo

As duas se olham com ironia

F: Ah minha mãe tem horas que tem umas falas, esse dia o Miguel conversando com ela, ai no reflexo ela achou que ele estava com esmalte, mas ela não falou para mim porque sabe que ela ia ouvir, aí ela falou para minha irmã “ele está com esmalte?”, ai eu falei “eu ouvi mãe, ele não está, mas se estivesse não teria problema não, esmalte é esmalte”

A: Ele só não está porque não comprei esmalte de criança, aqui só tem de adulto

F: Mas você ainda vê umas falas que ela não fala para gente, ela fica falando nos cantos porque sabe que ela vai ouvir

A: Ela não fala principalmente para mim

F: Para mim também não porque ela já sabe. Capaz dela falar para você porque você é mais didática, eu sou bem grossa

A: Para mim ela fala quando ela está a ouvir

F: É porque aí a Ana explica, contextualiza tudo e ela entende (risos) Igual agora

G: Meninas, deixa eu falar, eu estou entrevistando e entrevistando, mas eu posso identificar vocês? Posso colocar os nomes?

F: Pode, não tem problema não, já saímos em tanto lugar, de boa (risos)

A: Não tem problema não, só o Miguel que não pode, pode colocar só o primeiro nome dele, mas o sobrenome dele não

G: Não, vou usar só o primeiro nome de todos, dos casais e das crianças. Obrigada gente

F: Entao é isso Gabi, obrigada viu

G: Obrigada vocês, boa noite e boa janta

F: Pera aí, Miguel quer falar tchau

Miguel aparece dá tchau e desliga a câmera

ENTREVISTA 4 – RAFAEL (R): FUNDADOR DO COLETIVO RESISTÊNCIA

A entrevista com o Rafael foi realizada no dia 09 de fevereiro de 2022, por meio do whatsapp a pedido do mesmo, tendo em vista a facilidade de comunicação em horários diferentes

Dia 07/02

G: Oi Rafael, boa noite. Meu nome é Gabrielle, a Fran me passou seu contato. Estou fazendo uma pesquisa de Mestrado sobre famílias homoafetivas, e consegui as entrevistas graças a live que o Coletivo Resistência fez. Gostaria de saber se você tem um tempinho para conversar comigo sobre a origem do coletivo, pois pretendo pontuar ele melhor na minha pesquisa. Podemos fazer uma chamada no Google Meet ou conversamos pelo whatsapp mesmo. Fico à disposição! Obrigada.

Dia 08/02

R: Olaaa, podemos sim, será um imenso prazer colaborar contigo

G: Como prefere fazer? Uma videochamada ou por aqui pelo whatsapp mesmo por áudio?

Dia 09/02

R: Se você quiser eu vou respondendo para você. Bom dia

G: Ok então, você poderia se apresentar para mim? Seu nome, idade, profissão, identidade de gênero, etc.

R: Rafael Diogo Borges, 34 anos, formado em Letras e Artes Visuais, professor, homossexual cisgenero

G: Você sempre nasceu e viveu apenas em Três Lagoas?

R: Sim

G: Qual sua impressão sobre a cidade em relação a comunidade LGBTQIA+?

R: Bom, vamos lá... é... eu me assumi em 2003 com quinze anos né, e consegui ter uma concepção geracional né, da comunidade, das pessoas em si. É... no primeiro momento a gente, falando do início da minha vivência né, enquanto homem gay em 2003, a partir do ano de 2003, a gente... existe uma segregação muito grande dos grupos, praticamente gays só andavam com gays, lésbicas só andavam com lésbicas. Tinha uma mistura ou outra assim de grupos, mas era assim muito separado. Trans/travesti só com trans/travestis. Esse período de 2003, essa época era um período em que as mulheres trans/travestis eram vistas somente na prostituição, não que não existiam em ocupar esses outros espaços, mas era muito raro. Eu lembro de uma trans que a gente conhece né, que é a Xuxa, é uma das

poucas trans que a gente conhece que trabalhava na lanchonete, na antiga lanchonete do supermercado Nova Estrela, e era muito diferente para gente ver ela ali porque a gente estava acostumado, enquanto sociedade, a ver ela nesses espaços de prostituição somente. Com o passar dos anos, a gente vai fundir aqui na cidade uma cena drag, a gente já era pendente para o lado artístico né, então mais ou menos em 2006 a gente vai fundar um coletivo de drags, mas sem fundo político, sem fundo ideológico, nada, somente um grupo de pessoas de gays que queriam se montar, queriam experienciar essa arte drag. A partir daí, a gente começa então a se montar, no fundo da casa da minha mãe né, porque minha mãe era uma das poucas mães dos nossos amigos que aceitavam ser gay e aceitavam se montar, então os meninos tinham que ir na casa da minha mãe e tudo acontecia no quintal da casa da minha mãe, então ali a gente pensava em looks, bordava, costurava, colava, ia atrás de peruca, treinar a maquiagem, e surge enquanto montaria apenas para ir as lugares, festas que tinham, pequenas festas que eram intituladas ainda como festas GLS, na época, isso já 2004 mais ou menos, 2005. E depois de um tempo a gente toma esses espaços de festa para gente, porque eram espaços alugados, a gente consegue negociar com a mulher para locar sempre esse espaço né, uma vez por semana, e começa a surgir então, uma cena... uma cena... vou dizer então, uma cena LGBT aqui na cidade, mas assim, nenhum cunho político, nenhum cunho ideológico, apenas como entretenimento, a gente se encontrava todos os sábados, praticamente um sábado sim e um sábado não tinha festa, a gente cobrava a média de 5 a 7 reais pela entrada, e a mulher desse estabelecimento, ela vendia bebidas e a gente ficava encarregado de decorar, os valores que a gente arrecadava era para pagar o local, custear aparelho de som e luz e alguma decoração ou outra, e como a maioria já trabalhava...empregos né... de comércio, de fábricas, outros empregos, a gente custeava as nossas drags com nosso dinheiro, com nosso salário. Essa cena começou a se repercutir e começou a ficar muito forte, muito ampla e muito grande, então a gente começou a fazer uma vez por mês, de repente começou a fazer duas vezes por mês, de repente chegou um momento que a gente estava fazendo todos os sábados. A partir daí a gente começa a se montar, e a partir desse ano de 2006 para frente, vou dizer até mais ou menos 2012, muda totalmente essa cena, a gente já começa sentir uma imersão de diversas pessoas da comunidade dentro dessa festa né, que como eu falei não tinha um cunho ideológico ou político, nem nada, um viés de luta, era apenas mesmo um encontro uma festa, e ali a gente começou a reunir diversas pessoas da comunidade LGBTQIA+, então a gente já tinha mulheres trans/travestis inseridas nessas festas com a gente, participando desses roles com a gente, tínhamos gays, lésbicas, então tinha uma galera bem mais ampla

que a gente estava acostumado a vivenciar nas nossas primeiras vivências do ano de 2003, por exemplo. E aí depois do ano de 2012 para frente a gente tem uma outra geração, que é a geração mais jovem mais corajosa do que a gente foi, mais ativamente política que já está mais, já bem mais disposta a falar sem medo né, sobre as suas sexualidades, sobre as suas verdades, sobre as suas ideologias, as coisas que nós não tivemos na nossa época quando a gente tinha o poder artístico na mão. Então, a minha impressão depois desse momento, depois dessa galera mais jovem que vem surgindo, eu vou dizer em 2014 para frente até hoje né, são mais corajosos, então a gente consegue ter outras percepções da comunidade, ainda assim a gente não consegue ter esse espaço de encontro de relações que era esse... esse clube que a gente tinha atrás do quartel, mas assim eu sinto que melhorou bastante com a questão que eu disse anteriormente, a gente consegue ver mulheres trans/travestis inseridas em diversos espaços que não só mais a prostituição, como lojas né, como outros... se tornou comum, essa aproximação também trouxe uma reflexão para gente, mas essa reflexão a gente só vai fazer agora, com o Coletivo Resistência, com esse primeiro coletivo de drag que a gente teve a gente não tinha muito essa reflexão não, como eu falei, não tinha muito viés político e ideológico não. Como eu falei lá em cima percepção geracional porque assim cada geração que fica a gente vai acompanhando, eu falo geração porque a gente conhece as pessoas mais velhas né, pessoas mais novas que foram acompanhando esse processo desde 2003, essa percepção foi mudando da comunidade quanto na percepção da cidade como um todo, e a gente vai perceber isso muito marcado quando a gente vai afundar o coletivo resistência que a gente vai entender muitas coisas, que nós vamos já vamos ter mais visões, um amadurecimento político ideológico, já vamos ter uma vivência muito ampla enquanto a comunidade, enquanto LGBT inserido nessa cidade, nesse espaço, e nós vamos conseguir fazer essas percepções muito maiores quando a gente fundo coletivo.

G: Qual a necessidade ou razão que fez com que o coletivo fosse fundado? E como foi esse processo até ele se tornar o que é hoje?

R: O Coletivo ele vai surgir no momento que a gente viu um avanço progressivo das ideias conservadoras, no país né, na nossa cidade que já é uma cidade conservadora, a gente começou a ver isso no país com o fundamentalismo religioso muito grande né crescer, eu digo isso um pouco antes das eleições de Bolsonaro né, a bancada da Bíblia já vinha crescendo e atacando a comunidade LGBT já há muito tempo, é nessas percepções que a gente vai tendo enquanto grupo mas, sem existir grupo ainda eu faço uma viagem, descubro aliás, que no ano de 2017 tem um evento, já teve um evento em Araçatuba chamado Festival Plural, um evento que foi extinto já, recebi esse evento por um amigo e ele falou assim “você precisa vim nesse evento, você precisa vim nesse evento”, e eu

fiquei encantado com o tamanho do evento, evento de uma média de 9 dias, mas eu só pude pegar os finais de semanas por lecionar já né, então não tinha como eu ir no meio da semana pegar toda, toda agenda do evento, então eu peguei somente a sexta ou sábado e domingo, chegamos lá em Araçatuba na sexta-feira e eu peguei uma palestra de Helena Vieira, uma excelente doutora, e aí já me deu uma outra percepção maior do que eu já tinha, de ver uma mulher trans/travesti doutora, coisa que nós não estávamos acostumada a ver, esse é o meu... foi o meu espanto de não... não ocupar espaço, mas eu nunca... nunca tinha visto ocupar um espaço tão acadêmico, espaço elitista, tão machista, regido pelo patriarcado, pela heteronormatividade né, um sistema que é regido pela branquitude e ver aquela mulher negra falando ali para gente me deu assim um *inside*, fiquei assim apaixonado por aquilo, pelo evento como tudo porque além das palestras que eu pude vivenciar esses três dias, teve a parte artística de apresentação de teatro, da banda as Bahias e a cozinha mineira, do Jalu, Karol Conká, então diversos artistas militantes, LGBT ou não, ativos da causa, e ele me deu assim... Eu voltei de Araçatuba com isso na cabeça, que a gente precisava fundar alguma coisa aqui, que precisava idealizar... inicialmente a minha estratégia na fundar algo que fosse da própria cultura somente, não tinha nem ideia de debates, e a gente no dia 3 de maio de 2018 um ano depois que eu fui no evento a gente se reúne em casa para fundar, mas sem saber muito né. Era um grupo de seis amigos inicialmente só homens gays, brancos, cisgêneros é... eu digo isso bem marcado porque a gente não tinha não pensava em intersexualidade... não pensava em interseccionalidades, não pensava em... em... é... espaços de corpos negros, não pensava em trans, lésbicas, eu falo no sentido assim, não pensava nessa pluralidade de corpos. Então a gente funda esse coletivo na minha casa é... porque a gente sentia necessidade de fomentar na cidade de ações da diversidade, né? Principalmente no que sentiu, principalmente no que tangir, aliás, respeito ao fomento cultural e artístico que valorizasse os artistas LGBTQIA+ somente. E aí nesses primeiros anos ele foi feito somente estudos sobre de gênero sexualidade aqui no fundo de casa e fizemos algumas delegações a respeito de como iríamos agir na cidade. Então o ano de dois mil e dezoito a gente ficou no fundo mesmo do quintal vou dizer assim pensando e estudando como que a gente poderia preencher essas lacunas culturais e a gente começou a sair desse desse desse dessa ideia, encontrar outras pessoas e conhecer. A gente vai ter a adesão depois de um casal lésbico, a gente vai ter uma trans, que vai vim, né? Somar com a gente e aí a gente vai começar a ver a necessidade de... de pluralidade de corpos e de necessidades muito maiores do que somente fomento cultural. Aí em dois mil e dezoito a gente realiza o primeiro sarau LGBTQIA mais que está previsto pra acontecer na Lagoa Maior em um clube da Lagoa Maior mas a gente teve uma retaliação muito grande né? Que foi um dia antes do evento o dono do evento descobriu que era um evento LGBT que ia mais ele com a gente, quebra contrato, a gente sai correndo, consegue alugar um clube no JK e fazer o evento acontecer lá. Então, a gente consegue fazer o primeiro evento e trazer todas essas referências, todas essas ideias, debates políticos, debates ideológicos, através da arte, da cultura, da dança, da música de pessoas personagens da cidade LGBTQ e aí dois mil e dezanove a gente faz um outro evento que eu acho que é o mais emblemático pra mim que é o dia da visibilidade lesb. Foi uma tarde de domingo que nós fizemos na Lagoa Maior nós conseguimos trazer diversas pessoas da cidade pra debater com a gente sobre feminismo, sobre bissexualidade, sobre violência doméstica e o mais interessante desse evento é como ela aconteceu na Lagoa Maior sem bebida sarau a gente tinha o quê? O bar pra arrecadar fundos para o coletivo. Então com um bar de bebidas alcoólicas eu não

consigo trazer pra atingir um público de menor idade. Que estão aí na cidade, que estão vivenciando a sua sexualidades. que estão experienciando suas relações eh afetivas. Mas eu não conseguia atingir não conseguimos atingir eles porque não podia tirar a bebida porque era um meio de atrair o público de ganhar um dinheiro também pra trazer um fundo pro coletivo. aí a gente tem essa ideia de fazer na lagoa um debate aberto, né? Num dia de domingo e aí foi a gente ficou assim impactadíssimos porque a gente começou a ver chegar assim uma galera muito jovem de quinze, dezesseis anos já namorando com afetos e eles puderam se expressar levemente ali naquele naquele evento. Sentando um com o outro, conversando, a polícia esteve presente justamente porque por ser um evento LGBT eles vão querer ir lá ver se não tem bebida, pra ver se não tem alguma coisa que eles poderiam retalhar. A gente teve um cuidado muito grande com isso. Poder levar o cooler poderia então a gente a gente cuidar pra ver as idades. Então era menor? Não estão bebendo não? Estão com refrigerante? Estão com tereré. OK. Porque a gente sabia que poderia ter uma retaliação. Aí em dois mil e dezenove a gente funde o comitê LGBTQIA+ de Três Lagoas e região. Então aí a gente monta esse comitê que ele tem de eh... vários... várias entidades tem os assentos. Então a gente tem enquanto o coletivo resistência... pessoal ADUFMS que é o Sindicato dos Professores da Universidade Federal também tem assento, pessoal do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Três Lagoas também tem acento eh... pessoal da parte de trabalhadores tem acento, pessoal do PDT tem acento, tem diversas entidades políticas ou envolvidas em causas LGBT, a ONG de Três Lagoas né? Também tem acento e aí a gente vai fundar junto com esse comitê, a gente vai fundar não, a gente vai criar o a primeira conferência LGBT aqui há mais de Três Lagoas e região. Essa conferência ela teve duração de dois três dias. Foi uma quinta-feira à noite, uma sexta-feira o dia inteiro e um sábado. Né? Encerrava com o sábado com o evento que era a festa. Durante esses dias a gente durante esses três dias de evento a gente realizou também o sarau. O sarau ele foi parte desse evento também. Aí a gente também conseguiu eh... trazer outros debates nesse sarau que foi um sarau realizado no sindicato dos trabalhadores da educação aqui de Três Lagoas no SINTED e conseguimos fazer outros debates pertinentes. E aí a gente cheio de ideias arquitetadas, idealizadas pro ano de dois mil e vinte veio a pandemia, né? Então a gente não conseguiu fazer tudo que a gente queria, a gente conseguiu fazer algumas lives e conseguimos fazer o primeiro sarau, né? O primeiro sarau online. Não sei se você chegou a participar ou ver algo sobre esse. Foi o nosso último evento. Que aí o ano de dois mil e vinte e um a gente se deu umas desempregada muito grande. Por conta da pandemia. Algumas pessoas voltaram pras suas cidades, né? Que só estavam estudando de modo on-line. Então não ficaram mais aqui. Todo todo mundo ficou nas suas nas suas vivências, né? Suas correrias, então a gente não, a gente deu uma desarticulada. Então a ideia é voltar agora nesse ano de dois mil e vinte e dois, a gente tem uma reunião pra gente voltar com algumas ações pra esse ano. A nossa ideia é essa, né?

G: Em que momento o coletivo se apropriou de um cunho político/ideológico?

R: Desde que a gente decidiu fundá-lo aqui em casa. A gente tinha isso. Como a gente já tinha uma noção já já tinha uma noção que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo. Que essa intolerância ela vinha crescendo em tempos de obscurantismo né? De posicionamentos políticos sociais, culturais tão polarizados e extremos. como eu disse lá o avanço progressivo dos ideais conservadores do fundamentalismo religioso, das questões relacionadas aos direitos humanos das mulheres, dos negros, das negras, dos

LGBTs+ gente viu que não tinha como não ser político, não tinha como não ser político e não ser especificamente de um coletivo de esquerda. Que a gente levava essas questões percebia que o o a direita ela tinha um conservadorismo que não dava pra gente se encaixar ali dentro. e aí chegou ao consenso todo mundo que está participando do coletivo era de esquerda. Eh esquerda enquanto ideais de filiação, de ser filiado a partidos políticos de esquerda e esquerda enquanto só compactuar com os ideais da esquerda sem necessariamente eh ser político partidário. então não tinha como assim a gente tendo em vista o cenário eh a gente viu que ela precisa resgatar essa força essa reflexão da comunidade LGBT e tinha que ser como ideológico especificamente e político. Não tinha como. Era preciso andar de mãos dadas os dois juntos. Senão a gente não conseguiria eh contrapor o projeto conservador que se sustenta até hoje né. Eh defendendo patriarcado, racismo, heterossexismo né e LGBTfobia. e por aí vai.

G: O que o coletivo conseguiu agregar nas vivências da comunidade LGBTQIA+ três lagoense? Eu fui no sarau de 2018, e participei também no da lagoa.. me marcou muito porque 2018 vocês tiveram coragem de fazer um sarau daquele tamanho em tempos de eleição do Bolsonaro, com todo aquele medo e etc. Também por ter sido estudante na UFMS na graduação, acompanhei de perto diversos casos de homofobia, como por exemplo do Davi. Então, vejo que o coletivo realiza grandes ações e levanta grandes pautas.

R: Como eu disse, né? Nós conseguimos eh trazer pra fomentar o debate essa galera de menor idade que como eu disse está vivendo a sua sexualidade plenamente aí na sociedade e não tem o respaldo, não tem uma noção às vezes do seu direito da onde recorrer se você sofreu uma LGBTfobia eh não tem noção sobre a um um debate sobre o corpos interseccionais né? Do quão é importante você pensar que eu mesmo eu não eu não eu não eu sofro o mínimo preconceito enquanto homem ci gênero branco tenham né? Então tipo assim consigo me passar, passibilidade enquanto palavra assim né? No sentido de se passar por por hétero sexual. Um as vezes uma pinta aqui de gay outra mas assim os gays afirmados que estão nas escolas tendo aula estão sofrendo opressões e as mulheres transtravestis que não conseguem terminar o ensino médio então a gente conseguiu trazer pro debate fomentar essa importância entender que quando a gente nos quando nós... nós nos referimos a opressão aos LGBTs que é mais nós precisamos ter uma clareza que o que lhes dá a base da sociabilidade capitalista patriarcal é o machismo eles estão interligado Então que eh dá o direito dessas violências é o machismo. Então a gente vai descobrir que a gente tem um inimigo em comum com o feminismo. Por isso que a gente caminha muito ligado com o feminismo porque a gente tem um inimigo comum que é o hétero cis patriarcado branco no topo dessa pirâmide oprimindo. Então a gente precisou trazer pra esse debate que a intersexualidade era importante que eh esses corpos por entre eles transitam avenidas identitárias Então, o corpo que é gay, passa uma medida por ele. Um corpo que é gay, negro, passa duas avenidas identidades por ele. Um corpo negro gay é PCD, passa três avenidas por ele, identitárias, três problemas. Eu digo problema sim, problemas enquanto a sociedade os vê assim, né? Que pode acarretar num num numa discriminação e num preconceito muito maior do que eu por exemplo quando o corpo eh branco eh cisgênero. Então a gente a gente conseguiu fazer e fomentar debates sobre eh esses lugares onde esses corpos estão, quais privilégios esses corpos tem. Eu gosto de dizer que as bandeiras de luta LGBT não podem se resumir a emancipação política também. Que tem se restringido apenas a conquista de direitos civis. Não é só isso. Ser

LGBT nesse nesse país hoje que mais mata os LGBT não se restringe apenas a conquista de direitos civis. importante? Isto é importante, é importante o casamento, a conquista do casamento é importante, mas não é só direito civil, a questão central pra mim é combater esse patriarcado heteronormativo que foi apropriado pelo capitalismo usa a gente pra oprimir os homens e as mulheres. Principalmente se eles forem afeminados, se eles forem negros afeminados, se eles forem corpos travestis gêneros e aí vai indo, né? Exatamente o primeiro sarau foi realizado no ano da eleição do Bolsonaro e foi um ano que a gente estava assim totalmente apreensivo a gente sabia que a gente poderia sofrer retaliação como a gente sofreu como eu disse né? Um dia antes o evento todo pronto a gente estava mexendo com com placas pra pra decoração com todo mundo na maior correria o cara me liga e fala que não era pra fazer mais lá porque era um evento LGBTQIA+num clube da lagoa então a gente teve que mudar totalmente toda todas tudo a pressa toda tudo correndo pra poder entregar algo aliás pra gente poder entregar algo aliás pelo menos entregar algo como a gente já vinha eh promovendo. Eh não sei se você lembra o evento ele é totalmente gratuito né? A gente não cobrou entrada a gente cobrou somente ah vendeu bebida lá dentro mas podia entrar com o cooler também Que a ideia de capitalizar isso é somente pra que crie-se um fundo pra que a gente consiga fomentar essas ações. Porque a gente trabalha, todo mundo é é trabalhador ou servidor público ou trabalhador, né? Da rede privada. Então não tem como a gente financiar tudo que a gente quer fazer somente com o nosso dinheiro. A gente faz muito isso. Mas somente isso não. Então a ideia mesmo foi tentar eh levar isso de forma gratuita e e corajosa, né? Eu falo porque na eleição, né? Num ano que estava super polarizado. aquele medo que nós estávamos todos vivenciando de se ele ganhar? Será que vai ganhar? Como vai ser se ele ganhar? E foi uma coragem.

G: Agora minha última pergunta, você acha que a UFMS auxilia de alguma forma o coletivo? De quais formas? E também se ela, de alguma forma atribui cidadãos mais plurais para Três Lagoas? Se sim, quais essas formas?

R: Sem dúvida eu acho que a universidade ela atrai esse essa esses corpos plurais sem dúvidas. A exemplo disso é a minha amiga que eu falei que eu conheci ela através da UFMS que é a Júlia Rita. Ela é aluna de medicina. Ela veio pra cá como né? é ela não tinha feito a transição de gênero ainda e no meio do processo da universidade ela fez a transição. Então como eu estava de já próximo dela procurou o coletivo pra gente poder ajudá-la a que ela pudesse usar o nome social dela. Então a gente nessa de ajudá-lo a gente se tornou muito amigos. Hoje a Júlia participa do coletivo com a gente, escreve textos. Nós temos diversos projetos pra esse ano que nós vamos tentar desenvolver. Eh sobre saúde da população transtravestis. E outras questões mas sem dúvida a a universidade ela é o é um centro que transita esses corpos plurais ainda que não aceites por todos, ainda que que muitos olhem com ódio, olham com esse lugar não aceito pra esses corpos afeminados, travesti gêneris e dentre outras eh eles tem que aceitar, né? Porque esses espaços vão ser ocupados, esses espaços que foram renegados há tantos anos principalmente a mulheres transtravestis eh está chegando essa eh ainda bem né? Que chegou esse momento de ocupação desse desses espaços de intelectualidade eu acho que a gente já teve muitos diálogos bons sem dúvida que a universidade. Já passamos de duas meses enquanto coletivo de resistência para as turmas de medicina. Pra falar sobre a população travesti gêneros. Já participamos de outros eventos também. A gente precisava fomentar mais, mas eu acho que sim, a gente tinha muitas ideias justamente foi

interrompidas pela pandemia. Que era cine debates e outras questões que a gente não conseguiu por nada em prática. que a gente tava no ápice em dois mil e dezenove conversamos em dezoito, dezenove a gente ficou na efervescente, então vinte era pra vim com tudo, mas aí a pandemia deu esse ato aí que a gente parou vinte, vinte e um, né? E a ideia é tentar retomar alguns projetos como Cine Debate roda de conversa e outros debates junto com a universidade. Que eu acho que a universidade é um instrumento extremamente importante pra esses pra que esses diálogos aconteçam. A gente tem um projeto que era pra ser colocado em prática no ano de dois mil e vinte que é o Ocupa TL né? Que era ocupar os espaços da cidade para falar sobre sexualidade. Então a ideia era no sábado à tarde nós se encontrarmos na Praça do Alvorada pra falar sobre feminismo. no domingo à tarde nós se encontrarmos na Lagoa Maior pra falar sobre violência doméstica. Eh esses espaços da cidade que são nossos, nós enquanto cidadãos nós temos que ocupar esses espaços. Então nossa ideia isso é um projeto que nós vamos tentar desenvolver esse ano a gente consegue começar a colocar ele em prática que já era pra ele estar ativamente se tivesse não se tivesse sido a pandemia, se não se não tivesse tido a pandemia da covid-dezenove, né? Já era pelo estar ativo já. Mas a ideia é colocar, é ocupar esses espaços e debater sobre diversos temas que permeiam essas minorias. não só LGBTQ mais, mas as minorias enquanto corpos negros eh femininos e LGBTs.

G: Eu desejo que esse projeto entre em prática, me sinto extremamente honrada em poder conviver em uma cidade que tem um coletivo como esse, e gostaria de agradecer o seu trabalho, assim como da equipe toda do coletivo. Obrigada por me conceder essa entrevista, ela foi um pedido de uma da professora Mirian Grossi da UFSC que está na minha banca de defesa, pois ela gostaria de conhecer mais sobre o coletivo, e eu também. Não tenho palavras para te agradecer.

R: Ah imagina eu que agradeço foi um prazer é que pudemos colaborar com você aí se falta mais alguma coisa se quiser perguntar mais alguma coisa pode ir mandando se quiser que mais alguma outra pessoa responda algo também pode mandando que a gente estamos aqui para somar.

G: Obrigada.